

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas



Dossiê:

**Olhares Históricos sobre o(s)
sertão(ões) e os (às) sertanejos(as)**

v. 8 n. 1 (2025) ISSN 2675-1666





CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

v. 8 n. 1 (2025) ISSN 2675-1666

Maceió-AL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor Dr. Josealdo Tonholo

Vice-reitora Dra. Eliane Cavalcanti

Pró-Reitora de Pesquisa Dra. Iraíldes Pereira Assunção

UFAL CAMPUS SERTÃO

Diretor Geral Dr. Thiago Trindade Matias

Diretora Acadêmica Dra. Flávia Jorge de Lima

Coordenadora de Pesquisa Dra. Ana Paula Solino Bastos

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA, UFAL/CAMPUS SERTÃO

Coordenador Dr. Pedro Abelardo Santana

Vice coordenador Dr. Rodrigo Costa

NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS E HISTÓRICOS- NUPEAH/UFAL CAMPUS SERTÃO

Coordenador Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes

Vice coordenador Dr. José Ivamilson Silva Barbalho

EQUIPE EDITORIAL

Editor Gerente Dr. Flávio Moraes

Editora Adjunta Dra. Danúbia Rodrigues

Conselho Editorial

Dra. Danúbia Rodrigues, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dr. José Ivamilson Silva Barbalho, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dr. Rodrigo Lessa Costa, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Dr. Pedro Abelardo de Santana, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Me. Vagner Gomes Bijagó, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Dr. Demétrio da Silva Mutzemberg, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Dr. Amaro Hélio Leite da Silva, Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Dr. Danilo Luiz Marques, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Equipe de Apoio Técnico

Ma. Rafaela Lopes, Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Dr. José Aparecido Moura de Brito, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Me. Henrique Silva, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Revista de Ciências Humanas Caeté

Periódico da Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Estudos Arqueológicos e Históricos, em parceria com o colegiado do curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP 57072-900

<https://periodicos.ufal.br/revistadecienciashumanascaete/index>

Contato: revista.caete@delmiro.ufal.br



Sumário

Editorial.....	5
O “Sertão” chama a atenção, mas raramente fecha a conversa: um exame dos usos da categoria em teses e dissertações brasileiras na área de História (2007 – 2023)	9
A teologia da enxada no sertão de Alagoas: camponeses, pastorais e comunidades de base no contexto de transição para Nova República, 1982 a 1990	28
Arquivo e história no núcleo de pesquisa, extensão e documentação do sertão do São Francisco 1998-2013	54
Corporeidades e estéticas negras no equipamento cultural Abí Axé Egbé como forma de resistência ao racismo	71
Registros e decisões política: a câmara municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, 1962-1963	90
Aprendizados em Alagoas: autobiografia docente, acadêmica e política, 2013-2025	105

Editorial

Olhares Históricos sobre o(s) sertã (ões) e os (às) sertanejos (as)

Organizadores:

Pedro Abelardo de Santana¹

Universidade Federal de Alagoas
pedro.santana@delmiro.ufal.br
<https://orcid.org/0000-0001-5305-4844>

Sheyla Farias Silva²

Universidade Federal de Sergipe
sheylafarias@academico.ufs.br
<https://orcid.org/0000-0001-6540-1719>

José Vieira da Cruz³

Universidade Federal de Sergipe
jose.vieira@academico.ufs.br
<https://orcid.org/0000-0003-2901-2390>

A ocupação portuguesa do território que hoje constitui o Brasil — um processo violento, imposto ao modo de vida milenar dos povos originários e transpassado pela brutal escravização de povos africanos trazidos à força — está intrinsecamente ligada a complexos processos de exploração e, conseqüentemente, a contrapontos e disputas constantes, atuais e desafiadoras. Essas disputas multifacetadas envolvem questões econômicas, políticas, agrárias, religiosas, sociais e étnico-raciais que perpassam vastas regiões interioranas, distantes do litoral, genericamente denominadas sertão(ões)

¹ Doutor em História Social pela UFBA, 2015 (com estágio sandwiche na Universidade de Salamanca); Pós Doutorado com bolsa PNPd/CAPES/UFs, 2015-2017; Mestre em Geografia - área de concentração Estudos Arqueológicos (2004); graduado em História pela UFS (2001); Professor adjunto do curso de História da UFAL, Campus do Sertão; prof. permanente do Mestrado em História da UFAL.

² Licenciada em História (UFS/2002), mestrado em História (UFBA/2005) e doutorado em Geografia (UFS/2021). Atualmente é professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Alagoas e do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe (2024 - onde atualmente ocupa a coordenação do Programa. É pós-doutoranda em História Pública (Unespar/2023) e coordena o Laboratório de Ensino, Memórias, Identidades e Histórias (LABEMIH).

³ Doutor em História (UFBA/2012), pós-doutorado em Educação (UFPE/2022). Atua desde 2021 junto ao Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFs) e desde 2025 junto ao Programa de Pós-graduação em História (PROHIS/UFs).

Nesse contexto territorial, o(s) sertão(ões) da região Nordeste, com sua complexa geografia, demografia e história, emerge(m) como um campo de estudo privilegiado. Centrado neste eixo temático, o Sertão do Baixo rio São Francisco catalisa, por meio deste dossiê, a atenção tanto de seus organizadores quanto dos autores(as) dos textos selecionados. Em ambos os estudos, manifesta-se claramente a busca por aprofundar o debate conceitual sobre esta porção do Nordeste brasileiro.

Os estudos sobre este processo histórico de ocupação e transformação territorial, iniciados com a expansão ultramarina e a subsequente colonização da América Portuguesa, transcendem os limites desta, estendendo-se ao Brasil Imperial e encontrando novos desdobramentos e reconfigurações no atual contexto da Nova República. Neste sentido, a atuação de sertanejos(as) ao longo de distintas temporalidades históricas articulou uma geografia humana que contribui para a compreensão dos padrões de povoamento, das relações entre os núcleos urbanos e rurais, da distribuição populacional em razão dos recursos hídricos e das diversas interações econômicas, sociais e culturais. Ademais, influenciou os significados conceituais atribuídos ao(s) sertão(ões) e ao(às) sertanejos(as).

Assim, longe de se configurar como homogêneo, vazio e superficial, o referido espaço humanizado constituiu-se como um campo semântico em disputa, carregado de noções que oscilam entre a violência e a resiliência, a escassez e a mística, e o original e o distinto. Já o(a) sertanejo(a), por sua vez, estabelece-se como um tipo semântico, social e cultural específico, cujas características foram historicamente forjadas na luta contra um ambiente sociopolítico-cultural adverso, tenso, plural, dinâmico e contestado. Nessa perspectiva, os olhares históricos sobre o(s) sertão(ões) e os sertanejos(as) adquire uma relevância *sui generis* para a compreensão de um Brasil plural, diverso, multifacetado e profundo. Sob esta perspectiva, o presente dossiê, publicado pela Revista Caeté, congrega contribuições elaboradas “sobre”, “no” e “a partir” do sertão, discutidas por profissionais da história que atuam no fazer-se do ensino, pesquisa e extensão em diferentes instituições. Em torno desta temática, posicionamento e compreensão epistemológica, foram selecionados, apreciados e aprovados seis artigos.

O primeiro, de autoria de Itamar Freitas, intitulado “O ‘Sertão’ chama a atenção, mas raramente fecha conversa”, examina os usos desta categoria e de seus derivados em 244 títulos de teses e dissertações defendidas nos programas brasileiros de pós-graduação em História entre 2007 e 2023, discute o crescimento expressivo da produção e, por fim, observa que a categoria “sertão” é frequentemente empregada sem fundamentação teórica explícita e sem coerência argumentativa plena.

O segundo artigo, “A Teologia da Enxada no Sertão de Alagoas”, de Aline Oliveira da Silva, analisa as experiências de formação das pastorais populares da Igreja Católica junto aos camponeses e movimentos sociais do campo no contexto de transição da Ditadura civil-militar para a Nova República, entre 1982 e 1990. A atuação destes leigos católicos –

protagonizadas por trabalhadores/as rurais sem-terra, leigos católicos, freis e freiras –, cujas trajetórias revelam um histórico de experiências, costumes e resistências religiosas, populares e políticas que visavam cultivar, semear e colher estratégias para o acesso ao direito a terra.

Na sequência, Pedro Abelardo de Santana e Antônio Gabriel Fernandes Barros, no texto intitulado "Arquivo e história no Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco 1998-2013", salientam a relevância da criação de espaços voltados à conservação e preservação de fontes históricas. Nesse sentido, abordam a proteção do patrimônio documental, bem como os métodos, procedimentos e instrumentos da Arquivologia. Por fim, ressaltam a importância da documentação escrita produzida sobre o Sertão Nordestino do Baixo Rio São Francisco contida no acervo documental do Instituto Xingó — instituição articulada ao Programa Xingó, mantido pela Chesf em colaboração com uma rede de universidades e institutos de pesquisa e ensino, que englobou diversas áreas de estudo, como Arqueologia, Patrimônio Histórico, Educação, Turismo, Agronomia, entre outras — e cuja guarda documental está sob a responsabilidade do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco da Universidade Federal de Alagoas (NUPEDS – UFAL).

O quarto artigo, "Corporeidades e estéticas negras no equipamento cultural Abí Axé Egbé", escrito por Sheyla Farias Silva, estuda como homens e mulheres negros participantes do Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé da Universidade Federal de Alagoas, em Delmiro Gouveia, percebem e externalizam suas corporeidades, estéticas e identidades negras como forma de resistência ao racismo. Assim o texto – fundamentado na observação participante e de viés qualitativa, bem como na análise dos registros digitais e imagéticos vinculadas ao mencionado equipamento cultural – analisa práticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e sua relação com o corpo.

O quinto artigo, intitulado "Registros e decisões política: a Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, 1962-1963", de autoria de Adriana Sandes Araújo e Gilvana Leticia dos Santos, realiza uma análise dos documentos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, abrangendo os anos de 1962 e 1963. Tal análise fundamenta-se nos resultados do projeto de extensão "Nos recônditos da casa do povo: catalogação e digitalização dos documentos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia". A partir deste projeto, o texto aborda o histórico das câmaras municipais, procura compreender as articulações subjacentes à disputa pelo poder local durante a primeira legislatura da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia e, por fim, ressalta a relevância da salvaguardar os registros escritos da mencionada Câmara.

O sexto artigo, "Aprendizados em Alagoas", de José Vieira da Cruz, apresenta a autobiografia docente, acadêmica e política do autor – junto à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e a sociedade alagoana – no período compreendido entre 2013 e 2025. Intervalo de tempo delimitado entre sua posse na instituição e o recebimento da comenda de

mérito educacional outorgada pela Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas. O texto aborda a relevância da expansão e interiorização do ensino superior, ressalta a criação do Campus do Sertão/Ufal, avalia os avanços e desafios atinentes ao ensino superior público, relata experiências de docência, pesquisa e gestão. E, por fim, apresenta um relato autobiográfico dos aprendizados tecidos em mais de uma década de experiências em Alagoas.

Em síntese, os seis artigos que compõem o presente dossiê propõem aos leitores interessados uma imersão nas múltiplas historicidades que se desenvolveram e persistem neste "Brasil profundo". A partir destes enfoques históricos, adentrando o sertão, ressalta-se o propósito de examinar as experiências, resistências, identidades e significados intrínsecos ao espaço, aos sujeitos, às temporalidades e às narrativas que circundam o(os) sertão(ões) e os(às) sertanejos(as).

Esperamos que apreciem a leitura!

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

O “Sertão” chama a atenção, mas raramente fecha a conversa: um exame dos usos da categoria em teses e dissertações brasileiras na área de História (2007 – 2023)

The “Sertão” draws attention but rarely concludes the conversation: an examination of the uses of this category in Brazilian theses and dissertations in the field of History (2007 – 2023)

Itamar Freitas¹

Universidade Federal de Sergipe

itamarfreitasufs@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2226-2015>

RESUMO

Este artigo examina os usos da categoria “sertão” e de seus derivados em 244 títulos de teses e dissertações defendidas nos programas brasileiros de pós-graduação em História entre 2007 e 2023, com leitura integral de 64 desses trabalhos. Mediante abordagem mista – quantitativa e qualitativa –, foram analisadas a distribuição temporal, institucional e regional das pesquisas; a função sintática dos termos nos títulos; os significados atribuídos nos corpos textuais; e a consistência argumentativa do uso da categoria ao longo dos textos. Os resultados revelam crescimento expressivo da produção, com forte concentração no Nordeste e um campo semântico em expansão. No entanto, observa-se que, embora recorrente, a categoria é frequentemente empregada sem fundamentação teórica explícita e sem coerência argumentativa plena. Conclui-se que o “sertão” mobiliza o imaginário acadêmico, mas nem sempre sustenta analiticamente os textos que o tomam como eixo interpretativo.

Palavras-chave: Sertão; historiografia brasileira; teses e dissertações; análise conceitual; coerência argumentativa.

ABSTRACT

This article examines the uses of the category “sertão” and its derivatives in 244 thesis and dissertation titles defended in Brazilian graduate History programs between 2013 and 2023, including a full reading of 64 selected works. Using a mixed approach – both quantitative and qualitative – the study explores the temporal, institutional, and regional dynamics of production, the syntactic functions of the terms in titles, the semantic variations within the texts, and the argumentative consistency of the category’s use. Results show significant growth in academic interest, concentrated mainly in the Northeast, and a broadening semantic field. However, the category is often employed without theoretical grounding or analytical coherence. The study concludes that although “sertão” appeals to historical imagination, it frequently fails to anchor the interpretive structure of the works in which it appears..

¹ Doutor em Educação (PUC/SP-2006) e em História (UFRGS-2019) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGH/UnB-2014). É professor do Departamento de Educação, do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-graduação em História (UFS), editor-executivo da revista “Crítica Historiográfica” e coeditor do blog “Resenha Crítica”.

Keywords: Sertão; Brazilian historiography; theses and dissertations; conceptual analysis; argumentative consistency.

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo investigamos os usos das expressões “sertão”, “sertões”, “sertanejo(a)” e “sertanejos(as)” em teses e dissertações defendidas nos programas brasileiros de pós-graduação em História no período de 2007 a 2023, marcos temporais dentro dos quais as fontes selecionadas foram localizadas. Inicialmente, apresentamos um mapeamento dessa produção em termos de gênero textual, instituições e regiões produtoras. Em seguida, concentramos a análise na função sintática desses termos nos títulos e subtítulos das obras, observando se atuam como núcleo ou complemento do objeto do conhecimento. Além disso, identificamos os significados atribuídos a essas palavras e os aportes teóricos empregados na construção de suas definições. Por fim, analisamos o grau de fidelidade das conclusões de uma amostra dos trabalhos no que diz respeito à relação entre as questões/objetivos orientadores da interpretação de evidências sobre “sertão”, “sertões”, “sertanejo(a)” e “sertanejos(as)” e as considerações finais ou conclusões desdobráveis dessas questões.

Justificamos esta análise pela relevância da terminologia na historiografia e sua relação com a construção de identidades, narrativas e representações do espaço e dos sujeitos sertanejos, bem como pela raridade dos textos dedicados à revisão da literatura, mesmo em suas versões mais simples: a de escopo (Zhai; Razali; Sulaiman, 2022). Em pesquisas exploratórias preliminares, em revistas brasileiras de História indexadas no site *Resenha Crítica* (ISSN 2764-0302), identificamos 151 publicações que utilizaram a categoria “sertão” como título ou subtítulo, entre 2020 e 2024. A distribuição por ano revela um pico inicial em 2020, com 88 publicações, representando 58% do total. Os anos seguintes apresentam uma queda significativa, com 25 publicações em 2021 (16,6%), 8 em 2022 (5,3%), e uma recuperação gradual em 2023 (19 publicações, 12,6%) e 2024 (11 publicações, 7,3%).

No recorte por periódicos, *História e Cultura* se destaca com 19 publicações (12,7%), seguida por *Crítica Histórica* com 9 (6%), *Sæculum*, *Revista Ruris* e *Albuquerque – Revista de História*, cada uma com 8 publicações (5,3%). A área de concentração em História dos Sertões, presente, por exemplo, no Programa de pós-Graduação em História do Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN) e a concentração em determinados periódicos sugere a existência de grupos de editores articulados e sensíveis à noção de sertão, com a publicação de dossiês e, ainda, a sistemática divulgação de artigos livres em revista especializada, como é o caso de *Sertão História: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente* (NEHSA). Apesar dessa potente inserção nos domínios históricos, carecemos de textos que abarquem de modo sistemático a produção sobre a matéria difundida em teses e dissertações brasileiras.

Neste estudo, portanto, objetivamos compreender os usos desses termos nos trabalhos acadêmicos da área de História, apontando vícios e virtudes como estratégia de aperfeiçoamento na formação inicial de pesquisadores que empregam as referidas palavras na condição de categoria central em seus trabalhos de graduação e pós-graduação. Para isso, adotamos uma abordagem mista: quantitativa no trabalho de tipificação dos termos e qualitativa na análise linguística e historiográfica.

Em termos teórico-metodológicos, definimos este trabalho como artigo de revisão crítica da literatura (Haby et al, 2016, p.54) produzida em cursos de pós-graduação em História. O universo da amostra são cerca de 1.616.777 trabalhos de pós-graduação registrados no “Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Fundação Capes), somados aos 729.013 registrados pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Ciência, Informação e Tecnologia (BDTD/IBICT) consultados em janeiro de 2025. A amostra, do tipo não probabilística, é constituída por 55 teses (23%) e 189 dissertações (73%), defendidas entre 2013 e 2023, selecionadas a partir dos já referidos descritores inseridos nos títulos dos trabalhos: “sertão(es)”, “sertanidade(s)”, “sertanejo(s)” e “sertaneja(s)”. Duzentos e quatro desses trabalhos estavam registrados apenas no BDTD e no CTD, enquanto os demais (40) pertenciam aos dois acervos.

As unidades de leitura são os títulos de 244 trabalhos, examinados a partir das orientações dos textos acadêmicos que se ocupam das estruturas sintáticas (Cheng, 2012, p.6-8). Dentro deste conjunto, unidades de leitura são também os textos integrais de 64 trabalhos que empregam “sertão” de modo isolado e abstrato nos títulos, ressalvando o descarte de 19 trabalhos deste grupo, indisponíveis na internet.

Na identificação dos objetos do conhecimento, examinamos a estrutura dos títulos com base nas “categorias gramaticais” da língua: substantivo, adjetivo, verbo e advérbio (Bechara, 2019, p.161). Ao questionarmos hipoteticamente “O que você investiga?”, a resposta fornecida após o “investiga” (verbo) foi um conjunto de palavras modificadoras (como os advérbios) e/ou especificadoras (como os adjetivos) e suas locuções ou adjuntos respectivos (adjunto adverbial e locução adjetiva, por exemplo).

Em linguagem epistêmica rüseneana, os substantivos que realizam os núcleos dos objetos do conhecimento, tanto nos títulos como no interior dos textos integrais, podem ser interpretados como “categorias” – palavras que “não se referem diretamente a nenhum estado de coisas, mas estabelecem a qualidade histórica da mudança temporal dos estados de coisas”. Também podem ser tipificados como “conceitos históricos” (substantivos próprios) que designam “estados de coisas do passado em sua ocorrência singular” (Rüsen, 2007, p. 93). Assim, além de identificar sintaticamente a função dos descritores (sertão, sertanejo, sertanidade) nos títulos, também tipificamos o emprego desses descritores em termos de conceitos, conceitos históricos e categorias, lançando mão das estratégias da análise

descritiva de conteúdo: formulação de questões, localização de textos, identificação de unidades amostrais, seleção de amostra, estabelecimento de categorias de codificação, inferências e elaboração de relatório (Krippendorf, 2013).

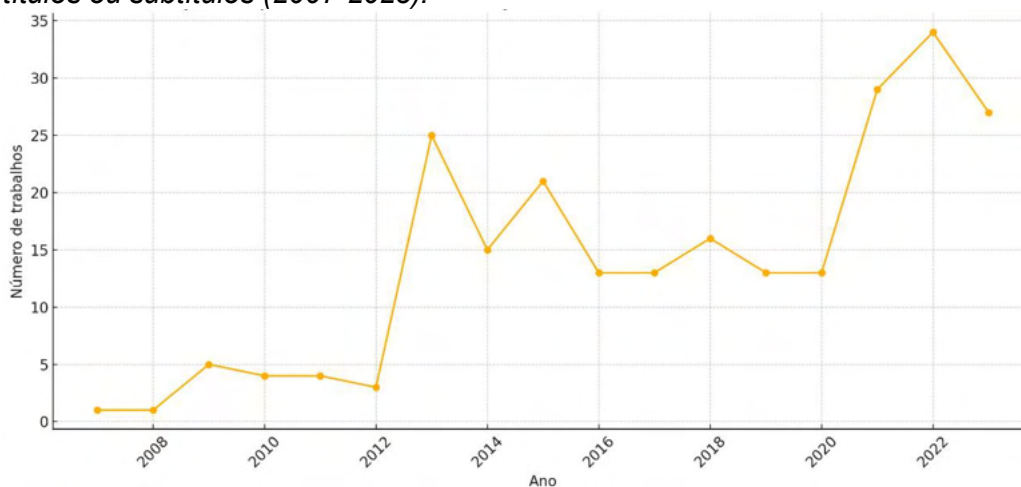
Os resultados da investigação foram organizados em quatro seções. A primeira descreve a distribuição de frequência de trabalhos por ano e estabelece correlações com o gênero, instituição e Estado. A segunda descreve as funções sintáticas da categoria “sertão”. A terceira apresenta os significados de “sertão”, recolhidos nos textos lidos integralmente”. A quarta seção, por fim, discute a consistência argumentativa dos trabalhos intitulados por “sertão” e derivadas.

2 A DINÂMICA DA PRODUÇÃO QUE PRIORIZA A CATEGORIA “SERTÃO” NOS TÍTULOS E SUBTÍTULOS

Neste tópico, analisamos a distribuição temporal dos gêneros textuais ao longo do período 2007-2023, a representatividade das instituições de ensino e pesquisa e dos respectivos estados e regiões nos quais são defendidos os trabalhos de pós-graduação.

Figura 1

Distribuição temporal dos trabalhos de pós-graduação com “sertão” e derivadas nos títulos ou subtítulos (2007-2023).

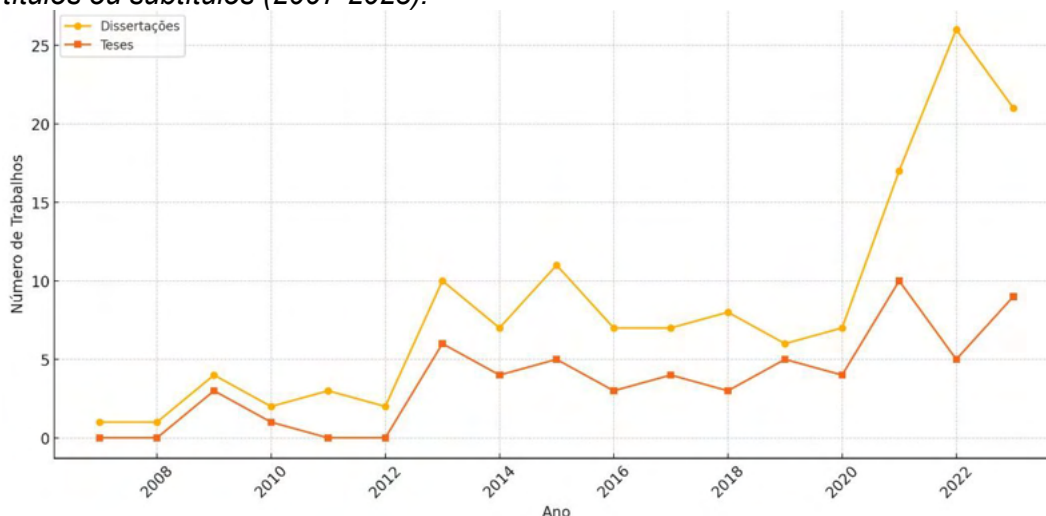


Produzida pelo autor com base no Banco de Teses e Dissertações da Fundação CAPES.

A figura 1 mostra a distribuição temporal da frequência de teses e dissertações brasileiras que incorporam a palavra “sertão” em seus títulos ou subtítulos entre 2007 e 2023. Observamos um crescimento significativo a partir de 2013, quando o número de trabalhos salta de um patamar modesto (abaixo de 5 trabalhos por ano) para um pico de 24 defesas em 2013. Embora haja oscilações nos anos seguintes, com quedas pontuais entre 2016 e 2020, percebemos uma nova inflexão acentuada em 2021 e 2022, quando o número de trabalhos ultrapassa os 30 por ano – os maiores da série histórica.

Figura 2

Distribuição temporal de teses e dissertações brasileiras com “sertão” e derivadas nos títulos ou subtítulos (2007-2023).



Produzida pelo autor com base no Banco de Teses e Dissertações da Fundação CAPES.

Quando comparamos (figura 2) a distribuição anual de teses e dissertações com o termo “sertão” no título entre 2007 e 2023, discriminando-as por gênero textual, constatamos que as dissertações superam numericamente as teses, embora ambas apresentem trajetórias de crescimento. Até 2012, os números se mantêm baixos para os dois tipos de trabalho, com destaque para o predomínio quase exclusivo das dissertações. A partir de 2013, observamos um aumento expressivo nas dissertações, que atingem um pico em 2022 com mais de 25 registros. As teses, por sua vez, seguem um ritmo mais moderado, mas também demonstram crescimento, sobretudo a partir de 2019.

Quando examinamos o lugar das instituições na produção desse montante, percebemos que as diferenças substanciais são mais bem compreendidas quando postas em quartis. O primeiro quartil (Q1) reúne as universidades com maior participação, incluindo instituições como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que lidera com ampla margem, somando 44 defesas. Também se destacam a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com 14 trabalhos, e, com números próximos, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com 13, e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 11.

O segundo quartil (Q2) engloba universidades com participação relevante, embora menos expressiva que as do Q1. Essas instituições mantêm presença constante na temática, geralmente com entre 6 e 9 defesas. É o caso da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), ambas com 9 trabalhos, seguidas por instituições como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), com 8 trabalhos cada. A Universidade Federal da Paraíba – Campus João Pessoa (UFPB) também aparece nesse grupo, igualmente com 8 defesas.

No terceiro quartil (Q3) estão universidades que contribuíram com um número

moderado de defesas (geralmente entre 3 e 5), sugerindo envolvimento pontual ou em expansão com a temática. Entre os exemplos estão a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), ambas com 6 trabalhos; além da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e da Universidade de São Paulo (USP), com 5 defesas cada. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o mesmo número, também figura nesse grupo.

Já o último quartil (Q4) abrange instituições com apenas uma ou duas defesas registradas no corpus analisado. Embora menos frequentes, essas participações revelam a capilaridade do interesse pelo tema “sertão” em diversas regiões e programas de pós-graduação no país. Nesse grupo encontram-se instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), todas com duas ou uma defesa registrada.

Quando convertemos as informações acima em indicadores de estados e regiões, constatamos, inicialmente, forte predominância do Nordeste, responsável por mais da metade dos trabalhos defendidos, com destaque para o Rio Grande do Norte (44), Bahia (34), Paraíba (18), Pernambuco (17), Ceará (12), Maranhão (10), Sergipe (7) e Piauí (4). A região Sudeste vem em segundo lugar, com contribuições significativas de Minas Gerais (21), Rio de Janeiro (24) e São Paulo (15). O Centro-Oeste e o Norte aparecem de forma mais tímida, com Goiás (11), Tocantins (3), Pará (6) e Mato Grosso (1), enquanto o Sul apresenta números residuais, com destaque apenas para o Paraná (6).

Essa distribuição regional testemunha, provavelmente, a territorialização do sertão como categoria mais fortemente articulada ao imaginário e às realidades do Nordeste brasileiro e, em parte, aos historicamente reconhecidos territórios que formam um perímetro com estados do Sul, Sudeste e Centro-oeste (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás), como veremos no tópico a seguir.

3 FUNÇÕES SINTÁTICAS DE “SERTÃO” NOS TÍTULOS

Títulos, em geral, são compostos por um ou dois segmentos (neste caso, separados por sinal gráfico – dois pontos, sinal interrogação ou hífen e, em situações raras, ponto e vírgula e vírgula. Dentro do primeiro ou do segundo segmento ou, ainda, na condição de núcleos ou complemento dos objetos do conhecimento, a presença do “sertão” depõe sobre a relevância da categoria no trabalho e/ou no domínio acadêmico História. Na análise, considerados em suas funções sintáticas nos títulos, em geral, as categorias “sertão” e “sertanejo” são dominantes como complemento do núcleo do objeto do conhecimento (60%), quando comparados ao emprego como núcleo do objeto do conhecimento (em torno de 40%).

Dominantemente antecedidas por “do”, “dos”, “entre”, “no” e “nos”, sertão funciona como

adjunto adverbial de lugar. Excluídas as referências metafóricas, como no trabalho *Entre repentes e sertões*: presença, mudanças e continuidades da cantoria de viola no Seridó potiguar (Diniz, 2022), as referências aos sertões da Bahia são majoritárias (13%), seguidas de menções ao sertão do Rio Grande do Norte (6%), Ceará, Paraíba, Minas Gerais e Pernambuco (3% cada), e Maranhão, Alagoas, Goiás, Piauí (2%), Sergipe, Rio Grande do Sul (1%).

Como complemento ao núcleo do objeto do conhecimento, em geral, as categorias comunicam o gentílico (“sertão baiano”) ou fazem referência direta a localidades (sertão da Bahia, alto sertão da Bahia e sertão de Jacobina). Os sertões de Santa Catarina, Amazonas, Rio de Janeiro, Tocantins e Pará aparecem com uma ocorrência cada. São raros os sertões que atravessam estados (“sertões da Bahia e de Minas Gerais”, sertão da “Bahia e Sergipe” e sertão de “Alagoas e Paraíba”), como em: *Dotadas de bens*: os enlaces matrimoniais *no sertão de Piranhas e Piancó* (capitania da Paraíba do Norte, século XVIII) (Soares, 2017); e *Poder e política no Brasil imperial*: traços da gênese e da trajetória dos Fontes e dos Dantas no sertão da Bahia e de Sergipe del rey (1820-1850) (Andrade, 2017). Ainda mais raros são os empregos de “sertão nordestino”, “sertão central” ou “sertão brasileiro”, como em: *A força do fraco*: a astúcia como estratégia de desorganização dos jogos de poder no sertão nordestino (Sarmiento, 2017).

Outra forma de complementar o núcleo do objeto do conhecimento é o seu emprego como adjunto adverbial de tempo, como ocorre em *Nas veredas do sertão colonial*: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (capitania da Parahyba do Norte, c. 1690 – c. 1772) (Formiga, 2013), *Inácio Correia Pamplona*: o ‘Hércules’ do sertão mineiro setecentista” (Assis, 2014), *Club Rio Contense*: sociabilidade, instrução e assistência no sertão republicano (Rio de Contas, 1902-1966) (Marinho, 2017) e *Práticas populares de curas e o espaço do médico Francisco Ayres da Silva no sertão brasileiro* (1900 – 1930) (Ferreira, 2022).

Quando aparece na forma de núcleo do objeto do conhecimento, “sertão” é descrito predominantemente como um genérico e abstrato (73%), a exemplo do título *A invenção do sertão no romance d’a pedra do reino* (Oliveira, 2015). Nas demais referências, sertão significa coisa (19%), na figura de nomes próprios (“Princesa do Sertão”, “Drogas do sertão” e “Campus do Sertão”) ou comuns (“religiosidade sertaneja”, “literacia sertaneja” e “representações sertanejas”). Também como núcleo do objeto do conhecimento, sertão é palavra que qualifica pessoas (“cativos do sertão”, “descabaçadas do sertão”, “elites sertanejas”, “emigrados do sertão”, “escravizados do sertão”, “memorialistas do sertão” e “mulheres sertanejas”).

A maior parte das menções como núcleo do objeto do conhecimento, contudo, aparece nas configurações de “o sertão”, “o sertão de” e “o sertão do”. Nessa classe, abunda o emprego metafórico, como em: *O “incivilizado sertão”*: as representações sociais e o cotidiano dos agregados e camaradas do pantanal norte (Borges, 2016) e *O sertão partido*: a formação

dos espaços no planalto curitibano (séculos XVII e XVIII) (Barleta, 2013). Nesta classe, também é frequente a antropomorfização de “sertão”, antecedido pelo artigo “o” e seguido de um termo de contextualização do objeto, como nesses exemplos: *O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio. os Campos de Palmas – Paraná 1859-1888* (Machado, 2014); *O sertão é neon: transversalidades e pluralidades de identidades de gêneros no filme ‘boi neon’, de Gabriel Mascaro* (Azevedo, 2022); e *Captura dos sertões na rede: um olhar sobre os sertões contemporâneos divulgados/visualizados nas mídias digitais (2018-2022)* (Medeiros, 2022).

Como afirmamos na introdução, até o encerramento da pesquisa que gerou este trabalho, não encontramos artigos de revisão que enfrentassem, especificamente, esta questão. Assim, conjecturamos que as prováveis razões para a dominância dos termos *sertão* e *sertanejo* como complementos do núcleo em detrimento do seu uso como núcleo do objeto (40%), podem significar um uso acadêmico consolidado, indicando a necessidade de inversão lógica, ou seja, estudos futuros poderiam atribuir maior protagonismo epistemológico do sertão e do sertanejo, problematizando sua condição de traço diacrítico de determinado espaço, lugar, local ou paisagem, como encontramos nessa próxima seção.

4 SIGNIFICADOS DE “SERTÃO” NOS CORPOS TEXTUAIS: UM CAMPO SEMÂNTICO EM EXPANSÃO

Neste tópico, investigamos a diversidade de sentidos atribuídos ao termo “sertão” a partir da leitura integral das obras. Focamos especialmente nos casos em que “sertão” aparece como núcleo do objeto do conhecimento, isto é, como conceito central nos argumentos, nas hipóteses ou nas categorias analíticas. Nessa classe, após o descarte dos títulos indisponíveis na Internet, identificamos 45 entradas com distintos modos de significação.

A categoria mais recorrente na amostra é “espaço”, presente em 14 trabalhos (31%). Em alguns casos, essa espacialidade é mais objetiva e cartográfica, como em Rodrigues (2021, p.30), que define o sertão como “espaço geográfico”, exemplificado como “sertão garimpeiro” ou em Silva (2023b, p.11), que o caracteriza como “espaço geográfico, território e paisagem”, designando “os sertões do Piauí e Maranhão”. Outros autores optam por interpretações mais subjetivas ou fenomenológicas, como Nobre (2022, p.17), que fala em “sertão” como “espaço pensado, imaginado e físico”, ou Oliveira (2015, p.10), que o denomina de “espaço de saudade e memória” ao “sertão” “inventado” pela literatura.

Há ainda apropriações que abordam o sertão como espaço de conflito e alteridade, como Cunha (2013, p.13), que o identifica como “espaço do outro”, em contraste com o litoral colonizado, e Barros (2021, p.18, 195), que o trata como “espaço de fronteira”, em mutação e ainda por conquistar. Em Barleta (2013, p.13-14, 194), o sertão aparece como “formação espacial” vinculada à institucionalização do território pelo império português, enquanto Lima (2020, p.8) associa o espaço sertanejo às lutas sociais, chamando-o de “espaço diversificado

política, social, cultural e geograficamente”.

A segunda categoria mais frequente é “região”, com 7 ocorrências (16%). Esse uso recorre a delimitações geográficas, políticas ou econômicas. Em Oliveira (2014a, p.13), o sertão é a “região semiárida do bioma caatinga”, e em Feitosa (2014), é contrastado à zona canavieira litorânea, sendo definido como “região da economia do algodão e da pecuária”. Em Caetano (2015, p.41), o sertão é interpretado a partir da dicotomia sertão-litoral, revelando tensões históricas entre o moderno e o arcaico. Também aparecem usos administrativos, como em Barbosa (2015, p.22, 143), que o designa como “região do Ceará”, e econômicos, como em Silva (2021, p.10), que o chama de “região econômica”.

Uma terceira família semântica é composta pelos trabalhos que não definem explicitamente o que entendem por sertão – são 6 casos (13%), nos quais o termo é utilizado como se fosse autossuficiente. Autores como Costa (2009), Hollanda (2014), Goveia (2022) e Silva (2013) recorrem ao termo “sertão” e suas variações (sertão nordestino, sertão sergipano), mas não propõem uma definição fundamentada, nem indicam a origem epistemológica do conceito. Em muitos desses trabalhos, o sertão aparece como um pano de fundo geográfico ou como marcador retórico de identidade. Outro grupo importante é o dos trabalhos que constroem o sentido de sertão por negação – 4 casos (9%). Essa abordagem crítica visa desconstruir representações estigmatizadas. Lopes (2021), por exemplo, combate os estereótipos do sertão como lugar de atraso e miséria. Moraes (2023) adota uma estratégia semelhante ao criticar a redução do sertão a limites administrativos ou ecológicos, enquanto Magalhães (2010, p.20) propõe a noção de “não lugar”, ou seja, “o ente caracterizado menos pela fixidez

geográfica e mais pelo movimento criado através de uma mitologia literária.”

Em seguida, há a categoria “representação”, subsunsa dos termos “discurso”, “narrativa”, “imagem” e o próprio “representação”, com 4 ocorrências (9%), que trata o sertão como construção simbólica e discursiva. Souza (2018b), por exemplo, mobiliza M. Foucault para analisar o sertão como “discurso”, enquanto Patrício (2017) define-o como “corpo de narrativas”, com dimensão artística e histórica. Silva (2022b, p.17) aborda o sertão como “imagem” cultural, referenciada por J. Le Goff, e Lima (2021) discute-o como representação do Estado modernizador, especialmente no contexto das políticas contra a seca.

A categoria “lugar” aparece também com 4 entradas (9%), indicando uma tentativa de aproximação do sertão a vivências locais, identidades e experiências históricas. Moraes (2015, p.22) define o sertão como “lugar-objeto de políticas régias”; Oliveira Filho (2016, p.30) o vê como “espaço fronteiro”, e Souza (2021a) o reivindica como lugar de resistência, contra estigmas de miséria. Em Azevedo (2016) conseguimos capturar sertão como “lugar”, apenas conjecturalmente, observando dados da conclusão de seu trabalho, sem, no entanto, encontrarmos estrutura teórica explícita.

As demais categorias aparecem de forma mais pontual, com apenas uma ocorrência cada (9%): “local de enclave entre o Brasil do passado e o futuro promissor” (Prates, 2017, p.13), remetendo ao sertão como interstício entre passado e futuro; “setor complementar da sociedade colonial” (Silva, 2023a, p.23), que interpreta o sertão a partir de sua função econômica e política na formação do Brasil; “domínio” (Costa, 2013, p.13), no sentido de território biofísico do semiárido; “periferia do mundo globalizado” (Ferreira, 2013, p.16, 31). Essa multiplicidade de usos revela que o termo “sertão” funciona como categoria de alta densidade semântica, operando tanto no plano da geografia física quanto no da memória, da identidade, da crítica social e da política cultural. Enquanto alguns trabalhos buscam delimitar sua natureza territorial ou econômica, outros preferem acionar o termo como construção discursiva, evocação simbólica ou categoria de oposição à modernidade hegemônica. Se por um lado isso atesta a vitalidade e complexidade do conceito, por outro expõe os riscos de sua banalização, especialmente quando não há preocupação com sua fundamentação teórica ou coerência argumentativa ao longo do texto. A banalização, contudo, é mais explícita quando o emprego da categoria não agrega aportes e autoria empregados ou não o retoma na conclusão do trabalho (nos casos em que, necessariamente, deveriam ter retomado). Isso é o que veremos nessa próxima e última seção.

5 CONSISTÊNCIA ARGUMENTATIVA DE “SERTÃO”

Neste tópico, examinamos aspectos da consistência argumentativa do uso da categoria “sertão” à presença de definição fundamentada, implícita ou explicitamente, bem como a possível retomada nas conclusões ou considerações finais e, respectivamente, à coerência entre a definição inicial e os usos posteriores no desenvolvimento da argumentação. A partir desses critérios, procuramos aferir se o “sertão” funciona de fato como uma categoria analítica ao longo dos textos ou se opera apenas como expressão vaga, genérica, ou evocativa, descolada do problema investigado.

Os dados apontam que há um número expressivo de trabalhos que definem o termo “sertão”, fundamentando teoricamente as suas formulações. Dos 45 trabalhos analisados, 9 (21%) enquadram-se nessa situação. São os casos, por exemplo, da apresentação de sertão como espaço/ área/formação espacial – “Sertão de Paranaguá”, apoiado em proposições de Milton Santos, institucionalizado pelo império português e humanizado”, “formação espacial” (Barleta, 2013, p.3, 194), espaço geográfico – o “Sertão garimpeiro” – com base no “espaço” de E. Dardel, 2015 (Rodrigues, 2021, p.30) e de sertão como domínio – “das caatingas brasileiras ou nordeste semiárido” – de A. Ab'Saber (Costa, 2013, p.11).

Neste grupo também incluímos os que definem por negação e fundamentam e os que definem e fundamentam a categoria implicitamente (7%). Dos que afirmam negando, temos proposição de que o sertão não deve “ser reduzido a determinados limites administrativos,

como o das capitânias [...] à distribuição dos seus habitantes em um determinado território [...] área ecológica", com o suporte indireto (citação de citação) de I. R. Matos (Morais, 2023, p.27). Entre os trabalhos nos quais a categoria sertão é implicitamente definida, citamos as ideias de sertão como espaço/território/paisagem, sob apoio de P. Litle (Silva, 2023b, p.11), imagem, relativa ao imaginário de J. Le Goff (Silva, 2022b, p.13) e como região econômica, com o apoio de C. C. M. dos Santos (Silva, 2021, p.60).

Dentro dessa rubrica (definir pela negação ou definir implicitamente) são mais numerosos os textos que não fundamentam as categorias empregadas (10%). São os casos em que a categoria sertão é implicitamente designada como lugar, definida após a leitura das conclusões do trabalho (Azevedo, 2016, p.12) e que é definida "não mais como lugar de sofrimento e miséria."

Mais preocupante que a ausência total de definição é o caso dos trabalhos que definem "sertão", mas não fundamentam tais categorias analíticas – situação que abrange 42% da amostra. Esses casos se distribuem para a maioria dos significados de "sertão" anunciados acima, a exemplo de sertão como espaço em Souza (2018a) e Barros (2021), como representação em Patrício (2015 e Souza (2018b), como local e lugar, em Prates (2017) e Moraes (2015), e como região em Santos (2017) e Oliveira (2014a).

Por fim, ainda mais grave são os casos de trabalhos que não definem e, obviamente, não fundamentam suas escolhas (18%). Quando isso ocorre, mesmo que a implícita intenção da autoria tenha sido apenas estética, fica a cargo do leitor, por exemplo, a atribuição de sentido a "sertanejas", no título *Sertanejas de negócios*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1968-2022 (Cavalcanti, 2023) e a "sertão", nos títulos: *O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio. os campos de palmas – Paraná 1859-1888* (Machado, 2014); *A arte do improvisado na poética de Geraldo Alves: o sertão ao som da viola* (Costa, 2009); *Entre o sertão e o mar: o projeto de cultura nacional de Leonardo Mota'* (Hollanda, 2014); *A festa do vaqueiro de Porto da Folha: cordelizando vamos ensinando a história e estudando o alto Sertão Sergipano sergipano* (Gouveia, 2022), *Sertão de coxim: apossamentos de terras, conquistas e relações de trabalho (1830- 1898)*' (Silva, 2013) e *O sertão que virou "mar": memória, cultura e identidade no projeto de irrigação jusante, Glória - BA (1988 - 2021)*' (Silva, 2022a)

No que diz respeito à coerência dos usos da categoria na lógica da estrutura do trabalho (introdução/conclusão), quando desconsiderados os casos classificados como "não se aplica", observamos que a maior parte dos textos analisados apresenta algum grau de coerência entre o uso da categoria "sertão" e os elementos estruturantes da pesquisa, como problema, questão, fundamentação teórica ou conclusão. Dos 32 trabalhos restantes, 26 (cerca de 81%) foram considerados coerentes em diferentes níveis. Alguns mantêm coerência direta com o problema de pesquisa, como Patrício (2017) e Oliveira (2014b); outros articulam de forma clara a definição da categoria com a questão de pesquisa e a base teórica, como Souza (2018b), Moraes (2023), Silva (2023a) e Sousa (2018a). Há também exemplos que

demonstram coerência estrutural entre a introdução e a conclusão, como Barleta (2013) e Barros (2021), bem como interpretações inovadoras, a exemplo de Ferreira (2013), que redefine o sertão como "a periferia do mundo globalizado", e Feitosa (2014), que desloca o foco da análise para a categoria "trabalho".

Por outro lado, 6 trabalhos (aproximadamente 19%) apresentaram incoerência parcial ou total. Em alguns casos, há contradições internas, como em Silva (2021), que parte da definição do sertão como região econômica e conclui com uma noção de espacialidade construída no processo colonizador, sem mediação entre os sentidos. Outros autores, como Cunha (2013), abandonam na conclusão o quadro teórico assumido inicialmente, enquanto Barbosa (2015) não retoma a categoria, direta ou indiretamente, ao final da análise. Esses exemplos demonstram que, embora a maioria dos trabalhos busque coerência interna no uso do conceito de sertão, ainda persistem fragilidades quanto à articulação entre definição, fundamentação e fechamento argumentativo, o que compromete a robustez teórica de parte significativa da produção.

6 CONCLUSÃO

A análise dos 244 títulos e dos 64 textos integrais de teses e dissertações revela um paradoxo fundamental: embora o "sertão" figure como um dos conceitos mais mobilizados na historiografia acadêmica recente, ele raramente estrutura com rigor a arquitetura analítica dos trabalhos que o adotam. A pesquisa evidenciou um crescimento relevante do uso da categoria entre 2007 e 2023, com forte concentração no Nordeste e uma pluralidade de sentidos que vão do espaço geográfico à construção simbólica, da identidade cultural ao discurso político. Entretanto, esse dinamismo semântico é acompanhado de fragilidades teóricas: 42% dos trabalhos definem o termo sem justificar suas escolhas conceituais, e 18% sequer propõem uma definição. Apenas uma minoria articula a categoria com coerência epistemológica até as conclusões.

Ainda que 81% dos trabalhos apresentem alguma forma de coerência interna, ela nem sempre se traduz em fundamentação consistente ou em retomada reflexiva da categoria ao final da argumentação. Tais resultados indicam que o "sertão", mais do que uma categoria estruturante, tem funcionado muitas vezes como recurso retórico ou evocativo, mobilizando afetos e imaginários sem necessariamente operar como conceito histórico. Diante disso, reafirmamos a necessidade de um uso mais crítico, teoricamente sustentado e argumentativamente coeso da categoria "sertão" nos trabalhos acadêmicos da área de História.

Essa constatação aponta também para a importância de repensar o trabalho de orientação em programas de pós-graduação. Recomendamos que orientadores incentivem, desde os projetos iniciais, a problematização explícita dos conceitos utilizados e o cuidado

com sua definição e fundamentação teórica. O trabalho formativo pode ser fortalecido por meio da adoção de roteiros de leitura orientada, oficinas de análise conceitual, e discussões sistemáticas sobre categorias historiográficas nos grupos de pesquisa e o emprego sistemático da sequência: definição, fundamentação e exemplificação. Além disso, a promoção de revisões da literatura como exercício pedagógico pode contribuir para o desenvolvimento da vigilância epistemológica e da coerência argumentativa dos pós-graduandos.

Por fim, é necessário reconhecer as limitações deste estudo. O recorte cronológico (2007–2023) e a seleção de apenas 64 textos para leitura integral e a primazia sobre textos que contemplassem sertão (e derivadas) no título, embora metodologicamente justificáveis, são bastante limitados quanto ao espelhamento da diversidade de abordagens existentes. Futuros estudos podem aprofundar a análise comparando usos da categoria “sertão” com outras expressões espaciais (como “interior”, “Nordeste”, “periferia”) ou ampliando o escopo para incluir artigos científicos. Ainda assim, os resultados aqui apresentados fornecem um diagnóstico relevante sobre o lugar que o “sertão” ocupa – e o que ainda não ocupa – na historiografia contemporânea, produzida como trabalho para a obtenção de graus acadêmicos, em nível de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

- Almeida, E. A. C. D. (2014). *Nos confins do sertão de Miranda, ocupação, povoamento, economia e trabalho (1830-1892)*. (Tese de doutorado em História, Universidade Federal da Grande Dourados).
- Andrade, M. D. N. (2017). *Poder e política no Brasil imperial: traços da gênese e da trajetória das fontes e dos Dantas no sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal De Sergipe).
- Assis, M. E. A. D. (2014). *Inácio Correia Pamplona: o ‘Hércules’ do sertão mineiro setecentista’*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal De São João Del-Rei).
- Azevedo, G. L. D. (2022). *O sertão é neon: transversalidades e pluralidades de identidades de gêneros no filme boi neon de Gabriel Mascaro*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte).
- Azevedo, M. C. N. D. (2016). *Um olhar sobre o sertão: as fotografias do relatório da expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna*. (Dissertação de Mestrado em

História, Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz).

- Barbosa, N. P. (2015). *Memorialistas do sertão central: memória, identidade, cultura historiográfica e legitimação do discurso em Quixadá e Quixeramobim (1996- 2002)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual do Ceará).
- Barleta, L. B. (2013). *O sertão partido: a formação dos espaços no planalto curitibano (séculos XVII e XVIII)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Do Paraná).
- Barros, R. D. S. (2021). *Os sertões em movimento: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia colonial 1651-1720*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia).
- Bechara, E. (2019). *Moderna Gramática Portuguesa*. 39ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Borges, A. C. D. S. (2016). *O "incivilizado sertão": as representações sociais e o cotidiano dos agregados e camaradas do pantanal norte*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual De Campinas).
- Caetano, E. S. (2015). *O sertão do brasil central na literatura de João de Minas*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás).
- Cavalcanti, M. M. S. (2023). *Sertanejas de negócios, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1968- 2022*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Alagoas).
- Cheng, S. W.; Kuo C. K.; Kuo, C. H. K. (2012). Research article titles in applied linguistics. *Journal of Academic Language & Learning*. [S.l.], v. 6, n. 1, A1-A14.
- Costa, M. J. F. da. (2009). *A arte do improviso na poética de Geraldo Alves: o sertão ao som da viola*. (Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
- Costa, R. B. D. 2013. *As cores da mata branca: os sertões das caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793-1815)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande).
- Diniz, J. J. O. (2022). *Entre repentes e sertões: presença, mudanças e continuidades da*

cantoria de viola no Seridó potiguar. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Feitosa A. F. (2014). *Documentário e cultura histórica: o sertão de trabalho e relações de classes em o país de São Saruê (1971)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba).

Ferreira, B. A. P. (2022). *Práticas populares de curas e o espaço do médico Francisco Ayres da Silva no sertão brasileiro (1900–1930)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Tocantins).

Ferreira, G. H. (2013). *Memória, história e ficção – sertões, metáforas e periferias da globalização: olhares e interpretações a partir das artes de Ronaldo Correia de Brito*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia).

Ferreira, J. V. (2013). *O ouro como desculpa: conflitos no sertão do Ceará durante a segunda metade do século XVIII*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco).

Formiga, M. M. M. (2013). *Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (capitania da Parahyba do Norte, c. 1690 – c. 1772)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba).

Hollanda, J. T. R. D. (2014). *Entre o sertão e o mar: o projeto de cultura nacional de Leonardo Mota*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará).

Krippendorff, K. (2013). *Content Analysis: an introduction to its methodology*. Los Angeles: Sage.

Lima, F. T. (2021). *Sertão à beira-mar: o espaço das secas na exposição internacional do centenário da independência*. (Dissertação de Mestrado em História, Fundação Getúlio Vargas).

Lima, J. R. Q. D. (2020). *O sertão também é punk: a trajetória do movimento punk em Delmiro Gouveia (alto sertão alagoano – 1984 a 1996)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Alagoas).

Lopes, E. R. (2021). *Literacia sertaneja: ensino da história do sertão nordestino e literatura no combate aos preconceitos*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Regional do Cariri).

Machado, J. L. D. S. (2014). *O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio. Os campos de palmas - Paraná 1859-1888* (Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo).

Magalhães, L. R. (2010). *Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950-1964)*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Goiás).

Marinho, A. H. F. (2022). *O sertão de canudos em ebulição: ciência, política e memória na construção do açude Cocorobó*. (Dissertação de Mestrado em História, Fundação Getúlio Vargas).

Marinho, S. R. (2017). *Club Rio Contense: sociabilidade, instrução e assistência no sertão republicano (Rio de Contas, 1902-1966)*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia).

Medeiros, E. K. D. (2022). *Escrever um sertão: a escrita etnográfica de Oswaldo Lamartine de faria (Seridó, 1945 – 2005)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Do Rio Grande do Norte).

Moraes, A. P. D. C. P. D. (2015). *Entre mobilidades e disputas: o sertão do rio piranhas, capitania da paraíba do norte (1670-1750)*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará).

Morais, Y. B. D. (2023). *Sertão em movimento: conexões, circulações e mobilidades nos sertões de Piranhas e Piancó da capitania da Paraíba do Norte, século XVIII*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense).

Nobre, M. C. R. (2022). *Sertão, medicina e modernização: Hermes de Paula e o olhar médico sobre a cidade de Montes Claros (1940-1950)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Montes Claros).

Oliveira A, R. B. D. (2016). *Povos bárbaros ou fiéis vassalos? luta, negociação e*

protagonismo indígena diante do devassamento do sertão da farinha podre e áreas contíguas (1750–1850). (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Uberlândia).

Oliveira Filho, F. H. D. A. (2016). *Cativos do sertão: a família escrava na freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca, Piauí - (1850-1888)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará).

Oliveira, A. B. D. S. (2015). *A invenção do sertão no romance de 'A Pedra do Reino*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco).

Oliveira, E. G. D. S. (2014^a). *Os índios Pankará na serra do Arapuá: relações socioambientais no sertão pernambucano*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande).

Oliveira, H. C. de. (2014b). *"As coisas lá da minha mudernage": entre-lugar, modernidade e sertão na obra artística de Elomar Figueira de Mello*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás).

Patrício, D. A. (2017). *O "omelete ecumênico": reescritas do (outro) sertão no corpo de baile de Guimarães Rosa*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais).

Prates, B. R. E S. P. G. (2017). *Ciência, ordem e progresso: a ação médico-estatal sob os corpos sertanejos (1916-1928)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Montes Claros).

Rodrigues, B. H. R. (2021). *As representações literárias do sertão garimpeiro e sua geograficidade no antigo Norte Goiano (1940-1980) nas obras: Oco do mundo, Tipos de rua e Tipos populares, de Juarez Moreira Filho*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Tocantins).

Rodrigues, F. D. S. (2023). *Vozes que narram e palavras que curam: as rezadeiras e rezadores do sertão do Vale do Sabugi (XX-XXI)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande).

Rüsen, J. (1986). Conceitos históricos. In: *Reconstrução do passado: teoria da história II – os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007. p. 91-100. [Primeira

edição em alemão – 1986].

- Santos, E. G. D. (2017). *“Do sertão para a nação”: trajetória intelectual e escrita literária de Afrânio Peixoto (1897-1930)*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná).
- Santos, G. G. D. (2022). *Sertões indômitos: comércio, doenças e práticas de cura na capitania do Piauí - século XVIII*. (Dissertação em História, Fundação Oswaldo Cruz).
- Santos, J. L. B. D. (2017). *Um sertão pastoril de negros e fidalgos: um estudo sobre Feira de Santana e os últimos anos da escravidão (1860-1888)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Feira de Santana).
- Sarmento, L. D. S. C. (2017). *A força do fraco: a astúcia como estratégia de desorganização dos jogos de poder no sertão nordestino*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Brasília).
- Silva, A. P. N. D. (2022b). *E através das palavras se desvelaram os mais recônditos confins de dentro: quatro relatos sobre os sertões da capitania de Pernambuco (1774-1820)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais).
- Silva, E. L. D. (2023b). *“Por todos esses sertões em que buscava se ocupar”: guerras e alianças entre os indígenas e os luso-brasileiros nos sertões do Piauí e Maranhão na segunda metade do século XVIII*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Maranhão).
- Silva, M. M. D. N. (2022a). *O sertão que virou “mar”: memória, cultura e identidade no projeto de irrigação jusante, Glória - BA (1988 - 2021)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Sergipe).
- Silva, R. S. C. D. (2021). *O “grande sertão” do império: tensões políticas e sociais nos sertões do Rio São Francisco (1827-1889)*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia).
- Silva, T. E. D. (2023a). *Das ribeiras e fazendas às vilas e câmaras: elites sertanejas do Rio Grande do Norte, séc. XVIII e XIX*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo).

- Soares, B. F. (2017). *Dotadas de bens: os enlaces matrimoniais no sertão de piranhas e Piancó (capitania da Paraíba do Norte, século XVIII)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande).
- Souza, A. D. (2018a). *Nas veredas negras do sertão: histórias de vida familiar de escravizados no sertão brasileiro (vila de Catolé do Rocha/Paraíba, 1836-1866)*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba).
- Souza, M. F. R. (2021a). *Deus e o diabo em Bacurau: o sertão no Cinema Novo e na produção cinematográfica contemporânea*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Regional do Cariri).
- Souza, R. F. (2028b). *O sertão nos trilhos: ferrovia, ambiente e saúde no debate sobre a integração do Norte de Minas Gerais (Diamantina, 1902 -1922)*. (Dissertação de Mestrado em História, Fundação Oswaldo Cruz).
- Zhai, X.; Razali, A. B.; Sulaiman, T. (2022). Synthesis of the Types and Trends of Review Articles. Hindawi - Education Research International.

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

A teologia da enxada no sertão de Alagoas: camponeses, pastorais e comunidades de base no contexto de transição para Nova República, 1982 a 1990

The theology of the hoe in the hinterland of Alagoas: peasants, pastoralists and grassroots communities in the context of the transition to the New Republic, 1982 to 1990

Aline Oliveira da Silva¹

Universidade Federal de Alagoas

allinneholiveira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8016-7967>

RESUMO

O presente artigo analisa as experiências de formação crítica e reflexiva desenvolvidas pelas pastorais populares da Igreja Católica junto aos camponeses e movimentos sociais do campo no contexto de transição para a Nova República, entre 1982 e 1990. Atividades pedagógicas protagonizadas por trabalhadores/as rurais, missionários, freis e freiras, cujas trajetórias revelam um histórico de resistência religiosa, popular e política, balizadas em princípios constitucionais e humanísticos. Marco temporal iniciado em 1982 a partir da participação dos trabalhadores rurais sem terra da região no Seminário Rural da Paraíba, uma prática pedagógica, metodológica e de evangelização fomentada pela Teologia da Enxada que, por sua vez, estava associada aos fundamentos teológicos, políticos e sociais da Teologia da Libertação. Recorte estendido a 1990, quando representantes das comunidades rurais passaram a ocupar organizações sociais dos/as trabalhadores/as rurais, a exemplo, o Sindicato Rural de Inhapi, Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil. A atuação das pastorais suscitou a formação de lideranças religiosas e leigas que passaram a questionar a realidade social e política, assim como arar organizações sociais e estratégias de acesso a direitos fundamentais ainda não alcançado na região, a exemplo, o acesso à terra.

Palavras-chave: Teologia da Enxada; Camponeses, Sertão de Alagoas.

ABSTRACT

This article analyzes the experiences of critical and reflective education developed by the Catholic Church's popular pastoral work with peasants and social movements in the countryside in the context of the transition to the New Republic, between 1982 and 1990. Pedagogical activities led by rural workers, missionaries, friars and nuns, whose trajectories reveal a history of religious, popular and political resistance, based on constitutional and

¹ Pesquisadora do Grupo de Estudos e de Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC/CNPq) e do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS). Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/UFAL) e Licenciada em História pela mesma instituição (UFAL/Campus do Sertão). Atualmente, é professora da rede municipal de ensino nos municípios de São José da Tapera (AL) e Maravilha (AL).

humanistic principles. The time frame began in 1982 with the participation of landless rural workers from the region in the Rural Seminar of Paraíba, a pedagogical, methodological and evangelizing practice fostered by the Theology of the Hoe which, in turn, was associated with the theological, political and social foundations of Liberation Theology. This was extended to 1990, when representatives of rural communities began to occupy rural workers' social organizations, such as the Rural Union of Inhapi, in the hinterland of Alagoas, in northeastern Brazil. The pastoral work led to the formation of religious and lay leaders who began to question the social and political reality, as well as to create social organizations and strategies for access to fundamental rights that had not yet been achieved in the region, such as access to land.

Keywords: Theology of the Hoe; Peasants, Sertão de Alagoas.

1 IINTRODUÇÃO

O que vocês sabem sobre as organizações do povo trabalhador e dos pobres,
aqui na nossa região? No Brasil?
Já está acontecendo alguma libertação?
Para os trabalhadores da cidade?
Para os agricultores e suas famílias?
Para os desempregados?
Para as mulheres?
Para os índios?
Para os negros?
Qual é a libertação que está acontecendo?
Quem está fazendo acontecer essas libertações?
O que Deus tem a ver com a luta de libertação do povo trabalhador?
(Igreja Católica, 198[?]).

As indagações acima mencionadas, contida na apostila utilizada nos processos de formação da Escola Bíblica do Alto Sertão de Alagoas, descortina a partir de seu enunciado experiências de formação de lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) junto às paróquias de Delmiro Gouveia, Inhapi e Água Branca, Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil. Processo formativo alicerçado nos pressupostos da Teologia da Libertação e da metodologia da Teologia da Enxada, o qual tinha como objetivo pedagógico o desenvolvimento de um olhar crítico e consciente sobre a realidade política e religiosa na década de 1980, contexto entre a abertura política iniciada um ano antes, e 1990, período marcado pela aprovação da atual Constituição e pelos passos dos desdobramentos da chamada Nova República.

O tema do referido texto corresponde ao quarto encontro denominado “lições do deserto”. Momento destacado com grifos na apostilha pela associação com o debate pró-constituente. Segundo Enoque Ferreira de Oliveira (2020) – participante das CEBs, camponês do Assentamento Lameirão no município de Delmiro Gouveia –, estes grifos indicam a direção dos debates políticos que antecederam a elaboração de uma nova constituição. Assim, as reflexões fomentadas ressaltaram a importância da participação dos movimentos populares do campo e da cidade nos debates acerca da futura constituição (Doimo, 1995; Wohnrath,

2017).

Enoque Ferreira de Oliveira (2020), mencionou em entrevista, o papel da freira Cecília Sodero Pousa e de uma outra missionária de origem estrangeira, conhecida popularmente por Gê, enquanto agentes de formação dos trabalhos da Escola Bíblica do Alto Sertão. Nestes encontros, no curso da mencionada década, o enfoque social de algumas passagens bíblicas foi utilizada também para pensar a realidade social do sertão e aguçar a necessidade de organização das comunidades de base.

Exemplos de profetas e de profetizas defendendo o povo e aconselhando a comunidade cristã eram evocados para estabelecer um paralelo com a trajetória de lideranças sociais do campo. Este foi o caso da trajetória de Margarida Alves, descrita como uma profetisa na luta sindical e da luta de mulheres negras escravizadas na defesa do Quilombo dos Palmares, dentre várias outras. Dentre estes estudos, interpretações e associações, o exemplo da Guerra de Canudos – ocorrida no Sertão da Bahia no final do século XIX – também figurava como exemplo de resistência sertaneja, camponesa e social de indivíduos excluídos, explorados e combatidos por buscarem liberdade, pão, terra e dignidade, frente à concentração fundiária (Igreja Católica, 198[?]).

Ao analisar estas experiências, observa-se a dimensão histórica, pedagógica, política e social que o trabalho destes religiosos e leigos católicos alcançou junto aos trabalhadores/as sem-terra e junto aos movimentos sociais do campo nas duas últimas décadas do século XX. O Sertão de Alagoas, por conta de sua história, localização e campo de relações sociais, está enlaçado com as tradições do catolicismo popular, Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada (Souza, 2012, p.6).

Neste horizonte, o trabalho de evangelização e formação política realizado pelos setores populares da Igreja Católica colaborou para o arcabouço teórico, metodológico e de atuação de missionários, padres, freiras, freis e leigos católicos comprometidos com a transformação da realidade social, em particular, dos/as trabalhadores/as sem-terra, no contexto da transição da ditadura civil-militar para a Nova República.

O recorte temporal tem como ponto de partida o ano de 1982 quando, segundo a narrativa de Manoel de Aguiar Correia (2020) – integrante das CEBs e do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR) de Inhapi – dois trabalhadores do mencionado município, Genivaldo Vieira da Silva e José Cazuzza Ferreira de Oliveira, participaram do Seminário Rural da Paraíba e tiveram as primeiras experiências formativas junto às premissas da Teologia da Enxada. O referido Seminário, estruturado a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação e sob a influência do padre Joseph Comblin – religioso que constituiu experiências formativas para os/as camponeses/as na América Latina – foi importante para o processo de formação das comunidades, movimentos e experiências envolvidas com a reforma agrária.

Recorte estendido até os idos de 1990, quando após um conjunto de experiências os/as integrantes das comunidades de base passaram a compor a direção de sindicatos rurais, ocupações e assentamentos em vários municípios do sertão alagoano, a exemplo do Sindicato Rural de Inhapi. O referido contexto é marcado pelo retorno de alguns atores sociais à cena política, emergência de antigas e de novas demandas sociais tanto no campo quanto nas cidades, como: movimento negro, movimento indígenas, feministas, reforma urbana, meio ambiente, reforma agrária, dentre várias outras mobilizações sociais (Doimo, 1995).

Em termos historiográficos, existem poucos estudos acerca da atuação pedagógica dos setores populares da Igreja Católica e de seus desdobramentos na região do sertão alagoano. Em regra, as pesquisas têm focado na atuação de religiosos do campo popular no perímetro urbano, nas regiões metropolitanas ou de modo amplo (Santos, 2024). A respeito, desde a iniciação científica, monografia de conclusão de curso (Silva, 2019), pesquisa de dissertação de mestrado (Silva, 2021), assim como artigos acerca da organização do novo sindicalismo no Sertão de Alagoas (Cruz; Silva, 2023) e as estratégias de mobilização em defesa de constituição de assentamentos no Sertão de Alagoas (Cruz; Silva, 2022) evidenciamos esforços para descortinar, compreender e aprofundar os estudos das experiências de reforma agrária na região enquanto fruto de uma sementeira persistente, pedagógica e reflexiva arada por missionários, leigos católicos e camponeses a partir do Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil.

Em torno deste preâmbulo, o presente artigo está organizado em cinco momentos. No primeiro, discute os desdobramentos das reflexões fomentadas pela Teologia da Libertação. No segundo, tece uma análise sobre a experiência pedagógica da Teologia da Enxada no Sertão Nordestino. Em seguida, no terceiro momento, analisa como as referências pedagógicas da Teologia da Enxada subsidiaram a atuação da Pastoral Rural. No quarto, discorre acerca da atuação das CEBs e da Forania enquanto espaços coletivos de formação pedagógica entre as paróquias sertanejas. E, por fim, discute a participação de dois membros das pastorais rurais de Inhapi no Seminário Rural da Paraíba.

2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UM CAMINHO PROFÉTICO DE REFLEXÃO SOCIAL

Antes de discorrer acerca da Teologia da Enxada, faz-se necessário compreender como a Teologia da Libertação arrou os caminhos para a disseminação da Teologia da Enxada. Segundo Danilo Pereira (2013, p.44), a Teologia da Libertação foi uma ação reflexiva, que tinha como propósito compreender a fé por meio da práxis histórica, bem como uma atuação pastoral com orientação profética e politicamente definida em favor dos pobres, auxiliando na “desnaturalização” da realidade social marcada pela opressão dos/as trabalhadores/as.

Estes ensinamentos também se fizeram presentes entre os/as trabalhadores/as rurais no Sertão de Alagoas a partir das ações da Pastoral Rural, CEBs e Foranias. A respeito, segundo Maria Zilma Tavares Costa (2016) – agricultora de Inhapi, participante da Pastoral Rural, das CEBs e do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais – a atuação de padres, freiras, freis, missionários e leigos católicos, junto à comunidade, foi importante para difundir o trabalho de evangelização da Igreja Católica, em particular, sob o olhar da Teologia da Libertação na América Latina. Neste sentido, as ações desenvolvidas pela Pastoral Rural, fundamentada na Teologia da Libertação, contribuíram para que os/as trabalhadores/as rurais enxergassem a realidade na qual estavam inseridos.

Dentro desta perspectiva, o legado pedagógico, político e social constituído pela Pastoral Rural estimulou a transformação da mencionada realidade. Segundo Maria Zilma Tavares Costa (2016), essa mudança somente passou a ocorrer quando, de forma coletiva e por meio da organização social, os/as trabalhadores/as rurais perceberam a necessidade de se unirem. Nas palavras desta agricultora, eles – os padres, as freiras e os freis –, “sempre disseram: tem que se lutar por uma vida melhor e tem caminhos de se lutar, cobrando das autoridades, se organizando na comunidade, para resolver coisas que vocês, juntos, podem resolver, que um sozinho não pode”.

Nesta perspectiva, os textos mimeografados utilizados para a formação política, social e de evangelização – localizados junto a uma das participantes da Escola Bíblica do Alto Sertão, integrante das CEBs e do STTR de Inhapi – discutiam ideias, posturas e ações alinhadas à visão de mundo proposta pela Teologia da Libertação para a América Latina. Segundo o padre Comblin, a Teologia da Libertação não pode ser associada apenas como um repensar da Igreja Católica, mas deve-se também à necessidade dos países da América Latina repensarem suas respectivas realidades econômicas, sociais e políticas (Montenegro, 2019).

A respeito das transformações da Igreja Católica a partir de meados do século XX, a realização do Concílio Vaticano II foi decisiva para os debates, propostas e ações da Teologia da Libertação na América Latina (Pereira, 2013). Assim, a partir do mencionado Concílio aconteceram alterações na dinâmica das celebrações litúrgicas como a substituição do latim pelas línguas nacionais nas missas e em outras celebrações religiosas, estímulo à participação de leigos na vida política, dentre outras mudanças que tinham a finalidade de reaproximar os católicos da realidade social em que estavam envolvidos. Dentre os legados do Concílio Vaticano II, pode-se pressupor que um dos mais relevantes foi a abertura da Igreja Católica aos problemas relacionados à opressão econômica e à necessidade da organização dos pobres para conquistarem direitos sociais e políticos (Prandi, 2015).

As reflexões fomentadas pelo Concílio Vaticano II reverberam na América Latina, em particular, nas Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín, na Colômbia, ocorrida

em 1968, e de Puebla, realizada no México, ocorrida em 1979. Nesses eventos eclesiais setores da Igreja Católica voltados às questões sociais fizeram a opção preferencial pelos pobres, repudiando a situação de miséria social disseminada no continente latino-americano (Pereira, 2013). Modificar esse cenário social motivou a produção de uma nova leitura dos evangelhos e o fomento de uma nova visão católica do mundo: a Teologia da Libertação. Esta nova leitura teológica, focada na opção de evangelizar e agir em favor dos mais pobres, pode ser entendida como uma reflexão crítica sobre “a fé a partir da práxis histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo” (Gutierrez, 1984, p.58).

Como discutido, a mudança de horizontes da Igreja Católica na América Latina teve como um dos seus resultados a Teologia da Libertação, assim como a Teologia da Enxada, a Pastoral Rural e as CEBs. Segundo Sérgio Coutinho (2019), as referidas Comunidades surgiram em meados dos anos de 1960 e passaram a ter maior visibilidade nos anos de 1970. Neste contexto, transpassado por um golpe e uma ditadura civil-militar, os meios de comunicação, partidos de esquerda, movimento sindical e os movimentos sociais do campo e da cidade foram duramente reprimidos (Alves, 1984; Cruz, 2021; Almeida; Tavares 2024).

3 TEOLOGIA DA ENXADA NO SERTÃO NORDESTINO

Em paralelo às reflexões da Teologia da Libertação, também ganharam corpo as discussões da Teologia da Enxada, fomentada sob influência do Padre Joseph Comblin (Pereira, 2013). Segundo Montenegro (2019), em estudo a respeito da vivência de cinco padres europeus no Nordeste, entre os anos de 1950 a 1990, revelou-se que eles estimularam a organização popular e o despertar de uma consciência política libertadora. Dentre as cinco trajetórias descritas, destaca-se a atuação do Padre Joseph Comblin (1923-2011). O referido religioso nasceu em Bruxelas, Bélgica, em 1923, antes de cursar teologia no Seminário Diocesano de Malinas, estudou em Louvain, no Seminário Universitário, que continha como metodologia a concepção teológica histórico-crítica – no qual o padre cursou um ano no Instituto de Filosofia.

Em 1958, Comblin aceitou a convocação de sacerdotes realizada por Pio XII para atuarem no processo de evangelização e de combate ao avanço do comunismo na América Latina. Não obstante os propósitos da convocação do Papa Pio XII – de evangelizar e de combater o comunismo na América Latina – no Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, Comblin e outros/as religiosos/as foram vigiados e rotulados de comunistas por conta do trabalho de formação e de apoio junto aos trabalhadores/as, em particular, junto ao meio rural (Montenegro, 2019).

A primeira passagem de Comblin pelo Brasil foi na região Sudeste, por conta da sua apresentação à convocação realizada pelo Papa e atendendo ao pedido do bispo de

Campinas (SP), à época, Dom Paulo de Tarso Campos. Em virtude desta convocação, ele chegou ao Brasil em 30/06/1958 para exercer atividades pastorais de formação teológica, docente em universidades católicas e assistência a Juventude Operária Católica (JOC). Em seguida, passou por outros países da América Latina, como o Chile, onde lecionou na Universidade Católica de Santiago, entre os anos de 1962 à 1965 (Santos, 2014).

Na sua segunda passagem em território brasileiro, entre 1965 a 1972, a convite de Marcelo Carvalheira – diretor do Seminário Regional do Nordeste localizado em Camaragibe, região metropolitana de Recife – estimulou a formação sacerdotal de padres a partir dos horizontes do Concílio Vaticano II. Esta postura teológica foi apoiada com a chegada de Dom Hélder Câmara à Arquidiocese de Recife e de Olinda, em 1964. Segundo Montenegro (2019), a partir desse momento, ele passou a trabalhar como assessor direto de Dom Hélder no Seminário Regional do Nordeste e no Instituto de Teologia do Recife (ITER).

Nesse período, Comblin passou a se dedicar à formação de nove seminaristas na área rural e construiu um método de formação conhecido como “Teologia da Enxada”, experiência que contribuiu no desenvolvimento de diversos projetos de evangelização e de formação no meio rural – espalhado, posteriormente, para outros países latino-americanos (Montenegro, 2019). Segundo Alzirinha Souza (2012), a Teologia da Enxada ficou conhecida por ser realizada junto a trabalhadores/as rurais do semiárido nordestino e, de modo simbólico, por se referir à enxada como ferramenta de trabalho na roça e signo de luta política.

Vivenciada entre os anos de 1969 a 1971, a Teologia da Enxada buscava valorizar a cultura nordestina, o catolicismo popular e, em particular, o sujeito do campo, em meio a um processo de evangelização e de formação sacerdotal no e para o meio rural. Os seminaristas participantes foram enviados aos municípios de Tacaimbó, em Pernambuco, e de Salgado de São Félix, na Paraíba, onde, cotidianamente, realizavam atividades pastorais, estudavam, trabalhavam na lavoura e realizavam ações nas comunidades periféricas. Além da formação teológica, os referidos seminaristas, sob orientação de Comblin, mergulharam no dia a dia de dificuldades econômicas, sociais e políticas das comunidades assistidas (Souza, 2012).

Para Comblin, a Teologia da Enxada foi uma experiência formativa, sendo uma metodologia construída a partir de seu desinteresse em lecionar teologia com base nos moldes estabelecidos pela Igreja Católica. Diante disso, dedicou-se a um “projeto humilde” de formar sacerdotes no campo através da realidade concreta dos/as trabalhadores/as rurais (Montenegro, 2019). Este aprendizado, segundo Luis Susin (2012), potencializou a metodologia da chamada Teologia da Enxada – que se consistiu por inserir seminaristas e lideranças no cotidiano das comunidades populares com o intuito que eles compreendessem a vida, as questões sociais, econômicas, o modo de viver e sentir a fé, além das estratégias de resistência camponesa.

Para Hoornaert (2012), na metodologia elaborada por Comblin, as demandas e a fé

do povo seriam as questões que tomariam os princípios teológicos. Por isso, o autor destaca que, mais que um teólogo, Comblin foi um educador. Frei Carlos Mesters (2012) acrescenta que o método teológico de Comblin era suscitado através de atitudes, embates e confronto com os problemas cotidianos e, por isso, ela contribuiu para análises religiosas e políticas.

Em 1968, Comblin envolveu-se em uma polêmica com Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, vereador de Recife pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O referido vereador entregou para a imprensa anotações do padre que foram divulgadas como estudos de caráter subversivo e de doutrina comunista, gerando repercussão em periódicos nacionais e internacionais. A publicação dos textos de Comblin resultou em petições de condenação do padre pela Cúria Romana, como também suscitou em solicitações de explicações de Comblin pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) (Montenegro, 2019).

Posteriormente a esse episódio, o SNI começou a monitorar as ações do padre Comblin. Em 1972, após viagem à Bélgica, o padre foi impedido de desembarcar no Recife pelas autoridades do governo brasileiro. O exame da documentação – referente à justificativa de impedimento/proibição/expulsão realizada pela Divisão de Segurança e Informações (DSNI) do Ministério da Justiça – argumentou que ela aconteceu devido ao pertencimento do padre Comblin às pastorais populares da Igreja Católica. Assim, além de acusá-lo de realizar atividades subversivas e de ser comunista, o documento assinado pelo General Carlos Alberto da Fonseca, chefe do SNI, apontou que a iniciativa de impedimento/proibição/expulsão do referido padre partiu do Presidente da República, na época, General Emílio Garrastazu Médici (Santos, 2014).

Após a expulsão, o seu retorno ao Brasil só veio acontecer no início dos anos de 1980, a partir das articulações de Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) – já no contexto de reabertura política e de redemocratização da sociedade brasileira (Montenegro, 2019). Nesse cenário, e ainda na condição de visitante, Comblin passou a cultivar com missionários formados pela Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada projetos de evangelização para o campo em encontros na cidade de Recife.

Como consequência dessas reuniões, foram desenvolvidos projetos e missões religiosas junto ao meio rural. Por essa razão, elas foram retomadas e reformuladas para serem conectadas com as CEBs. As referidas comunidades também estavam no centro dos projetos, pois, no contexto da redemocratização, acreditava-se que elas tinham um papel relevante, em particular, na organização da reforma agrária.

Além das formações para animadores das CEBs, também foi estimulada a formação de um Seminário Rural inspirado nas experiências formativas de Tacaimbó, no estado de Pernambuco e em Salgado de São Félix, no estado da Paraíba, assim como na experiência do Seminário de Talca no Chile. Este último tendo ocorrido após a expulsão de Comblin do Brasil em 1972. O Seminário Rural foi assumido pelo bispo da Paraíba, na época José Maria

Pires (15/03/1919 a 27/08/2017), que disponibilizou os recursos necessários para a sua instalação no município de Pilões/PB, em 1981 (Montenegro, 2019).

O retorno definitivo de Comblin ao Brasil aconteceu em 1986, quando ele passou a residir na Paraíba. Para Asfora (2004), a Teologia da Enxada, assim como outros estudos realizados por Comblin, tinham como objetivo o trabalho de evangelização e formação política voltada para os sujeitos pobres da área rural. Ela destaca também que a Teologia da Enxada adentrou de forma mais profunda na América Latina, em particular nos Sertões do Nordeste, por ser inspirada no cotidiano das comunidades assistidas e de atuação dos religiosos e leigos católicos envolvidos. Nesta perspectiva, a experiência da Teologia da Enxada pode ser observada na atuação da Pastoral Rural, das CEBs, do Seminário Rural da Paraíba, da Escola Bíblica do Alto de Sertão de Alagoas, dentre outros movimentos de religiosos e leigos católicos.

4 DA TEOLOGIA DA ENXADA À PASTORAL RURAL

Segundo Asfora (2004), após o período de exílio do padre Comblin no Chile, a partir de 1972, os seus escritos passaram a ter mais repercussão, dentre eles os referentes à Teologia da Enxada. A Igreja Católica, em particular na região Nordeste, conferiu maior difusão a essa teologia através das ações das Pastorais Rurais, sobretudo, aquelas sob orientação de Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e dos bispos que compartilhavam os mesmos anseios políticos. Nesse sentido, as Pastorais Rurais, inicialmente, e as CEBs, posteriormente, realizaram trabalhos de evangelização, formação e de organização dos/as trabalhadores/as do campo.

A Pastoral Rural, na perspectiva de Carlos Lima (2016, p.56), é uma ação voltada “aos católicos rurais, é uma articulação das comunidades rurais, formada por cristãos católicos comprometidos, que contribuíram com o surgimento de movimentos religiosos e sociais nas áreas rurais”. Em Alagoas, em particular, os seus primeiros registros datam o ano de 1976, na Paróquia Santa Maria Madalena, em União dos Palmares, com a colaboração do Padre Emílio April e do leigo José Martins. As pesquisas apontam que, a partir de 1985, o trabalho da Pastoral Rural se alargou para outras regiões do estado, em particular, para o sertão. E, dentre os municípios da mencionada região, a Pastoral passou a atuar em Inhapi, Delmiro Gouveia e Água Branca, por meio das contribuições dos padres italianos Aldo Giazzon e Luís Canal.

Consoante aos objetivos da Teologia da Enxada e às orientações dos bispos nordestinos, a Pastoral Rural de Inhapi, no Sertão de Alagoas, no início da década de 1980, passou a desenvolver um trabalho de base junto aos trabalhadores/as rurais. Os resultados deste trabalho se evidenciam na formação de lideranças religiosas, comunitárias e políticas

que tiveram envolvimento em experiências sociais, sindicais e em favor da reforma agrária.

As experiências de formação política, social e religiosa vivenciadas pela Pastoral Rural e por outros movimentos de religiosos e de leigos católicos podem ser melhor significadas a partir da discussão do trabalho de formação de grupos de jovens nas comunidades rurais. Segundo Jucilene Maria Aguiar da Silva (2018) – acampada da Fazenda Peba, assentada no Lameirão, natural de Inhapi, benzedeira e integrante do grupo de jovens – foi o padre Luiz Torres quem iniciou o processo de formação da Pastoral Rural e, conseqüentemente, das CEBs na região. Esse trabalho junto à Pastoral começou a partir de reuniões bíblicas com roteiros norteadores, a exemplo, do tema dos profetas (Igreja Católica, 198[?])a). Um outro tema trabalhado era o da ocupação da Terra de Canaã pelos israelitas – a partir do qual se questionava a ocupação de terras no Brasil (IGREJA CATÓLICA, 198[?])b).

A utilização desta metodologia e textos formativos, a partir de reuniões com temáticas geradoras, é um indicativo de que a germinação das atividades da Pastoral Rural foi sendo realizada desde a chegada do pároco ao município de Inhapi. A respeito desses momentos de vivências, experiências e de formação, Jucilene Maria Aguiar da Silva (2018) destaca:

As reuniões bíblicas, a catequese, o grupo [de] jovem. Isso foi começado pelo Padre Luiz Torres na Igreja de Inhapi no salão paroquial. Ele organizava os grupos [de] jovens para fazer reunião com a gente, como não tinha missa sempre... Então ele fazia aquela organização com os grupos [de] jovens para que os grupos se juntassem... As comunidades se conhecessem, tinha encontros [de] jovens em outros municípios, em outras cidades e então foi aí que... Eu achava importante [destacar]... A gente conheceu sempre muitas pessoas diferentes, aprendia história, contava a história da vida da gente e também ouvia história [de vida] dos outros.

A atuação do padre Torres junto a Pastoral Rural e as CEBs é também destacada na pesquisa de Cosme (2020, p.223), sobre a formação do campesinato e dos territórios rurais na região. Nesta pesquisa, o autor observou que o padre Torres “foi pároco no município de Inhapi de 1977 a 1988, e no município de Delmiro Gouveia, de 1989 a 1991, ambos no sertão alagoano”. A ação de religiosos e de leigos organizando, através da Pastoral Rural e das CEBs, os sindicatos rurais, as ocupações, entre outras experiências, em termos de metodologia, como foi visto, estimulou as comunidades envolvidas a analisar a realidade, perceber, valorizar e debater costumes, tradições e interesses em comum.

A respeito, segundo Aduino Guedes Neto, o método de trabalho e de evangelização da Teologia da Enxada, seguindo a metodologia de roteiros norteadores, valorizava a cultura local e as experiências em comum dos integrantes das comunidades assistidas. E ainda continha semelhanças com alguns pontos da pedagogia freireana, quanto a prática de “educar a partir da realidade política, social, cultural e econômica de quem se educa, ou seja, a partir

do contexto histórico do sujeito inserido no processo educativo” (2014, p.121).

Dessa maneira, a partir do diálogo com a bibliografia e com as fontes orais e escritas, observa-se que a formação de grupos de jovens nas comunidades rurais de Inhapi, inicialmente, e dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, posteriormente, estimulou o compartilhamento de histórias, vivências e experiências comuns entre sujeitos que passaram a construir e fortalecer uma identidade comum, coletiva, consciente e libertadora de si e de sua comunidade (Silva, 2021). Dentro desta perspectiva, na cartilha “Abra a porta: cartilha do povo de Deus”, localizada em posse da assentada Jucilene Maria, encontra-se a evocação de palavras/sentidos de unidade, consciência e vontade que potencializam a construção de uma identidade/consciência social e despertam, estimulam e fortalecem o caminhar político das comunidades envolvidas.

Tecendo um paralelo com as reflexões de Paulo Freire (2019), a respeito da metodologia dos temas geradores, pode-se destacar que nos círculos culturais os/as trabalhadores/as reencontram-se e revivem essas experiências de formação crítica problematizando a compreensão do contexto a qual estão envolvidos e inseridos. Dentro dessa perspectiva, a Pastoral Rural e as CEBs também apontavam para a superação de desafios da realidade social, tais como: o direito a terra, ao crédito rural e à assistência técnica, bem como, aos serviços básicos de saúde, educação, previdência social, entre outros (Igreja Católica, 1979). Observa-se, assim, que os mencionados movimentos, tinham por objetivo que os/as trabalhadores/as do campo se identificassem enquanto grupo/classe social – com interesses comuns.

A respeito, para E. P. Thompson (1987), os/as indivíduos despertam sua compreensão de classe social quando sujeitos que compartilham experiências e horizontes de expectativas em comum, e que estas são despertadas em campos de disputas frente a outras identidades, classes e/ou mediações culturais e políticas. Destaca ainda que a consciência de classe é resultado da articulação das experiências mediadas pela cultura e pelas relações sociais. Assim, a consciência de classe é constituída a partir dos enlaces históricos tecidos pelos sujeitos em cada época, lugar e contexto.

A partir deste entendimento teórico e historiográfico, é possível compreender nas palavras de um seminarista da Teologia da Enxada, posteriormente membro do Assentamento Lameirão, José Cazuza Ferreira de Oliveira (2016), o fazer-se de um sentimento de classe social ocorre nas interfaces da cultura, da economia e do contexto social que enlaça os/as trabalhadores/as rurais sem terra. Para ele a:

A primeira motivação [de um sentimento de classe] é a necessidade de você ter a terra para poder sobreviver, o segundo ou a segunda motivação foi a motivação religiosa, vendo que isso era um direito nosso, que é um bem de Deus, da natureza que tem que estar à nossa

disposição. Então, foram essas as duas questões que nos motivaram a entrar nesse processo de organização da classe, para que essa classe organizada pudesse ter acesso a essa terra (Oliveira, 2016).

Observa-se nessa narrativa que as ações de evangelização, sob os horizontes da Teologia da Enxada, contribuíram – tanto subjetivamente quanto materialmente – para formação de um sentimento de pertencimento e de consciência política e social (Souza, 1988). Uma consciência que distingue, por um lado, os que defendem o monopólio da terra para fins utilitaristas, mando e lucro, e, por outro lado, aqueles que apoiam o seu uso como partilha, sustentabilidade e justiça social. Assim, o sentimento de pertencimento e a consciência de classe construída a partir da lida cotidiana e dos encontros nas paróquias, pastorais e CEBs, formaram lideranças religiosas, políticas e sociais favoráveis às experiências de reforma agrária no Sertão de Alagoas (Silva, 2021).

5 ENTRE AS CEBS E A FORANIA

A realidade de exploração dos/as trabalhadores/as rurais foi descortinada e analisada tanto pela Pastoral Rural quanto pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). É significativo sobre essa questão analisar a metodologia de trabalho desenvolvida pela Pastoral Rural junto às CEBs, seja através dos grupos de jovens, das discussões dos roteiros norteadores e/ou através das cartilhas, apostilas e outros textos mimeografados ou manuscritos. Em comum a estes escritos, as orientações do método ver, julgar e agir:

Ver:

- Quem entrou nesse caso?
- Que providências tomaram?
- Por que acontece isso? (descobrir causas)
- O que vai acontecer a essas pessoas depois desse caso?

Julgar:

- O que este caso tem de positivo, que ajuda as pessoas a crescer e se libertar?
- O que tem de negativo, que não deixa as pessoas se desenvolverem?
- O que Cristo fala dessa situação?
- O que Cristo pede de nós nesta situação? (procurar na Bíblia)

Agir:

- Depois de refletir esta situação, o que vamos fazer em nosso meio? Dividir tarefas (Igreja Católica, 1979).

Os passos do referido método, descritos tanto nos relatos orais quanto nos registros escritos, são evidências presentes nas fontes coletadas, registradas e encontradas junto aos participantes dos movimentos sociais do campo no sertão alagoano no contexto das décadas de 1980/1990 – em particular, nos municípios de Inhapi, Delmiro Gouveia e Água Branca, estando dentre os registros escritos, como a já mencionada cartilha “Abra a porta: cartilha do Povo de Deus”. Na referida publicação, fica evidente a proposta teológica, política e social de

uma Igreja mais próxima dos mais pobres.

Nesta perspectiva, o assentado no Lameirão e ex-prefeito de Delmiro Gouveia, José Cazuza Ferreira de Oliveira (2020), descreve o florescimento de cerca de oito comunidades eclesiais partir de uma compreensão de um humanismo cristão que cultivava e difundia uma perspectiva social, coletiva e solidária de libertação do povo oprimido (Asfora, 2004, Cruz; Silva, 2023).

Assim, a Pastoral Rural e as CEBs promoveram ações de evangelização e de formação política tanto nas comunidades urbanas quanto nas rurais. Segundo José Luiz Torres (2016) – pároco de Inhapi entre 1977 a 1988 – as ações em conjunto dessas paróquias se denominaram “Forania”, ou seja, encontro de paróquias enlaçadas por interesses em comum em prol do desenvolvimento do trabalho pastoral, social e pedagógico. As Foranias aconteciam mensalmente e, inicialmente, eram restritas aos clérigos, freis e freiras. Posteriormente, as reuniões foram abertas para missionários, representantes das paróquias e para as comunidades.

As Foranias no Sertão de Alagoas, organizada entre os anos de 1982 e 1989, ocorreram com lideranças de grupos constituídos e/ou originados das CEBs da região. Segundo Maria de Lourdes Barreto (2020) – multiplicadora sindical –, ela se constituía em um momento dedicado ao estudo, formação comunitária e política. Nestes encontros, eram realizados estudos sobre a realidade e a respeito da Bíblia – ambos fundamentados nas orientações da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada. Através desses estudos, estimulou-se a organização de diferentes linhas de atuação, a exemplo da:

Luta pelas sementes, luta pela terra, pela água. Tinha o grupo de jovens, tinha o MAC [Movimento de Adolescentes e Crianças], a questão da mobilização em relação aos sindicatos, reuniões comunitárias e bíblicas. Nós tínhamos grandes [grupo de] estudos de reflexão, vinha gente de fora que eles traziam para nos ajudar nas reflexões, depois começa um trabalho sobre as plantas medicinais, a Gê [uma das freiras do município de Inhapi e responsável pela a organização das CEBs] animava esse processo... [, como também, orientava o uso] das plantas medicinais... [iniciou-se também] a se trabalhar os grupos de mulheres.

A partir dessas linhas de atuação, os padres, freiras, freis e leigos promoviam encontros mensais ou anuais – que era a chamada Forania no Sertão de Alagoas. Nestes encontros, as comunidades, pastorais e paróquias se reuniam para debater a realidade e fomentar discussões bíblicas. Maria de Lourdes Barreto (2020) acompanhou a luta pela terra junto ao conflito, ocupação e reocupação da Fazenda Peba, através desses espaços de socialização e de planejamento. A respeito, Barreto descreve que anualmente ocorreram encontros no povoado Tabuleiro, em Água Branca, com a participação de crianças, jovens e

adultos. Nesses encontros, o “momento da manhã era de estudo, e o da tarde, era de apresentações e de celebração... [momento] onde todos iam participar. Levavam a sua alimentação e chegava a reunir cerca de 100 a 200 pessoas ou mais”.

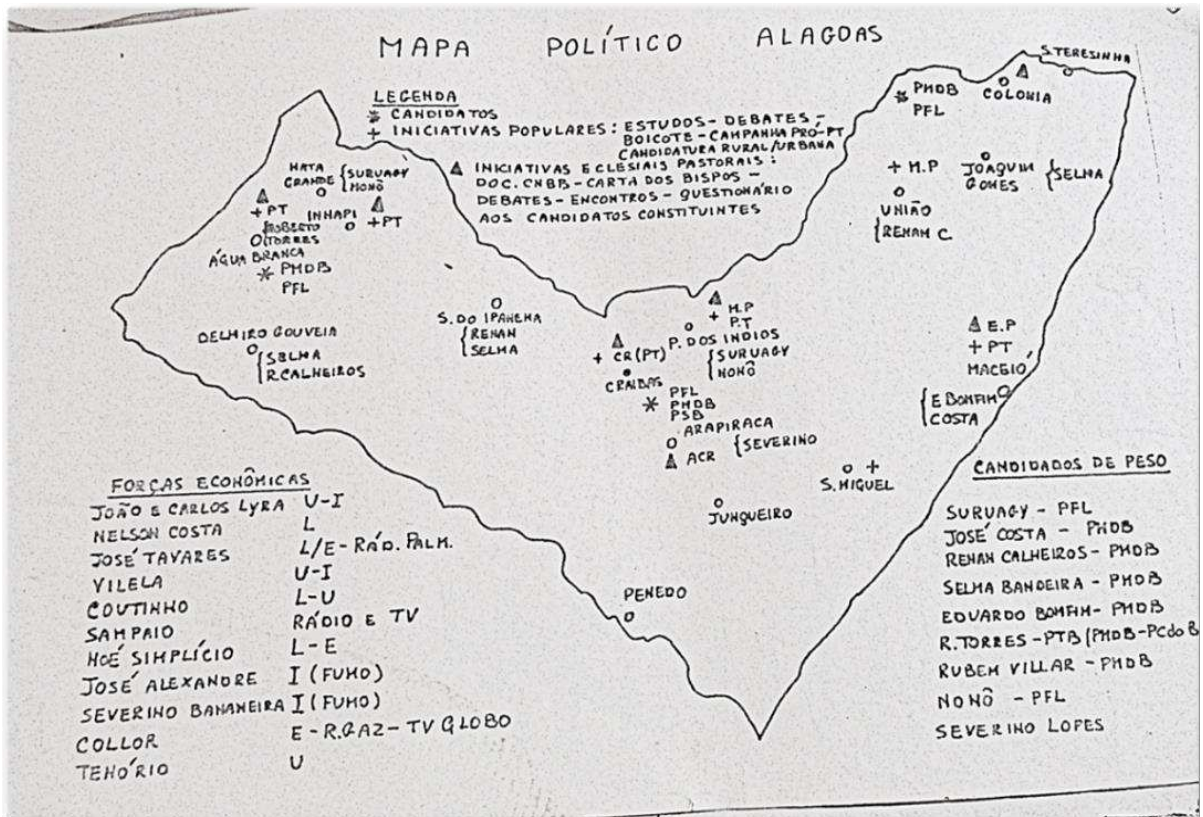
Segundo Enoque Ferreira de Oliveira (2020), os estudos bíblicos coordenados pelas freiras Cecília Sodero Pousa e Gê tinham, entre as suas finalidades, formar as lideranças para as CEBs. Nessas formações, as freiras abordavam a conjuntura política, a importância da organização dos jovens e das mulheres no sindicato rural e na constituição de horizontes políticos em favor dos direitos dos/as trabalhadores/as rurais, dentre eles o acesso a terra.

Segundo Asfora (2004), as CEBs criaram ou reforçaram os movimentos populares e apoiaram espaços de oposições sindicais aos denominados sindicatos “pelegos”. Dentre os materiais utilizados para subsidiar a formação de base, destaca-se o desenho de um mapa político de Alagoas associado ao contexto de 1986 (Figura 1).

O mapa abaixo, desenhado e organizado pela equipe da Pastoral Rural, apresentou a arquitetura do campo político de Alagoas em 1986. Este mapa também revela que a maior parte destas forças estavam ligadas aos grupos econômicos representados pelos usineiros, latifundiários e proprietários de meios de comunicação. Além disso, anunciava que as forças econômicas influenciavam diretamente no resultado das eleições. Em síntese, por um lado, o mapa descreve a relação de forças hegemônicas da classe dominante, por outro, sugere uma avaliação do referido campo, para que as forças populares elaborassem suas estratégias, articulações e possíveis alianças. Um exemplo é a construção da candidatura de Florisval Alexandre Costa – representante dos/as trabalhadores/as rurais, a deputado estadual, além da construção de um projeto de educação política para a região (Igreja Católica, 1986).

Figura 1

Mapa Político de Alagoas (Pastoral Rural) – 1986.



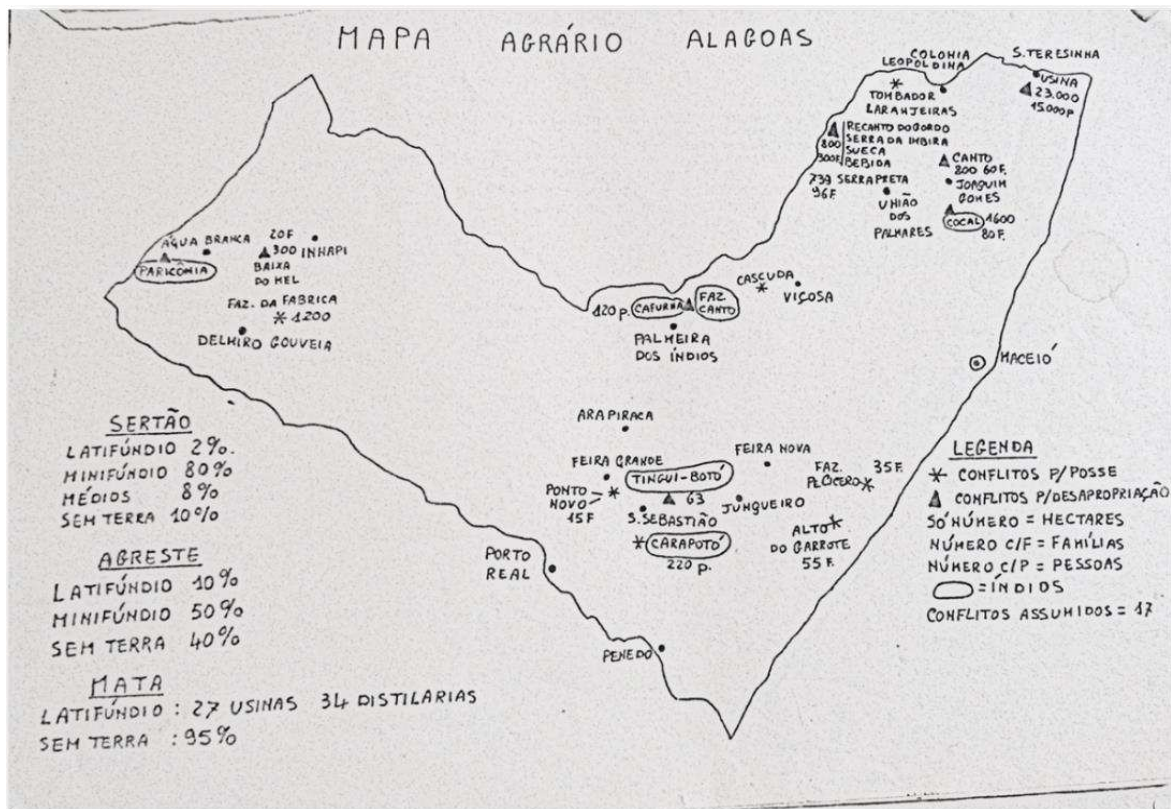
Fonte: Acervo pessoal de Marili Ferreira, cedido à autora.

A participação dos setores populares nas eleições de 1986 teve significativa influência da Igreja Católica, sobretudo, a partir do trabalho de formação e de evangelização dos/as trabalhadores/as rurais tanto na esfera pública quanto na esfera política partidária (Igreja Católica, 1986). Ainda sobre a formação política, é ilustrativo o trabalho da Pastoral e das CEBs sobre a questão agrária em Alagoas. O mapa seguinte foi um dos materiais utilizados para auxiliar no processo de compreensão da estrutura agrária alagoana (Figura 2).

O mapa, além de expor a arrumação agrária de Alagoas, também exhibe a metodologia de trabalho da Pastoral e das CEBs, para a formação política dos/as trabalhadores/as no curso da década de 1980. Além de identificações de áreas de posse, conflitos e números de famílias envolvidas, que reivindicavam terra para plantar, colher e viver. Nele é identificado, também, a singularidade da distribuição de terras no estado, em particular, composta, em sua grande parte, por latifúndios.

Figura 2

Mapa Agrário de Alagoas (Pastoral Rural) – 1986.



Fonte: Acervo Pessoal: Marili Ferreira, cedido à autora.

Na percepção de Manoel de Aguiar Correia (2020) – participante das CEBs, do STTR/Inhapi e assentado no Lameirão – os setores populares da Igreja Católica despertaram, para aqueles(as) que possuíam minifúndios, que as dimensões reduzidas de suas propriedades – em relação à estrutura fundiária e produtiva do sertão – os tornavam sujeito/a/s sem-terra, pois “o pobre que tem 10 ou 15 tarefas de terra, que quer conseguir ter um crédito, não consegue, isso não resolve, também é sem-terra do mesmo jeito”.

Em sintonia com essa narrativa, a participante da Pastoral Rural, Maria Zilma Tavares Costa (2016), pondera que as expectativas comuns dos trabalhadores(as) rurais da região que possuíam minifúndios perpassou pelo direito à terra como instrumento de dignidade e cidadania – uma crença, valor e símbolo de que um pedaço de terra, ainda que reduzido, garante a sobrevivência de sua família.

Diante desse cenário, a atuação da Pastoral Rural, através das CEBs e da Forania do sertão, problematizou questões sociais, políticas e agrárias com o objetivo de contribuir para o conhecimento e consciência destes camponeses – compreendidos como trabalhadores/as rurais sem terra e demais sujeitos comuns, limitados e/ou desprovidos do acesso a terra. Neste sentido, as discussões da cartilha, dos materiais datilografados e das reuniões bíblicas se voltavam para a realidade dos/as trabalhadores/as rurais da região, enquanto um elemento de conscientização e defesa dos direitos e dos interesses das comunidades assistidas,

envolvidas e participantes.

O processo formativo desenvolvido pelos setores populares da Igreja Católica despertou uma consciência religiosa, política e social entre os/as trabalhadores/as da região. Segundo o assentado do Lameirão e ex-seminarista da Teologia da Enxada, José Cazuza Ferreira de Oliveira (2020), durante os encontros das CEBs e da Forania, organizados pela Pastoral Rural, iniciaram-se as discussões da luta pela terra entre aqueles que vinham “discutindo a luta pela terra, a terra como um direito para que o trabalhador que não [a] tinha tivesse acesso à terra, como um bem de todos. E, religiosamente falando, um bem de Deus, que deveria estar a serviço dos seus filhos”.

Para Marcelo Souza e José Caravias (1988), por sua vez, o fato de o/a trabalhador/a observar a terra como um bem de Deus não significa que ele deveria esperar passivamente esse território. A partir desse entendimento, muitos movimentos compreenderam que a terra era um elemento divino e passaram a traçar experiências de ocupação, acampamentos e resistência para conquistar o referido direito humano e social a terra, a exemplo de Belo Monte na Guerra de Canudos.

Assim, o trabalho da Pastoral Rural e das CEBs, potencializado nas reuniões de formação e de planejamento da Forania, despertou nos/as trabalhadores/as rurais a compreensão das raízes sociais estruturantes que teciam as relações de opressão na qual eles/as estavam premidos, envoltos e em confronto. Na esteira deste contexto histórico, no curso do processo de redemocratização e do advento da Nova República, os/as trabalhadores/as sem-terra se sentiram estimulados a despertarem horizontes de expectativas mais efetivos em relação ao direito de uso e de posse da terra – experiências fomentadas, entre 1982 e 1989, que resultaram na criação do Assentamento Peba e do Assentamento Lameirão (Silva, 2021; Cruz e Silva, 2022).

A identificação desses arrendatários despertou horizontes comuns e de identificação com os/as trabalhadores/as rurais sem-terra – ou seja, de serem livres, de terem uma vida própria, com organizações sociais e políticas. Essas narrativas expressavam em termos sociais uma identidade/compreensão acerca de um “campesinato autônomo” (Campos, 2006).

A Pastoral Rural, as CEBs e a Forania, cumpriram um papel importante na formação política e social dos/as trabalhadores/as rurais do sertão alagoano. A ação articulada desses movimentos, por vezes realizados fora do alcance das vistas dos latifundiários e dos mandatários locais, foi essencial. Os referidos movimentos religiosos de leigos católicos, além das reuniões, grupos de estudos bíblicos e de formação política, animavam as novenas, terços, missas e romarias com grupos de teatro, repentistas e poetas populares. Dentre os poemas e repentes lidos, destacam-se os versos recitados por João Augusto, da CEB do Pé da Ladeira, município de Inhapi. Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, tal poeta e

repentista costumava cantar “eu acredito que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor” (Oliveira, 2016).

Estes encontros valorizavam também o uso de plantas medicinais da região, enquanto remédios naturais e de custo acessível para a cura de doenças e para o bem-estar. Neste sentido, o trabalho das freiras Cecília Sodero Pousa e Gê com as ervas medicinais contribuiu para a valorização e difusão do conhecimento acerca de fitoterápicos naturais conhecidos na região, destinados aos cuidados com a saúde – em complemento aos fármacos industrializados que, muitas vezes, não estavam ao alcance da população. As discussões sobre as plantas medicinais também foram abordadas pelo grupo de “Poetas Populares” constituído pelos integrantes das CEBs. A este respeito, uma das composições dizia “nossa alegria é saber que um dia, nossas doenças vão se acabar, só tomando remédio do mato e na farmácia não vamos mais comprar” (Oliveira, 2020).

As canções dos “Poetas Populares”, ao seu modo, evidenciam a religiosidade, a cultura popular e o cotidiano do homem e da mulher do campo. Dessa forma, é possível presumir que nas letras das canções, repentes e poesias, além do lúdico, popular e religioso, elas também suscitaram um processo pedagógico de conscientização, pertencimento e de identidade junto aos/os trabalhadores/as, acerca das questões agrárias, sindicais, sociais e políticas (Silva, 2021).

6 O SEMINÁRIO RURAL DA PARAÍBA

Em compasso com essas ideias, processos e experiências de formação de uma identidade comum, pressupõe-se que eles tiveram, enquanto um dos seus pontos de germinação/estimulação, as ideias da Teologia da Enxada fomentadas a partir do Seminário Rural da Paraíba, na década de 1980, no Sertão de Alagoas. Após a participação de integrantes das CEBs de Inhapi neste seminário em 1982, dentre estes, José Cazuzza Ferreira de Oliveira (2019), também conhecido como Cazuzza, teve a oportunidade de vivenciar a Teologia da Enxada e sua metodologia de formação, ações de evangelização e perspectiva política, crítica e social.

Este Seminário – como já foi mencionado – foi inspirado na experiência da Teologia da Enxada (1969-1971) ocorrida em Tacaimbó/Pernambuco, Salgado de São Félix/Paraíba e em Talca/Chile e floresceu na casa de retiro das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, após visitas do Padre Comblin ao Brasil ocorridas no início dos anos de 1980. Segundo Marcos Santos (2007), a retomada das experiências da Teologia da Enxada ocorreu de fato no Seminário Rural da Paraíba, com o objetivo de formar padres, missionários e leigos capazes de atender às exigências e demandas das CEBs, em particular na zona rural do Nordeste.

O Seminário foi organizado em um sítio no município de Pilões, Paraíba, a partir de 25

de janeiro de 1981. As atividades de formação da instituição começaram com 12 alunos, sendo a maior parte advindos do Maranhão. Algum tempo depois, o espaço de formação foi transferido para o município de Serra Redonda, também na Paraíba (Montenegro, 2019). A estrutura do Seminário foi organizada da seguinte forma: nos primeiros dois anos os alunos ficavam em uma casa central e, durante esse período, receberam formação espiritual, fazendo orações e estudos bíblicos, de língua portuguesa, matemática e problemas sociais. Os alunos trabalhavam na terra pela manhã e à tarde estudavam. Após o período de dois anos, os alunos eram destinados para os povoados, organizados em pequenas equipes de trabalho e alugavam casa e terra para residirem e trabalharem junto aos camponeses. A cada três semanas um professor do Seminário os visitava com objetivo de avaliar e orientar as atividades seguintes.

Após os primeiros anos de atuação, o Seminário passou a receber cerca de 50 a 60 alunos por ano, vindos de vários estados do Nordeste, enviados por padres amigos. A vivência desta experiência, baseada na Teologia da Enxada, no município de Serra Redonda, entre anos de 1982 a 1984, é narrada por Oliveira (2019) – enviado a este Seminário por recomendação do Padre Luiz Torres – como uma experiência formativa concebida para

Formar padres e missionários, voltados para questões do campo, para trabalhar, sobretudo, com as comunidades rurais, dentro desse conceito da Teologia da Libertação com o Padre Joseph Comblin, que era o mentor maior e era um dos nossos professores. O padre Jorge, que trabalhava no Maranhão, mais que ficava por lá e o missionário João Batista, esses eram um dos nossos principais professores, que a gente tinha lá morando no seminário. Na Arquidiocese de João Pessoa, na época, Dom José Maria Pires era o arcebispo de João Pessoa, na cidade Serra Redonda, bem próximo de Campina Grande.

Observa-se, portanto, na bibliografia e nas fontes discutidas, que a experiência do Seminário Rural da Paraíba tinha como objetivo a formação de sacerdotes para o meio rural, a partir da formação realizada no campo e em sintonia com a realidade, costumes e valores dos camponeses nordestinos. No entanto, o projeto não foi aceito pelo Vaticano. Em meados dos anos de 1980, Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa, chegou a apresentar a proposta do Seminário em Roma, mas ela foi desaprovada pela Santa Sé sob a justificativa de ser inapropriada para sacerdotes. O Seminário, como estratégia alternativa, foi transformado em um Centro de Formação Missionária para leigos (Montenegro, 2019). Segundo Asfora (2004), o Centro de Formação Missionária para Camponeses foi o primeiro constituído na América Latina. Entretanto, o Papa João Paulo II também não o aprovou.

Segundo Oliveira (2019), as discussões e estudos desenvolvidos no Seminário Rural da Paraíba, entre os anos de 1982 a 1984, contribuíram para a germinação de concepções religiosas, políticas e econômicas sobre a luta pela terra. A respeito, ele destaca que:

Lá [no Seminário Rural da Paraíba] nós tínhamos uma discussão muito importante, fundamentada na questão da terra. A gente discutia a história do povo Hebreu, a história da religião, tudo isso com foco nessa promessa da terra prometida. Foi muito importante, nos deu muita base, não só espiritual, mas convicções políticas, de um mundo diferente, com conceitos de igualdade, com conceitos socialistas, foram descobertas lá dentro.

O Seminário Rural da Paraíba não conseguiu formar sacerdotes, por conta da proibição da Santa Sé, no entanto, estimulou os participantes do Seminário na Pastoral Rural, nas CEBs, a atuarem e constituírem movimentos sociais no campo e nas cidades: STTRs, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros. Articulado a este processo de conscientização, identidade e pertencimento, é formada parte significativa dos sócios do STTR de Inhapi, no sertão de Alagoas.

Segundo o ex-seminarista Oliveira (2019), a experiência do Seminário Rural da Paraíba e dos movimentos de leigos católicos foi decisiva para o surgimento de uma nova concepção de sindicalismo rural, mais independente, autônomo – no que corresponde a afirmação da identidade e responsabilidade social dos/as trabalhadores/as rurais –, e crítico ao aparelhamento e controle burocrático do Estado. A partir desse novo grupo, sob inspiração da Teologia da Enxada:

A gente já teve um pouco de apoio, uma base inicial da Igreja local, da Igreja local passamos para o seminário, do retorno do seminário é onde a gente entrou, digamos assim, de corpo e alma dentro do sindicato dos trabalhadores rurais [...] quando sai do seminário é que entra na militância mesmo, na busca do direito, da busca concreta da terra, comprometido com essas questões sociais.

Segundo Manoel de Aguiar Correia (2020) – integrante das CEBs, STTR/Inhapi e da ocupação da Fazenda Peba – a partir da participação de alguns trabalhadores no Seminário Rural da Paraíba é que se despertaram novas discussões acerca do papel do sindicato naquele contexto histórico. Dentre elas, a importância dele para que os/as trabalhadores/as rurais tivessem direito a terra. Em sua narrativa, Correia destaca que

Alguns seminaristas disseram assim: o sindicato era pelego, o sindicato não batia com as ideias da Igreja. Tudo que se dizia para os diretores, alguém ia levar para o chefe político. O que aconteceu, a Igreja se organizou com um grupo de pessoas para ganhar o sindicato, porque ganhando o sindicato nós podemos fazer um trabalho. Ganhamos primeiro o meio e ainda ficou umas pessoas infiltradas e precisamos fazer reuniões um pouco secretas, se não eles entregavam.

Quando Correia (2020) narra que “ganhamos primeiro o meio”, observa-se a consciência de se organizar uma ocupação gradual dos espaços sociais, políticos e sindicais. Por outro lado, revela-se os riscos de participar dos debates sindicais, seja pelo legado autoritário do mandonismo local, seja pelo controle burocrático imposto pela ditadura civil-militar. Ele destaca também que “a luta de classe vai amadurecendo na medida que as pessoas vão tomando consciência”.

Neste sentido, é possível fazer um paralelo com os argumentos de Thompson (1998) acerca do fazer-se da consciência de classe – um resultado das experiências constituídas pelos/as trabalhadores/as no contexto das relações de produção, econômica, cultural e social em que estão inseridos. Assim, compreende-se que a tomada de consciência da identidade social e de classe dos/as trabalhadores/as rurais no sertão de Alagoas foi um processo evidenciado a partir das reflexões, experiências e movimentos compartilhados com os movimentos de leigos católicos e com os movimentos sociais do campo adensados a partir da década de 1980.

A partir desse debate e do acúmulo de experiências da Pastoral Rural, das CEBs e da Forania, os/as trabalhadores/as rurais da região de Inhapi passaram a construir ações para reorganizar o sindicato rural, em particular, valendo das experiências de participação de trabalhadores da região no Seminário Rural da Paraíba (OLIVEIRA, 2019). E foi a partir delas que germinaram várias outras ações, estratégias e movimentos de luta e de resistência em defesa da reforma agrária em Alagoas, no Sertão do Rio São Francisco, entre as últimas décadas do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ressalta a experiência pedagógica dos setores populares da Igreja Católica no contexto de abertura política em transição para a Nova República junto aos trabalhadores/as do campo no sertão alagoano. Essa experiência destaca como a atuação de padres, freis, freiras e leigos pautada em princípios humanísticos e vinculados aos princípios bíblicos resultou no florescimento de organizações populares na região, que aos seus modos teceram estratégias para acessar direitos fundamentais. Assim, as experiências desses movimentos populares evidenciam as diferentes nuances de atuação da Igreja Católica e de seus missionários no período 1982 a 1990. Uma Igreja repleta de versões e atuações acerca do contexto político da época, fez-se presente no Sertão de Alagoas, através de um olhar humano, simples e respeitoso para com os modos de expressar a religião, mas também crítico a análise da realidade política e social.

Os materiais pedagógicos construídos pelos/as religiosos/as aclaram as metodologias

e a vinculação dos valores bíblicos com os constitucionais, esse processo reflexivo arado nos rincões do sertão alagoano compõe os capítulos da história de uma das instituições mais duradoura, a Igreja Católica. Uma instituição – através de seus missionários – que no sertão juntou-se aos camponeses em suas inúmeras cruces e evidenciou as suas potencialidades, semeou horizontes democráticos por meio da organização coletiva e do acesso à terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S; TAVARES, M. G. (Org.). 2024. *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas*. Volume I, Maceió: Edufal.

ASFORA, M. de F. Y. (2004). *A Força Desarmada presença da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais*. Tese de doutorado em Serviço social. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em <
https://www.researchgate.net/publication/327802103_A_Forca_desarmada_Presenca_da_Comissao_Pastoral_da_Terra_nos_conflitos_agrarios > acesso em 31/03/2025.

BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

BARROS, W. da S. (2019). A opção pelos pobres como fundamento da missão eclesial nas Conferências de Medellín e Puebla. *Espaços*, São Paulo: Instituto São Paulo de Estudos Superiores, vol. 27, n. 1, p. 69-80. Disponível em <
<https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/576> > acesso em 13/03/2025.

CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

COSME, C. M.; PEREIRA, M. C. de B. (2020). A concentração fundiária como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, vol. 22, n. 48, p. 272-288. Disponível em <
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27550/26443> > acesso em 10/03/2025.

COSTA, I. S. (2013). *“Eu ouvi os clamores do meu povo”*: o episcopado profético do nordeste brasileiro. *Horizonte*. Belo Horizonte: PUC, v. 11, n. 32, p. 1461-1484.

Disponível em < <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1461> > acesso em 15/03/2025.

COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

CRUZ, J. V. da. (2021). *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. 2 ed. Aracaju: Editora Criação, 2021.

CRUZ, J. V. da. (2013). Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas” In: *Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL*. Maceió: UFAL, p. 832-840. Disponível em: < <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnx2ZW5jb250cm9kZWhpc3RvcmlhfGd4OjJjNjYzYWE1MjU4ZWY5OWI>>. Acesso em 28/10/2013.

CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2022). Arados da reforma agrária no Sertão do São Francisco: experiências do Peba e Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1986-1989. *Revista Crítica Histórica*, 13(26), 257–281. Disponível em <<https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0012>> Acesso em 03/05/2023.

CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2023). O Novo sindicalismo e a Reforma Agrária no Sertão: a experiência dos trabalhadores de Inhapi, Alagoas, Nordeste do Brasil, 1984 – 1986. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, São Cristóvão, v. 17, n. 33, p. 224–248. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/19801> . Acesso em: 12 abr. 2025.

DOIMO, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

FREIRE, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra.

GUEDES NETO, A. (2014). *Teologia da Enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá: Paco Editorial.

HOORNAERT, E. (2012) *A teologia da enxada depois de quarenta anos depois*. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis - RJ: Instituto Teológico Franciscano, vol. 72, n.

288, p. 936- 943.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. (1986). *Breve introdução aos mapas: mapa agrário e mapa político*. Inhapi/AL, datilografado.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. *Quarto assunto: as lições do deserto*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto. *Oitavo assunto: os profetas*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

IGREJA CATÓLICA. (1979). *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2 ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas.

LIMA, J. C. da S. (2016). *Terra, poder e liberdade: a ocupação de sem-terra na flor do bosque*. Maceió: EDUFAL.

LOPES, N. de F. S. (2011). *Gênero e poder na pastoral católica da Soledade*. Dissertação de mestrado em Economia Doméstica. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Disponível em <
<https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/5fdf1463-2fce-4e6e-b12b-e72be2116859/content> > acesso em 20/03/2025.

MESTERS, C. (2012) Carta aberta. In: HOORNAERT, E. (org.). *Novos desafios para o cristianismo: a contribuição de José Comblin*. São Paulo: Paullus.

MONTENEGRO, A. T. (2019). *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

PEREIRA, D. R. P. (2013). *Concepções da história na teologia da libertação e conflitos de representação na igreja católica (1971-1989)*. Dissertação de mestrado em História.

Feira de Santana: UEFS. Disponível em < <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/278> > acesso em 02/04/2025.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. dos. (2015). Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*, São Carlos: UFSCar, v. 5, n. 2, p. 351 – 379. Disponível em < <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/349> > acesso em 25/03/2025.

SANTOS, I. M. F. dos (org.). (2024). *Igreja subversiva? Agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe luta de classes no Brasil*. Maceió: Edufal.

SANTOS, M. R. B. dos. (2014). *Padre José Comblin e a Ditadura Militar: religião, discurso e práticas cristãs nos anos de chumbo (1968-1972)*. Tese de doutorado em História. Salvador: UFBA. Disponível em < https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/6_padre_jose_comblin_e_a_ditadura_militar_religiao_discurso_e_praticas_cristas_nos_anos_de_chumbo_1968-1972.pdf > acesso em 21/03/2025.

SILVA, A. O. da. (2019). *A luta pela terra no sertão do Rio São Francisco: a experiência do assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1989-2014*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Curso de História, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia. Disponível em < <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5039> > acesso em 13/04/2025.

SILVA, A. O. da. (2019). *Da teologia da enxada ao MST: conflitos, (re)ocupações e as experiências de reforma agrária do Pebá e do Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, 1982-1989*. 2022. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Disponível em < <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8990> > acesso em 12/04/2025.

SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

SOUZA, A. (2012). *Teologia da Enxada: Evangelização inculturada e inculturante*. Ciberteologia, São Paulo: Paulinas, n. 38, ano VIII, p. 3-17.

SOUZA, M. de B.; CARAVIAS, J. L. (1988) *Teologia da Terra*. Tradução: Jaime A. Clasen, Petrópolis: Vozes.

SUSIN, L. C. (2012). José Comblin, um mestre da libertação. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *Novos desafios para o cristianismo: a contribuição de José Comblin*. São Paulo: Paulus.

THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Tradução: Denise Botmann. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THOMPSON, E. P. (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

TORRES, José Luiz. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Arquivo e história no núcleo de pesquisa, extensão e documentação do sertão do São Francisco 1998-2013

Archives and history at the Research, Extension, and Documentation Center of the São Francisco Hinterland 1998-2013

Antônio Gabriel Fernandes Barros¹

Universidade Federal de Alagoas

antonio.barros@delmiro.ufal.br

<https://orcid.org/0009-0002-6062-1856>

Pedro Abelardo de Santana²

Universidade Federal de Alagoas

pedro.santana@delmiro.ufal.br

<https://orcid.org/0000-0001-5305-4844>

RESUMO

Os documentos históricos são essenciais para o conhecimento acumulado da humanidade. Neste sentido, fez-se necessário a criação de locais propícios para a conservação e preservação dessas fontes históricas: os arquivos. Estes são locais de proteção dos patrimônios documentais, e como tal, devem contar com uma organização correspondente às fontes, através de métodos necessários para o conjunto desses registros. Nessa pesquisa priorizamos a importância da documentação escrita no sertão nordestino de áreas próximas ao rio São Francisco, apresentando uma discussão sobre o conceito de Nordeste/sertão, em seguida, tratamos do acervo documental do Instituto Xingó, um importante órgão de atuação para o desenvolvimento regional do Baixo rio São Francisco. O instituto estava subdividido em diversas áreas temáticas como Arqueologia e Patrimônio Histórico, Educação e outras. Atualmente, a documentação produzida pelo Instituto encontra-se sob a guarda do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco (NUPEDS–UFAL), servindo de base para a elaboração do presente texto. Trata-se de um acervo de importância para o estudo da cultura, desenvolvimento territorial e conhecimento histórico.

Palavras-chave: Documentação; Arquivos; Instituto Xingó; Sertão do São Francisco.

ABSTRACT

Historical documents are essential for humanity's accumulated knowledge. In this sense, it became necessary to create suitable places for the conservation and preservation of these historical sources: archives. These are places that protect documentary heritage, and as such, they must have an organization corresponding to the sources, through methods necessary for

¹ Graduando UFAL e Pesquisador o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS).

² Doutor em História Social pela UFBA, 2015 (com estágio sandwiche na Universidade de Salamanca); Pós Doutorado com bolsa PNPd/CAPES/UFS, 2015-2017; Mestre em Geografia - área de concentração Estudos Arqueológicos (2004); graduado em História pela UFS (2001); Professor adjunto do curso de História da UFAL, Campus do Sertão; prof. permanente do Mestrado em História da UFAL.

the management of these records. In this research, we prioritized the importance of written documentation in the Northeastern Sertão of areas near the São Francisco River, presenting a discussion on the concept of Northeast/Sertão. We then address the documental collection of the Xingó Institute, an important organization for the regional development of the Lower São Francisco River area. The institute was subdivided into various thematic areas such as Archaeology and Historical Heritage, Education, among others. Currently, the documentation produced by the Institute is under the care of the Research, Extension, and Documentation Center of the São Francisco Hinterland (NUPEDS – UFAL), serving as the basis for the preparation of this text. It is a collection of significant importance for the study of culture, territorial development, and historical knowledge.

Keywords: Documentation; Archives; Xingó Institute; Sertão of the São Francisco.

1 INTRODUÇÃO

As fontes históricas, sob diversos formatos, são fundamentais na preservação de conhecimentos tecidos pela humanidade. Os registros humanos das ações humanas no tempo demonstram o valor das fontes – escritas, orais, visuais, arqueológicas, entre outras – , uma vez que elas registram memórias individuais e coletivas, preservadas de diversas maneiras, sendo a fonte histórica um documento/monumento essencial ao estudo, reflexão e interpretação dos feitos humanos (Le Goff, 2003).

Os documentos escritos, por sua vez, registram atividades e o desenvolvimento de ações ao longo do tempo. Neste sentido, os documentos escritos — enquanto fonte histórica — representam um tipo de registo do conhecimento e das ações humanas. Não obstante, a quantidade de documentos escritos produzidos, acumulados e que carecem de catalogação é complexa, exigindo a expertise de profissionais especializados, como arquivistas e historiadores (Bloch, 2001; Barros, 2019).

Nesse sentido, a guarda, organização e catalogação de acervos documentos se tornou fundamental para o campo do saber histórico, historiográfico e de outras áreas do conhecimento. Desta forma, o gigantesco volume de documentos – no formato papel e ou no digital – produzidos e que precisam ser preservados necessitava de espaços específicos com o intuito de salvaguardar, catalogar e possibilitar o acesso ao repositório de informações contidas nestes registros (Paes, 2004).

Nesse texto, realizaremos uma apreciação dos arquivos como espaços essenciais para compreensão, sistematização e interpretação do conhecimento científico, territorial, cultural e histórico. Sob esta perspectiva, o arquivo é um local de guarda dos documentos escritos, digitais e imagéticos acumulados ao longo do tempo (Zammataro e Cavalcante, 2020). Portanto, faz-se necessária a organização da documentação existente nos arquivos, identificação dos tipos de documentos e, principalmente, a metodologia para a preservação, organização e catalogação dos registros que compõem o acervo de documentos (Lopes, 2004).

Assim, antes de discutir sobre a importância dos centros ou núcleos de documentos



para pesquisa histórica no Sertão Nordestino, é preciso debater o conceito de Nordeste e de Sertão – este último compreendido enquanto localidade referenciada por aspectos geográficos, históricos, sociais e culturais. Neste sentido, as divergentes visões racionalistas acerca do Nordeste potencializam variados conceitos sobre essa região (Albuquerque Jr., 2011).

Os diversos e recorrentes debates em torno da região Nordeste do Brasil frequentemente a colocam no centro das discussões acadêmicas e midiáticas. Contudo, essa visibilidade não rara é acompanhada por uma desvalorização intrínseca, perpetuada por uma complexa rede de preconceitos e estereótipos historicamente construídos. A visão simplificada e, muitas vezes, pejorativa do Nordeste — que ignora sua vasta diversidade cultural, econômica e geográfica — impõe um desafio contínuo para a compreensão científica e a formulação de políticas públicas eficazes.

Diante desse panorama, que exige uma abordagem mais rigorosa e menos carregada de clichês, a salvaguarda, organização e o fomento de pesquisas científicas assumem um papel de importância crucial. A estruturação de centros e núcleos de pesquisa e de documentação específicos para o estudo da região constitui uma contribuição indispensável para dismantelar as visões superficiais e preconceituosas. Tais instituições fornecem a infraestrutura necessária para a produção de conhecimento embasado, permitindo a coleta, preservação e análise de fontes primárias e secundárias que narram as múltiplas histórias e realidades nordestinas.

Uma compreensão científica aprofundada é vital para a definição precisa e a contextualização de conceitos-chave inerentes ao Nordeste, como o próprio termo "sertão" e a identidade "sertanejo(a)". A respeito, Manuel Correia de Andrade (2005) e Maria de Lourdes de Albuquerque Lopes (2004), já sinalizavam a necessidade de transcender o senso comum. Andrade, por exemplo, enfatiza o Nordeste como uma região complexa, moldada por diferentes dinâmicas socioeconômicas e ambientais - e não como um único bloco homogêneo. Lopes, por sua vez, sublinha a importância do fomento à pesquisa local, fundamentada em documentos, para captar as nuances históricas e culturais que definem o sertanejo para além do mito da seca e da miséria.

Sob esta compreensão, o investimento contínuo e estratégico em pesquisa e documentação é o caminho para uma revalorização justa e científica do Nordeste, combatendo o preconceito com dados, análises históricas e sociológicas rigorosas, e permitindo que a própria região narre sua história em sua complexa e rica totalidade. Nesse sentido, os documentos produzidos na e sobre região do sertão do rio São Francisco são essenciais para a compreensão, análise e interpretação dos significados, dinâmicas e especificidades da região (Santana, 2023). Dessa forma, os acervos arquivísticos salvaguardados em centros de memória e em núcleos de pesquisa, são condicionantes para o estudo de aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos (Belloto, 2006).

A respeito, a documentação do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL) – mantido pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no Campus do Sertão, Delmiro Gouveia –, destaca-se como um importante acervo documental e arquivístico relacionado ao sertão, no qual as fontes produzidas na região do entorno do rio São Francisco contém relevância científica, cultural, econômica, educacional, social, histórica e para desenvolvimento territorial. Os documentos que compõem este acervo são provenientes do Instituto Xingó, programa destinado ao desenvolvimento regional do Sertão (Xingó, 1998). O NUPEDS foi concebido para desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao Sertão do Baixo do rio São Francisco (NUPEDS, 2020).

A presente pesquisa, desenvolvida no referido Núcleo, busca sintetizar e preservar o legado cultural e histórico da região. Neste sentido, um dos pilares deste trabalho é o fortalecimento da relação dialógica entre a universidade, como polo de produção de conhecimento, e a comunidade local, detentora de um saber ancestral e prático. A análise documental, essencial para a fundamentação desta pesquisa, concentra-se, como já foi dito, no acervo proveniente do instituto responsável pela gestão e execução do Programa Xingó. Estes documentos oferecem uma visão das áreas temáticas abrangidas pelo Programa: Arqueologia e Patrimônio Histórico; Educação; Aquicultura; Atividades Agropastoris; Biodiversidade da Caatinga; Recursos Hídricos; Energia; Gestão, Educação Ambiental e Trabalho; e Turismo e Hotelaria (Xingó, 1998).

Os registros desenvolvidos pelo Instituto constituem a base para a pesquisa do núcleo e para as linhas de pesquisa direcionadas ao sertão do rio São Francisco. O processo metodológico estrutura-se em etapas para o diagnóstico e a avaliação dos documentos, as quais compreendem a análise detalhada dos registros e a organização do arquivo do NUPEDS, a observação do estado tipológico dos documentos, a verificação dos equipamentos disponíveis e das condições de trabalho. Inclui-se, também, o exame das informações coletadas com o propósito de ampliar o desenvolvimento do arquivo. Dessa forma, é imprescindível um planejamento que se ajuste ao tipo de arquivo, além de se buscar o alinhamento entre a prática arquivística e a realidade institucional, promovendo uma gestão mais eficiente e funcional dos acervos (Lopes, 2004).

A metodologia desenvolvida se fundamentou no emprego de diversas técnicas arquivísticas, tais como a realização de levantamento bibliográfico e a organização e leitura dos relatórios produzidos durante os anos de vigência do Instituto Xingó, alinhando o conhecimento técnico à produção desses documentos. Por meio de fichamentos, foi possível obter uma captação mais ampla e aprofundada das atividades elaboradas pelo Instituto. A preservação desses documentos é de suma importância, pois contribui para a realização de pesquisas e, sobretudo, para a valorização e a salvaguarda da memória institucional do instituto e de suas atividades realizadas no sertão do Baixo do rio São Francisco.

2 COMO ORGANIZAR A DOCUMENTAÇÃO DE UM ARQUIVO?

Diante da necessidade de preservar os documentos produzidos, os seres humanos desenvolveram técnicas imprescindíveis à conservação e sistematização dos registros escritos. O grande acúmulo de registros do cotidiano, em geral documentos produzidos nos campos da política, economia, religião e sociedade, precisam de locais adequados para a preservação, a catalogação e acesso para consultas. Frente a esta justificativa, os arquivos foram criados para guarda de acervos de documentos escritos e outros registros. Segundo Paes, o arquivo é “a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro” (2004, p. 16).

Os documentos preservados nos arquivos funcionam em sua coletividade, ou seja, o conjunto dos registros arquivados ressalta ainda mais o caráter orgânico do arquivo, no qual há uma ligação entre um documento específico com a totalidade dos outros documentos. Sendo assim, os arquivos têm como finalidade “servir à administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história” (Paes, 2004, p. 16).

Neste sentido, data do ano 1978 a legislação que regulamenta a profissão do arquivista e de normas técnicas com relação ao arquivo. Ela dispõe que o arquivista deve ter a capacitação profissional para gerir um arquivo (Lima e Pedrazzi, 2015). De acordo com a Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA), publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os arquivos:

registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um património [sic] único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida (UNESCO, 2010).

O responsável pelo cuidado e manutenção do acervo/arquivo é o arquivista. O arquivista pode ser considerado um agente de mediação cultural, pois estabelece uma relação direta entre a informação armazenada e organizada em determinado acervo de documentos e a ação de construção, interpretação e disputa da história, através da análise contextual dos documentos e das relações existentes entre os documentos e a memória coletiva (Zammataro e Cavalcante, 2020). Como mediador do conhecimento organizado, o arquivista é o agente que orienta os indivíduos quanto o acesso aos arquivos públicos ou privados (UNESCO, 2010).

O arquivo considerado público se difere do arquivo privado em diversos pontos. Enquanto no arquivo privado os documentos são administrados por famílias, instituições não-governamentais ou pessoas físicas. Já o arquivo público é caracterizado pela organização de documentos produzidos ou recebidos pelas instituições governamentais, de âmbito federal, estadual ou municipal. Trata-se, portanto, de um órgão arquivístico que visa a organização de documentos para a pesquisa e para a consultoria pública (Paes, 2004).

Os arquivos públicos são importantes à necessidade prática com relação às ações governamentais; ou seja, servem para a eficiência governamental, no qual o acúmulo de documentos produzidos por um governo é importante para o armazenamento, consulta e preservação dos registros oficiais. Também, arquivos dessa natureza constituem um valor de ordem cultural, no qual os documentos armazenados são tão importantes quanto outras fontes de expressão cultural – livros, parques, museus (Schellenberg, 2006).

Com relação aos arquivos públicos, as fontes desse tipo de acervo devem ser administradas por organizações governamentais, ao contrário dos arquivos privados. Trata-se de uma obrigação pública, no qual os documentos oficiais são organizados para os serviços e interesses específicos das ações de uma instituição governamental (Schellenberg, 2006; Paes, 2004).

Os arquivos de ordem pública são de interesse pessoal, uma vez que os documentos oficiais demarcam relações políticas, questões burocráticas e direitos civis. Além de serem uma prova/registro material da rede de conexões existentes no âmbito governamental. Os documentos públicos são imprescindíveis para o funcionamento do aparato do governo e fazem parte da consolidação e amadurecimento tanto do governo quanto do arquivo público. Os registros deste tipo de acervo são parte essencial da natureza de fontes de informações – instrumentos da administração no qual o trabalho é executado com segurança e evidência em que é demonstrado a conduta e a condição oficial das atividades governamentais (Schellenberg, 2006, p. 33).

Em geral, os arquivos são organizados a partir da supervisão e coordenação de tarefas técnicas e condicionadas de acordo com a instituição ou entidade arquivística. Inicialmente, um arquivo deve realizar o trabalho de levantamento de dados, análise das categorias dos documentos (escritos ou textuais, cartográficos etc.), bem como das espécies de registros com maior frequência – cartas, relatórios, projetos etc. (Paes, 2004).

Como parte da organização, deve-se, também, elaborar os modelos para acesso das informações dos documentos arquivados, como fichamentos dos registros e observação do seu estado de conservação, metodologia utilizada no arquivamento, média temporal dos arquivamentos, métodos utilizados quanto à conservação e cuidados adotados na preservação do acervo (Paes, 2004). É importante, caso seja de interesse do arquivista, identificar a localização e a infraestrutura do acervo e os recursos necessários para o conforto dos pesquisadores e visitantes (Lopes, 2004).

Seguem algumas especificações acerca da organização de um arquivo: 1. Investigação de dados, documentos e afins, visa conhecer a estrutura, os objetivos e as finalidades do arquivo, observar as normas e regulamentos da instituição; analisar o estado dos documentos, seus diversos gêneros, o volume dos registros, acrescentar dados referentes ao equipamento presente no arquivo; 2. Exame das informações adquiridas na investigação, analisar a situação do arquivo e fazer uma qualificação geral a fim de levantar propostas quanto às mudanças necessárias a serem adotadas; 3. Planificação, nessa etapa, deve-se planejar a posição do arquivo na instituição, a centralização ou descentralização dos documentos, a coordenação dos serviços, os métodos de arquivamento (Lopes, 2004; Paes, 2004).

Para tal feito, é necessária a participação e competência da equipe arquivística quanto à organização, classificação, catalogação e manutenção dos documentos públicos. Segundo Schellenberg:

Quanto mais bem classificados, mais facilmente poder-se-á dar-lhes um destino final, depois de haverem servido às atividades correntes. Quanto melhor o pessoal, mais segura a avaliação dos documentos para fins de destinação. O grau de excelência dos julgamentos feitos depende da competência profissional e da maneira mais ou menos perfeita pela qual se analisam os documentos (2006, p. 74).

A organização de um arquivo depende, portanto, do acúmulo de documentos no qual as próprias atividades em desenvolvimento suscitarão o destino e o objetivo de tais arquivos. Levando-se em conta as normas e os preceitos da instituição arquivística associado ao órgão de origem dos documentos que compõem seus respectivos acervos. Portanto, o ordenamento de um arquivo público e de seus respectivos documentos resultam num mecanismo orgânico em que cada parte, quando em conjunto, ressalta a natureza e o sentido desse arquivo (Rodrigues, 2006).

3 A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA NO SERTÃO

Para compreendermos a importância de um centro de documentação no sertão, é necessário abordarmos o conceito de sertão do Nordeste e suas implicações na discussão teórica e metodológica tanto do fazer-se arquivístico quanto do fazer-se historiográfico. A visão de Nordeste, enquanto região, depende do ponto de vista de cada autor, intérprete e estudioso. Existem diferentes leituras acerca desse conceito: desde uma área marcada pela seca, herança coloniais, crises climáticas, canaviais, lavoura do algodão, ciclo do gado, elites locais resilientes à mudança, desigualdades sociais, subdesenvolvimento latente, até a caracterização de uma região assinalada por lutas em favor da liberdade (Andrade, 2005).

Associado ao período colonial, há uma distinção clara entre a chamada “Zona da Mata”

e o “Sertão”. Em termos geográficos, o sertão é uma região presente no vasto interior do território nordestino, no qual os colonizadores se enveredam nesse espaço a partir do século XVI a fim de constituírem a criação de gado em fazendas. No Nordeste, a paisagem e a preocupação dos indivíduos são marcadas pelo clima com secas periódicas – em que o sertanejo sempre estará atento às possíveis dificuldades diante do clima (Filho, 2011; Andrade, 2005). Para Cunha: “O Sol é o inimigo que [o sertanejo] é forçoso evitar, iludir ou combater” (2019, p. 80). Ele ainda ressalta:

Acredita-se que a região incipiente ainda está preparando-se para a Vida: o líquen ainda ataca a pedra, fecundando a terra. E lutando tenazmente com o flagelar do clima, uma flora de resistência rara por ali entretece a trama das raízes, obstando, em parte, que as torrentes arrebatem todos os princípios exsolvidos [...].

Dá a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho do sertão – quase um deserto – quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes... (Cunha, 2019, p. 62).

A presença de viajantes, missionários e cronistas no sertão também se destacou quanto à produção descritiva do Nordeste e das impressões desses agentes diante do clima sertanejo. Com isso, o sertão nordestino, marcado pelo clima semiárido, tornou-se um local de interesse artístico e cultural. O sertão se estabelece como uma expressão cultural das imaginações, sentimentos e emoções das mais variadas formas de enunciação (Neves, 2003).

Quanto aos seus habitantes, Euclides da Cunha é preciso: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. [...]. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos” (2019, p. 157). Essa caracterização reflete diretamente nos aspectos do regionalismo existentes, não apenas na obra desse autor, mas na produção cultural de diversos indivíduos.

Darcy Ribeiro, por sua vez, define o sertanejo, como:

um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo (1995, p. 340).

Assim, a visão de sertão do Nordeste é marcada pela complexidade epistemológica de difícil conceituação. A dificuldade de se conceituar o sertão se dá, principalmente, pelas variadas formas de expressões quanto à caracterização dessa região. Dessa forma, a região

Nordeste “possui significados já muito cristalizados que evocam uma série de imagens, tanto das suas características geográficas, quanto culturais, sociais e econômicas” (Bernardes, 2007, p.41), evidenciados, sobretudo, na cultura imagética popular.

A respeito, autores como Euclides da Cunha, viajantes e cronistas de diferentes períodos expressão o sertão no campo de um discurso regionalista. Não se trata, portanto, de um olhar individual sobre o objeto: trata-se de múltiplos sujeitos que, ao longo da produção histórica, reproduziram essas dimensões regionalistas. Segundo Albuquerque Jr., o

Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço (2011, p. 62).

O estudo do sertão do Nordeste deve ser compreendido em conjunto com a historiografia, na qual as práticas regionalistas ligados à imaginação sociocultural reproduziram, dessa forma, a invenção dessa região, marcada por conflitos de conceitos e por complexidades quanto à reprodução desse espaço na cultura imagética (Albuquerque Jr., 2011).

Adentrando agora na defesa da formação de centros ou núcleos de documentação no sertão, defendemos que as fontes históricas são produções resultantes das ações da humanidade no tempo. Por isso, os arquivos se instituíram como um dos principais guias para os pesquisadores, uma vez que a reunião dos documentos históricos é de suma importância para a escrita, interpretação e narrativos dos tempos históricos que enlaçam homens e mulheres no seu fazer-se cotidiano, econômico, político, social e cultural. As fontes históricas são sinônimos da produção humana de acordo com suas ações, sendo acumuladas em diversas formas de registros, em especial os escritos (Bloch, 2001; Barros, 2019).

No caso dos arquivos, um documento pode ser definido como um tipo de registro produzido ou recebido por algum órgão público ou privado, no qual a execução das atividades seja elemento de documentos de provas ou de informações. Pode ser classificado, também, como a produção ou o recebimento de documentos por pessoa física (Paes, 2004). O documento de arquivo só terá um significado essencial se estiver relacionado ao meio que o produziu, ou seja, o documento será de uso significativo se estiver de acordo com as relações estabelecidas entre o registro documental e o ambiente/espço do qual foi elaborado. A totalidade desses documentos fundamentará a infraestrutura e as funções desse espaço gerador, ou seja, do arquivo (Belloto, 2006).

Tratando em termos historiográficos, o documento pode ser classificado como um monumento, destacando a importância da memória, sobretudo da memória coletiva, no qual a produção de registros humanos é de suma importância para a escrita da história. Segundo

Le Goff,

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente (2003, p. 537-538).

Com isso, os centros de documentação guardam os documentos acumulados a partir de sua importância para a sociedade. Esse tipo de instituição traz uma coleção de documentos, organizados e unidos de acordo com o conteúdo. O seu propósito é informar. A aquisição dos documentos, em geral, dá-se a través da compra ou doação com propósitos voltados à pesquisa do público de pesquisadores (Belloto, 2006). Sendo assim, o centro de documentação:

é o órgão colecionador ou referenciador (quando não armazena documentos como as demais entidades obrigatoriamente o fazem e só referencia dados em forma física ou virtual). Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes a determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados (Belloto, 2006, p. 39).

A importância de um centro de documentação no sertão é reconhecida pelo fato de que, diante de uma produção científica e cultural vistos nessa região, o campo da disseminação da informação é complementado a partir das suas funções arquivísticas e, também, de questões voltadas à comunidade e intrínsecas à cultura local (Belloto, 2006). Uma instituição deste tipo no sertão tem como objetivo o estabelecimento das memórias das questões que envolvem o sertão. Por isso, é fundamental a reunião, organização e preservação objetos, documentos e registros de valor histórico, científico e cultural – e, ademais, produzir pesquisa e conteúdo a partir da memória preservada, no qual o público-alvo poderia variar desde pesquisadores até a sociedade em geral, a depender do conteúdo abordado pelo centro de documentação (Conceição, 2020). Nesse sentido, a história local seria valorizada:

Voltando o olhar para a história local, [...], podemos constatar que sua configuração é atravessada por dinâmicas que, marcadamente, se constituem por conjunturas políticas e sociais, que buscam projetar determinadas representações no campo social, cultural, econômico e político (Silva, 2022, p. 91).

O centro fomentaria a pesquisa, ações culturais e a divulgação de informações, visando a preservação do patrimônio histórico, científico e cultural. Sua disponibilização para consultas e o desenvolvimento de pesquisas a respeito da memória e do patrimônio cultural da região, nesse caso, do sertão nordestino. Dessa forma, os valores compreendidos pela “invenção do nordeste” poderiam ser consultados, validados e pesquisados por meio de um centro de documentação, uma modalidade de arquivo público no qual o sertão seria o protagonista dessa memória individual, coletiva, institucional, acadêmica e, sobretudo, social (Conceição, 2020; Albuquerque Jr, 2011).

4 O ACERVO DOCUMENTAL DO NUPEDS/UFAL

Dentre os acervos dos arquivos e centros de documentação existentes no sertão nordestino, o acervo documental que compõe o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco (NUPEDS), proveniente do Instituto Xingó, inicialmente chamado de Programa Xingó. Desta forma, o NUPEDS tem como objetivo central a amplificação da pesquisa interdisciplinar sobre o Sertão do rio São Francisco, sobretudo na região do Baixo São Francisco (NUPEDS, 2020).

O NUPEDS (Figura 1), como núcleo do curso de História, do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, sediado em Delmiro Gouveia, busca associar os diversos campos do conhecimento unindo princípios de pesquisa, ensino e extensão no sertão do São Francisco. Através da ampliação, coleta, organização, preservação e divulgação do acervo documental, o núcleo fomenta o interesse pela pesquisa científica entre os discentes do *Campus* e, conseqüentemente, a formação de pesquisadores tendo como objeto de estudo o Brasil a partir do Sertão (NUPEDS, 2020).

Figura 1

Acervo documental do NUPEDS.



Foto: Antônio Gabriel (2025).

Destacar entre os objetivos do NUPEDS (2020): a divulgação e aplicação do conhecimento produzido através de atividades de extensão (curso, evento, seminário, mesa-redonda), parcerias com instituições públicas e privadas para a ampliação do ensino, promover pesquisas e ações conjuntas, prestação serviços e auxílios técnicos para órgãos públicos e privados com o objetivo de realizar projetos de pesquisa.

Nesta perspectiva, o projeto de iniciação científica intitulado História e cultura no sertão: a contribuição do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco, buscou, como demonstrado abaixo, sintetizar as informações presentes no acervo documental do citado Núcleo (Figura 2).

O Programa Xingó foi uma iniciativa com propósitos multidisciplinares, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). O objetivo do Programa se destacou no aproveitamento da infraestrutura utilizada na construção da Usina Hidrelétrica de Xingó (UHE), no rio São Francisco, do qual resultou na constituição de um núcleo compartilhado de desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o desenvolvimento regional (Xingó, 1998).

Figura 2

Acervo documental do NUPEDS.



Fonte: Antônio Gabriel (2025).

O Programa Xingó teve por objetivo iniciar a formação de força de trabalho, caracterizada pela qualidade técnica, através do desenvolvimento de projetos que visavam à produção de benefícios na qualidade de vida da população do semiárido nordestino, atuando

nos aspectos de emprego, renda e ecologia da região (Xingó, 1998).

O programa estabeleceu parcerias contando com a participação de universidades federais e estaduais da região, bem como institutos de pesquisa. Em torno destes objetivos, entre 1998 e 2013, o Instituto Xingó gerou uma abundante documentação de interesse histórico, antropológico, sociológico e de interesses das políticas públicas para o desenvolvimento do território a partir de nove áreas científicas (Xingó, 1998):

Área de Arqueologia e Patrimônio Histórico: realizou práticas voltadas para os parâmetros sociais e culturais das regiões que pertencem às áreas de abrangência do Programa Xingó. Seu objetivo era a preservação do patrimônio histórico-cultural das comunidades locais do Baixo São Francisco; divulgação e apreciação das vertentes histórico-culturais; levantamentos bibliográficos dos documentos patrimoniais e a elaboração de bancos de dados/arquivos nas áreas de abrangência do Instituto.

Área de Educação: buscava qualificar a prática pedagógica dos professores do semiárido, além de formar equipes pedagógicas nos municípios e criar espaços de intervenção nas comunidades locais, buscando reconstruir fundamentos teórico-metodológicos (universalização do ensino básico, melhoria da qualidade de ensino).

Área de Aquicultura: surgiu da necessidade de implementação de ações voltadas à capacitação pessoal – formação de novos aquicultores e o aperfeiçoamento dos recursos humanos existentes na região, sendo uma alternativa de emprego e renda às comunidades locais e o estímulo de novas iniciativas no setor. Procurou a intensificação da piscicultura regional através da produção em escala suficiente à demanda local. Com isso, haveria maior segurança do investimento e garantia de abastecimento dos alevinos, além de um aumento na produtividade e na renda da população beneficiada. Realizou a construção de módulos de tanques-rede, com o objetivo de testar metodologias de cultivo adaptadas à região do Programa – a difusão desse tipo de tecnologia impulsiona a prática de cultivo de peixe em tanques-rede, trazendo lucro aos moradores da localidade.

Área de Atividades Agropastoris: atuou para a implantação de uma unidade demonstrativa à orientação aos pequenos produtores (caprinos, ovinos, suínos, aves); implantação de hortas orgânicas nas escolas locais, evitando-se o fenômeno da evasão escolar. Ocorreu, também, a elaboração de treinamentos para possibilitar a instalação de micro indústrias na região (derivados do leite e frutas). Isso garantiria benefícios econômicos, segurança alimentar e qualidade de vida à comunidade local.

Área de Biodiversidade da Caatinga: sua ação era investigar como os fatores ambientais e as atividades humanas afetam a biodiversidade na região de Xingó. Também, utilizou estes conhecimentos na formulação de estratégias para o uso sustentável (economia, ecoturismo, hotelaria) e para a educação ambiental, em benefício da comunidade. Além de realizar pesquisas voltadas para a biodiversidade da região (fauna, flora).

Área de Recursos Hídricos: teve o propósito de sistematizar as informações relativas

à disponibilidade da água, o uso dos recursos hídricos, fontes poluidoras em potencial, a qualidade da água em termos físicos, químicos e biológicos, bem como sua relação em atividades de irrigação e drenagem na bacia do rio São Francisco.

Área de Energia: a área buscava soluções energéticas, com a utilização de fontes locais renováveis, através de um desenvolvimento compatível à região (inserção social, elevação da qualidade de vida e renda da população), além de desenvolver um centro de pesquisa direcionada à implementação tecnológica na Caatinga.

Área de Gestão, Educação Ambiental e Trabalho: visava aprofundar o conhecimento sobre as transformações socioambientais na região do semiárido nordestino; estabelecer conhecimentos e práticas da população local com o ambiente (educação/gestão ambiental); analisar os impactos de transformações socioambientais, projetos de irrigação e manejo sustentável.

Área de Turismo e Hotelaria: buscou induzir o desenvolvimento das atividades turísticas na região, que causava diversos impactos na sociedade e no ambiente (imposição de limites); promover a preservação dos recursos naturais e histórico-culturais; criar um ambiente propício à abertura de novas alternativas econômicas (implantação/recuperação da infraestrutura da região; treinar a mão de obra; melhoria na qualidade do processo educacional).

5 AÇÕES REALIZADAS PELO INSTITUTO XINGÓ: UMA LEITURA DO SEU ACERVO DOCUMENTAL

O acervo documental do Instituto Xingó, através da colaboração de diversos atores de pesquisa (arquivistas, estudantes, professores), realizou o levantamento de documentos e da bibliografia do Instituto, especificamente através da procura de relatórios elaborados durante o período de atuação do Instituto Xingó (1998-2013). Por meio de fichamentos cadastrados pelos arquivistas, foi possível sistematizar dados gerais das ações efetuadas pelo Instituto.

A primeira área analisada é a de *Arqueologia e Patrimônio Histórico*. De acordo com a análise dos relatórios e outros tipos de documentação, percebe-se uma forte ação do CENDOP - Centro de Documentação e Pesquisa do Baixo São Francisco. O centro atuava por meio do levantamento de dados históricos e culturais em municípios das áreas de abrangência do Instituto Xingó. Em geral, áreas que estavam sob influência da Usina de Xingó, com o objetivo de preservar e divulgar os saberes que constituem o patrimônio cultural dessas regiões. O centro realizava diversas pesquisas nos municípios dessas regiões, no qual os aspectos históricos e socioculturais dessas localidades são retratados em diversos relatórios. Com ênfase nos aspectos históricos, econômicos e sociais da região. Além de eventos notórios à história do Brasil (Cangaço, Guerra de Canudos, construção da UHE Xingó).

Dentre os projetos elaborados pelo CENDOP inclui-se o *Levantamento de fontes para*

a história do Baixo São Francisco. Foi um projeto que realizou seis ações em cinco municípios dos estados de Sergipe e Alagoas, as quais constavam do levantamento, organização e sistematização de dados e fontes escritas, com o intuito de se criar um banco de dados para esses documentos. Além disso, o uso de fontes orais, imagens do patrimônio arquitetônico, listagem das fitas cassetes indicando-se o tempo e o entrevistado, catálogo de depoimentos e edição de diversos documentários foram aplicados nesse projeto. O levantamento de fontes iconográficas, de fontes patrimoniais (materiais e imateriais) e o registro das expressões culturais também são destacados como importantes métodos de atuação do centro, o qual atuava na busca para a identificação de grupos folclóricos, artesãos, monumentos, registro de festas e celebrações, exposições de cunho histórico-cultural e patrimonial da região.

O projeto *Expedição para avaliação do roteiro turístico* – entre Piranhas e Pão de Açúcar, realizou o levantamento bibliográfico de fontes históricas para a avaliação de roteiros turísticos nas áreas do instituto, no qual as expedições realizadas pelos pesquisadores visam o destaque das características históricas da região e as respectivas vocações existentes. O projeto destacou o fornecimento de dados históricos e culturais dos municípios envolvidos e tinha como objetivo a verificação da possibilidade da instalação de roteiros turísticos e o fomento da produção artesanal na região. O projeto apresentou os resultados e discutiu sobre temas diversos que envolvem os aspectos patrimoniais da cultura local, sobretudo da gastronomia, do artesanato, da situação das comunidades, do patrimônio edificado e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Com isso, o CENDOP foi um importante centro na composição de acervos, arquivos, centros de memória e banco de dados durante o período de atuação do Instituto Xingó. O centro, como órgão atuante do Patrimônio Histórico, buscou preservar os aspectos culturais e patrimoniais da região do Baixo São Francisco.

Com relação a área de *Educação*, através das análises efetuadas nos seus documentos, essa se destacou com relação ao número de documentos e registros produzidos (CDs, DVDs, cartilhas, materiais didáticos), no qual aparecem muitos relatórios individuais de atividades. Esses relatórios individuais correspondem, em geral, com as ações realizadas pelo Instituto a partir das atividades e projetos elaborados pelos setores da educação.

A área de Educação desenvolveu atividades no sertão, no qual as ações eram voltadas sobretudo para a universalização do ensino básico e, conseqüentemente, na busca de melhores qualidades de ensino, tendo como foco o semiárido nordestino. As ações promovidas pela área eram destinadas, em geral, para a população das comunidades locais que mais careciam de técnicas e metodologias de ensino. Através da qualificação prática, preparação pedagógica e desenvolvimento metodológico dos profissionais da educação, diversos projetos dessa área buscaram a inserção do público a fim de fundamentarem um ensino de qualidade e que atendesse às necessidades das comunidades locais.

Dessa forma, através de oficinas pedagógicas, reuniões com as secretarias de

educação dos municípios e o atendimento às necessidades locais, os projetos foram se concretizando durante o período de funcionamento do Instituto Xingó. Diante dos projetos analisados nos relatórios, destaca-se alguns.

Educação de Jovens e Adultos das áreas emergenciais da seca em municípios de abrangência do Programa Xingó: O processo de escolarização e qualificação profissional de jovens e adultos. Seus objetivos eram a alfabetização e qualificação profissional de jovens e adultos, qualificação de monitores e coordenadores e a elaboração de um relatório final do projeto. Ocorreram reuniões, visitas técnicas, articulações com os municípios, cursos profissionalizantes e acompanhamento pedagógico intensivo. O projeto foi realizado em diversos povoados dos municípios da área de abrangência do programa.

Formação continuada do educador: visou a qualificação profissional dos professores, bem como a formação de equipes pedagógicas para acompanhar esse processo, a fim de melhorar o ensino municipal dentro das áreas de abrangência do Programa Xingó. Dentre as metas alcançadas, destacam-se: realização de curso e acompanhamento pedagógico, formação de equipes pedagógicas, elaboração de material didático e relatório.

Ações de desenvolvimento regional na área de abrangência do programa dos lagos do São Francisco; Ações profissionalizantes no semiárido nordestino: buscou propiciar a formação profissional através de cursos profissionalizantes, desenvolvimento do desempenho profissional, melhoria da qualidade de vida e inserção social, geração de renda familiar. Desenvolve-se em etapas através de articulações com os municípios da região e a avaliação dos cursos e do projeto. A ação atendeu à comunidade em geral, sobretudo micros e pequenos empresários em municípios (Alagoas e Sergipe) da área do programa.

Ações de desenvolvimento regional na área de abrangência do Programa Xingó: Curso de Pedagogia na modalidade à distância/capacitação indígena – Nação Pankararu: promoveu a capacitação de jovens no artesanato e na área de agropecuária da nação Pankararu, como uma continuidade aos trabalhos no aldeamento. O curso de Pedagogia à distância propôs formar profissionais com habilitação para o ensino e fomentar a atuação do coordenador em diversas habilidades e técnicas de orientação, administração e supervisão escolar. O curso foi promovido em diversos municípios do Sertão.

Outra área com atuação importante no Baixo São Francisco foi a de *Aquicultura*. Dentre os diversos tipos de documentos analisados, percebe-se a prevalência dos registros documentais da aquicultura, na qual os relatórios e outros tipos de fontes (CDs, DVDs, cartilhas, livros) se destacam diante das demais áreas. Grande parte do material analisado trata de relatórios individuais de estudantes estagiários da área. Esses relatórios individuais são partes integrantes de projetos extensivos promovidos no sertão pela área de aquicultura. Em geral, destacam-se as ações promovidas pela aquicultura com relação às necessidades de estimulação de produtos voltados à piscicultura, na qual seriam atendidas as demandas sociais e econômicas das comunidades locais (ribeirinhas, produtores de alevinos,

pesquisadores), a fim de promoverem o desenvolvimento econômico da população da região.

Além disso, as atividades elaboradas pelos projetos de aquicultura fomentaram a capacitação profissional de agentes voltados à piscicultura; investir em equipamentos para a aprimoramento dos setores da aquicultura; estabelecer relações de interesse financeiro e social entre os pesquisadores da área de aquicultura, as universidades ligadas ao Instituto Xingó e as comunidades locais.

Dentre os diversos projetos analisados destacam-se: *Produção de pós-larvas do pitú*, visando o repovoamento do baixo São Francisco; e, *Gestão de agronegócios e marketing dos produtos beneficiados da piscicultura pela Unidade Demonstrativa de Beneficiamento do Pescado*. A seguir descreveremos mais três projetos.

Produção de alevinos para o desenvolvimento da piscicultura: o projeto visou fomentar a piscicultura e a pesca na área de abrangência do Instituto Xingó, através da produção de alevinos. Como forma de aperfeiçoar a produção, buscou-se a geração de tecnologia especializada. A sua relevância foi enfatizar a importância da produção de alevinos, sua implantação e sustentabilidade da piscicultura e povoamento das represas.

Tecnologias simplificadas para agregação de valor ao pescado cultivado: teve o objetivo de difundir tecnologias simplificadas para agregação de valor ao pescado cultivado e produzido pelas associações e produtores, tendo como foco a elaboração de novos produtos a partir da polpa do pescado. Além de incentivar o surgimento de novas oportunidades de negócios na região. O local de execução foi a Unidade Escola de Beneficiamento de Pescado do Instituto Xingó, em Piranhas. E o público-alvo foram diversas associações de piscicultores em diferentes municípios da região, além das famílias.

Gestão da produção e da comercialização na piscicultura em cinco municípios do semiárido dos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Esse projeto visou transmitir aos piscicultores e colonos informações acerca do gerenciamento e organização da produção e comercialização do pescado, com o intuito de auxiliar os empreendimentos.

Os relatórios da área *Atividades Agropastoris* mostram os seus serviços para consolidar através de financiamentos, treinamentos, oficinas, dentre outros, a capacitação prática dos pequenos produtores rurais (caprinos, bovinos, suínos). Além de implantar hortas orgânicas nas escolas locais, no intuito de evitar o fenômeno da evasão escolar. Houve, também, a oferta de treinamentos para possibilitar a instalação de micro indústrias na região (derivados do leite e frutas), visando garantir benefícios econômicos, segurança alimentar e qualidade de vida à comunidade local.

Já na área *Biodiversidade da Caatinga*, os relatórios analisados mostram a investigação de como os fatores ambientais e as atividades humanas afetam a biodiversidade na região de Xingó. Esses conhecimentos serviram para a formulação de estratégias para o uso sustentável (economia, ecoturismo, hotelaria) e para a educação ambiental, em benefício da comunidade. Outras pesquisas realizadas se voltaram para a biodiversidade da região

(fauna, flora).

Destacamos um desses projetos: *Prospecção e incorporação de genes envolvidos no mecanismo de defesa a estresses bióticos e abióticos em culturas de interesse socioeconômico*. Seus objetivos foram: identificar variações de feijão-caupi resistentes ao vírus do Mosaico Severo (variedades locais, melhoradas e linhagens avançadas com atributos para produtividade); identificar e caracterizar genes de diferentes culturas de interesse socioeconômico submetidos a estresses bióticos ou abióticos, com a metodologia baseada na construção de bibliotecas subtrativas. Teve o intuito de auxiliar os programas de melhoramento genético de diversas culturas, na busca de variedades mais tolerantes aos diferentes estresses; por fim, realizar a propagação de plantas para outras estações, onde serão cultivadas e estudadas. Além dessa pesquisa, foram realizadas outras com a palma forrageira e a cana-de-açúcar.

Na área *Recursos Hídricos*, os relatórios apontam busca para sistematizar as informações relativas à disponibilidade da água, o uso dos recursos hídricos, fontes poluidoras em potencial, a qualidade da água em termos físicos, químicos e biológicos, bem como sua relação em atividades de irrigação e drenagem na bacia do rio São Francisco.

Dentre os projetos analisados, destacam-se: *Desenvolvimento regional*, junto às comunidades rurais carentes buscou-se implantar um sistema de abastecimento de água, acompanhamento e orientação quanto ao uso da água de forma sustentável. Sua finalidade foi auxiliar no desenvolvimento dos municípios carentes de Pernambuco. Outro projeto, o *Termo de Parceria N° 001/2007*, foi até as comunidades rurais carentes a fim de implantar um sistema de abastecimento de água, acompanhamento e orientação quanto ao uso da água de forma sustentável, através de poços e perfurações nas rochas. Por fim, o projeto *Obras hídricas em microrregiões no estado de Pernambuco / Implantação de sistemas rurais de abastecimento de água*, procurou soluções de baixo custo e fácil manutenção capazes de melhorar a fixação das famílias rurais em seus locais de origem, tendo em vista as deficiências hídricas que comprometem o desenvolvimento e dificultam a subsistência dos moradores.

A última área do Instituto Xingó, de *Gestão, Educação Ambiental e Trabalho*, consta que a sua ação buscou aprofundar o conhecimento sobre as transformações socioambientais na região do semiárido nordestino; estabelecer conhecimentos e práticas da população local com o ambiente (educação e gestão ambiental); analisar os impactos de transformações socioambientais, projetos de irrigação e manejo sustentável. Dentre os relatórios analisados, aquele referente ao projeto *Gestão de aquíferos em áreas do semiárido nordestino para o desenvolvimento sustentável*, refletiu sobre os aspectos socioeconômicos dos municípios da área de abrangência do instituto, além de propor e implementar ações de educação ambiental. No contato com a comunidade foi proposta uma prática social com fins de mudança de atitude em relação aos recursos hídricos e ao meio ambiente, no que tange às reservas de águas subterrâneas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos são fundamentais para preservar a memória da sociedade. O conhecimento acumulado permite a disposição dos saberes armazenados em locais destinados não somente à pesquisa e à manutenção de documentos, mas, também, ao apreço pelas experiências de agentes históricos das mais variadas sociedades. Com isso, o NUPEDS, enquanto arquivo fomentador de conhecimentos e de práticas de pesquisa, torna-se basilar quanto à preservação do saber regional, sobretudo no sertão do São Francisco, o que permite o progresso dos conhecimentos históricos voltados para os sertões do Nordeste. Ou seja, o Nordeste passa de um agente passivo para um objeto de estudos acumulados e armazenados, no qual sujeitos históricos garantem a existência de tais registros documentais.

O Instituto Xingó proporcionou, à guisa da historiografia, fontes imprescindíveis para o estudo da cultura, memória, identidade, ambiente e sociedade no contexto do sertão, região, por muitas vezes, tratada de forma enviesada e caricata, inventada a partir de um prisma de preconceito, sem destacar a negligência e, por vezes, desprezo por parte das autoridades políticas e/ou de pesquisa. Sendo assim, o núcleo de documentação voltado para a pesquisa é formado a partir do acervo do instituto, agrega os registros das nove áreas temáticas que compunham o instituto.

A presente pesquisa demonstrou o desenvolvimento de ações científicas e historiográficas voltadas para o sertão nordestino – no qual o núcleo de documentação preenche e amplia as noções do que seria a região do sertão do São Francisco e intensifica, outrossim, o debate gerado em torno do conceito de Nordeste, tão abrangente e debatido no meio acadêmico. O núcleo torna-se um elemento fundamental na capacitação de indivíduos voltados para a pesquisa historiográfica, no qual é proporcionado linhas voltadas para a cultura, sociedade, história e memória do sertão.

Através das análises de relatórios das respectivas áreas temáticas, as referências e os elementos proporcionados ganham destaque através da contribuição à pesquisa e para a preservação da memória – no qual o arquivo do NUPEDS é essencial para o acúmulo de vivências, cotidianos e produções historiográficas de suma importância ao desenvolvimento científico.

Portanto, é necessário a devida atenção aos arquivos e centros de documentação, pois estes são fundamentais para a garantia e manutenção das memórias individuais e coletivas de uma sociedade, sobretudo com relação ao Sertão do rio São Francisco. Em síntese, é imprescindível a existência, organização, manutenção e preservação dos arquivos. Neste sentido, o acervo do arquivo do NUPEDS salvaguarda fontes históricas e científicas, essenciais para conhecimento deste pedaço do Brasil, América e do Sul Global.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., D. M. de. (2011). A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez.
- ANDRADE, M. C. de. (2005). A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Cortez.
- BARROS, J. D. (2019). Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes.
- BERNARDES, D. de M. (2007). Notas sobre a formação social do Nordeste. Revista Lua Nova, São Paulo, n.71, p. 41-80. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2142>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- BELLOTTO, H. L. (2006). Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- BLOCH, M. (2001). Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CONCEIÇÃO, J. T. da. (2020). “Centros de memória escolar e a preservação do patrimônio histórico: uma experiência na educação básica, CEMDAP – UFS, 1959-1995”, p. 19-44. In: CRUZ, J. V. da; SANTOS, F. A. dos (orgs.). Aprendizagem histórica: espaços, suportes e experiências. Recife: Editora da UFPE.
- CUNHA, E. da. (2019). Os sertões. São Paulo: Companhia das Letras.
- FILHO, F. D. A. (2011). Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). Ciência Geográfica, Bauru, v. XV, n. 1, p. 84-87, jan./dez. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artig_05_06_2011.pdf. Acesso em: 06 mar. 2025.
- LE GOFF, J. (2003). História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP.
- LIMA, E. dos S.; PEDRAZZI, F. K. (2015). O perfil do profissional arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria. Ponto de Acesso, Salvador, v.9, n.1, p. 64-90, abr. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8371/9630>. Acesso em: 07 mar. 2025.

LOPES, U. dos S. (2005) Arquivos e a organização da gestão documental. Revista ACB, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 113–122, ago. Disponível em:

<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/412>. Acesso em: 06 mar. 2025.

NEVES, E. F. (2010). Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. Politeia - História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, mai. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3940>. Acesso em: 10 mar. 2025.

UFAL. (2020). Regimento Interno do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL). Delmiro Gouveia.

PAES, M. L. (2004). Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV. RIBEIRO, D. (1995). O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras.

RODRIGUES, A. M. L. (2006). A teoria dos arquivos e a gestão de documentos.

Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23725/19192>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SANTANA, P. A. de. (2023). Do local ao regional: reflexões sobre a produção histórica no campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2010-2022. In: Anais eletrônicos XXXII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Disponível em:

https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693016198_ARQ_UIVO_44c186f167c9feb34f4fcbf2ee9a487a.pdf. Acesso 04/08/2024.

SCHELLENBERG, T. R. (2006). Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Corporeidades e estéticas negras no equipamento cultural Abí Axé Egbé como forma de resistência ao racismo

Black corporeities and aesthetics in the Abí Axé Egbé cultural equipment as a form of resistance to racism

Sheyla Farias Silva¹

Universidade Federal de Sergipe

sheylafarias@academico.ufs.br

<https://orcid.org/0000-0001-6540-1719>

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal estudar como homens e mulheres negros participantes do Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé da Universidade Federal de Alagoas, em Delmiro Gouveia, percebem e externalizam suas Corporeidades e estéticas negras como forma de resistência ao racismo. Para tanto, esta pesquisa se apoiou nos conceitos de Corporeidade (Petry Trapp, 2023), Negritude (Munanga, 2012) e Racismo (Gomes, 2002 e Almeida, 2020). A metodologia da pesquisa foi baseada na observação participante e de viés qualitativa, ancorada em revisão bibliográfica, a pesquisa documental em páginas virtuais vinculadas ao Grupo Cultural e como instrumentos para a investigação a entrevista ao coordenador e aplicação de questionário, disponibilizado através do uso da ferramenta Google Forms, aos membros do referido grupo. A partir daí, foram elaboradas categorias de análise como estratégia interpretativa para a compreensão da atuação deste grupo fomentador de uma Educação para as relações Étnico-Raciais (ERER) e sua relação com o corpo. Consideramos que o trabalho possibilitará reflexões sobre a corporeidade negra no Brasil contemporâneo ao destacar as ideias, as propostas e as ações artísticas e culturais deste grupo, em especial no combate ao racismo.

Palavras- chave: Corporeidade; raça; racismo; Abí Axé Egbé.

ABSTRACT

The main objective of this work was to study how black men and women, especially those participating in the Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé at the Federal University of Alagoas, in Delmiro Gouveia, perceive and externalize their Corporeities and black aesthetics as a form of resistance to racism. For this purpose, this research was based on the concepts of corporeality (Petry Trapp, 2023), blackness (Munanga, 2012), and racism (Gomes, 2002 and Almeida, 2020). The research methodology was based on field research and qualitative bias, anchored in a bibliographic review, documentary research on virtual pages linked to the Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé, and as instruments for the investigation, the interview with the coordinator and the application of a questionnaire, made available through the use of the Google Forms tool, to the members of the referred group.

¹ Doutora em Geografia (UFS/2021). Atualmente é professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Alagoas e do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe (2024 - onde atualmente ocupa a coordenação do Programa). É pós-doutoranda em História Pública (Unespar/2023) e coordena o Laboratório de Ensino, Memórias, Identidades e Histórias (LABEMIH).

From there, categories of analysis were elaborated as an interpretative strategy to understand the performance of this group that promotes Education for Ethnic-Racial Relations (ERER) and its relationship with the body. We believe that this work will enable reflections on black corporeality in contemporary Brazil by highlighting the ideas, proposals and actions of the group, especially in the fight against racism.

Keywords: Corporeality; race; racism; Abí Axé Egbé.

1 INTRODUÇÃO

O Afoxé é raça
É que conduz a massa
É toque de tambor Ancestral estivador
Som do agogô vem do gueto
(A partilha do amor, Maurício Faísca, 2021).

No ano de 2013, alguns jovens universitários do município de Delmiro Gouveia, Alagoas, foram atraídos, inicialmente pelos sons estrondosos dos repiques dos tambores e dos agogôs, para participar do projeto de extensão Abí Axé Egbé: música e danças afro-brasileiras construindo a cidadania no sertão alagoano, coordenado pelo Prof. Gustavo Gomes, na Universidade Federal de Alagoas. A iniciativa objetiva discutir relações étnico-raciais, ensino de história da África e da Cultura Afro-Brasileira através de oficinas arte-educativas nas áreas de música, dança, canto e estética afro. Desde então, esses estudantes passaram a vivenciar imersões culturais no universo da cultura afro-brasileira – e nutriram um sentimento de pertença étnico-racial.

Nesta pesquisa buscou-se estudar como homens e mulheres negros participantes do Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé, percebem e externalizam suas Corporeidades e estéticas negras como forma de resistência ao racismo.

Desse modo, adotamos como procedimentos metodológicos para esta pesquisa de campo, diário de campo, documentação fotográfica e audiovisual, pesquisa documental e entrevista. No dia 30 de março de 2024, assistimos uma apresentação do grupo, conversamos com alguns integrantes e espectadores e fizemos anotações sobre aspectos da indumentária e adereços utilizados, bem como de outros itens que nos comunicam acerca da cultura negra. Esta pesquisa adotou um viés qualitativo, ancorada em revisão bibliográfica e pesquisa documental - análise das redes sociais do grupo, blog de notícias e fotografias, utilizando uma entrevista semiestruturada oral e remota com o coordenador e aplicação de questionário survey, disponibilizado através do uso da ferramenta Google Forms, aos membros do referido grupo, obtendo vinte e uma respostas.²

² Em consonância com a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de dados pessoais (LGPD) e para preservar as identidades dos entrevistados, optamos em identificá-los por nomes fantasias alusivos à notáveis personalidades afro-brasileiras, a saber: Zumbi dos

Admite-se que o ser humano materializa sua presença biológica no mundo através do corpo. É por meio dele que nos apropriamos de objetos, de ideias e incorporando-os por um movimento intencional de projetar-se no mundo, bem como manifestamos nossas vontades, desejos, tudo o que foi aprendido e observado ao longo de nossa história pessoal. O corpo, também é fruto de construção social, histórica, cultural, repleta de representações culturais e simbólicas de uma sociedade. A essa manifestação do homem enquanto ser-no-mundo, preenchendo os espaços pelo movimento do corpo denominamos de Corporeidade (Petry Trapp, 2023).

Ao longo da história, o corpo foi concebido de variadas formas, tendo como parâmetros de classificação as ideias dominantes vigentes em cada período específico, sendo as noções de estética e beleza compartilhadas socialmente a fim de propagar um tipo de corpo ideal. Desse modo, no decorrer do processo histórico, baseado no colonialismo, o padrão hegemônico de beleza construído baseia-se no modelo europeu.

Ao considerarmos que o racismo hierarquiza a população negra brasileira, constrói estereótipos e ressignifica negativamente todos os símbolos de sua cultura, como os participantes do Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé, constituem, percebem e externalizam suas Corporeidades e estéticas negras como forma de enfrentamento ao racismo?

Apesar da comunidade negra – aqueles que se reconhecem pertencer a raça/cor preta ou parda, corresponder a 56% da população brasileira (IBGE, 2023), sua existência, historicamente, sempre foi posposta, seja por meio da perseguição dos seus direitos ou mesmo através da utilização de seus elementos culturais e identitários como alegoria.

Destarte, buscando contribuir na análise das resistências a esse processo, propomos sistematizar as manifestações de corporeidade e estética expressadas pelos integrantes do Grupo Abí Axé Egbé, bem como analisar como eles externalizam suas corporeidades como forma de resistência ao racismo estrutural.

2 CORPOREIDADE NEGRA

Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite.
Fato real de nossa história.
(Identidade, Jorge Aragão, 1992).

O conceito raça criado pelo poder do eurocentrismo permitiu que fosse instituída a



ideia de superioridade entre as raças. Assim, estabeleceu-se uma falsa ideia de superioridade da raça branca.

De acordo com (Monteiro, 1997 apud Bento, 2022 p. 27) “hoje, a mundialização explícita o modo imaginário como posições e inferioridade para o aprisionamento do outro”. A herança dos escravocratas consolida os privilégios da população branca enquanto a herança deixada pela escravização do povo negro marca os impactos negativos para a população negra nos dias de hoje, assim afirma Bento (2022).

Os impactos negativos gerados por uma herança acumulada ao longo dos tempos em que a história do povo negro é sistematicamente mostrada na forma negativa, acaba que impactando na não aceitação de sua própria identidade. A não aceitação muitas vezes nasce pelo simples fato da exclusão, da falta de oportunidades que está presente no cotidiano do povo negro. De acordo com Bento (2022), existe um fenômeno a qual a autora chama de pactos narcisistas em que os traços de identidades trazem a supremacia dos povos brancos, os quais visam promover e manter os seus privilégios. (Bento, 2022, p.18) “Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”.

O preconceito enraizado na imagem do povo negro é realçado de diversas formas, no caso específico das características corporais, é facilmente perceptível a desvalorização, animalização e apropriação. “A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação”. (Kilomba, 2020, p. 75).

Dentro dessa perspectiva, as características físicas do povo negro fazem com que os tornem pessoas diferentes, não por causa de suas características próprias, mas pelo fato de não está dentro do padrão que discrimina, exclui e dita regras. Há aqueles que preferem camuflar suas características físicas para tentar escapar do racismo. Para Kilomba (2020, p. 76), “os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico, é a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E nesse sentido, o racismo é a supremacia branca.”. Dentro desse

contexto, o poder de uma sociedade com valores e padrões eurocêntricos, exclui e tenta dominar através de sua hierarquização as pessoas negras.

Com a criação de leis como a que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e assim reconhece o racismo como crime³, e a que obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem sobre história e cultura afro-brasileira⁴, começamos a

³ BRASIL. Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

⁴ BRASIL, Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF.

perceber algumas mudanças através de ações que não permitam que o silenciamento seja aceito.

A corporeidade negra tem grande destaque na exaltação da valorização da cultura negra. Pois é através do corpo que é possível demonstrar as mais diversas manifestações e a riqueza existente nessa cultura. Mas esse corpo, por muito tempo, foi visto como o corpo que tem propriedades atribuídas ao esforço físico, à sexualidade e à exploração. Como nos mostra Gonzalez (2020) que sob a visão do mito da democracia racial, o corpo da mulher negra, no caso a mulata, é aquele que agrada aos brancos e é visto por sua beleza física, essa é exaltada. Visto o corpo como poder de esforço físico a beleza desse corpo é camuflada quando essa mesma mulher assume o papel de empregada doméstica a qual é totalmente anônima pela função que assume. As relações entre empregadas domésticas desde o tempo da escravidão faziam com que as mulheres negras fossem abusadas sexualmente pelos seus senhores. Percebe-se que a corporeidade negra, no senso comum, está ligada a essa visão negativa de um corpo que é fruto de exploração.

3 O GRUPO DE CULTURA NEGRA DO SERTÃO ABÍ AXÉ EGBÉ

No alvorecer do ano de 2013, chegou ao município de Delmiro Gouveia/AL, o recém empossado professor do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Gustavo Gomes⁵. Proveniente do Recife/Pernambuco, onde já participava da cena cultural negra, enquanto ativista da causa antirracista e membro do *Afoxé Oxum Panda*, trouxe consigo, em suas bagagens os bens materiais acumulados ao longo de sua vida, as expertises próprias do seu ofício. No coração do desejo de sensibilizar, por meio de ações educativas e artísticas, seus novos estudantes, colegas e vizinhos para a necessidade dos debates sobre relações étnico-raciais no cotidiano. Por outro lado, a chegada deste negro “retinto e portador de um longo rastafari” este município foi capaz de desnudar as mais camufladas práticas racistas.

Não tardou para que o resultado dessa convivência dialética fosse anunciado à comunidade acadêmica em forma do projeto de extensão acadêmica *Abí Axé Egbé⁶: música e danças afro-brasileiras construindo a cidadania no sertão alagoano*, o qual objetivava, inicialmente, discutir e elaborar novas concepções de relações étnico-raciais junto à comunidade acadêmica, a partir do afoxé⁷ articulando: “a) pesquisa, ensino e produção

⁵ Gustavo Manoel da Silva Gomes, 38 anos, negro, graduado em Licenciatura em História (UFRPE-2009), especialista em História e Cultura Afro-brasileira (UNICAP-2011), mestre em História (UFRPE-2013), doutor em Educação (UFAL-2020).

⁶ O grupo é fortemente influenciado pela cultura iorubá e seu nome significa nasce a força da comunidade.

⁷ Manifestação cultural brasileira de origem iorubá que se caracteriza por um ritmo, um instrumento musical e uma expressão artística. Na contemporaneidade, são entendidos como uma espécie de procissão religiosa em pleno carnaval, ou “candomblés de rua”, visto sua ligação com os orixás e sendo

artística; b) a formação de professores-pesquisadores e a participação da comunidade local e, c) as discussões sobre relações étnicas no sertão e a luta antirracista. (Gomes, 2019, p. 6).

Ainda em novembro de 2013, houve o primeiro chamamento entre os estudantes da UFAL/Campus do Sertão para integrarem como voluntários o projeto de extensão *Abí Axé Egbé*. Aos candidatos foi informado que as reuniões seriam realizadas nas tardes de sábado - eis o desafio, convencer estudantes-trabalhadores a transformarem o ócio tão almejado em momentos criativos.

Todavia, o início da trajetória do Grupo *Abí Axé Egbé* não foi só marcado por encantamentos e desafios estruturais. O racismo desvelou-se em diversas maneiras, em especial na elaboração de narrativas que sutilmente tentavam diminuir a importância dos debates sobre questões étnicas-raciais capitaneados pelo Grupo ou mesmo com “demonização” das suas performances artísticas, como podemos conferir no testemunho a seguir:

Quando comecei minha graduação, ouvir falar pelos corredores que existia um grupo de macumba ou voltado a religião do diabo dentro da Ufal, mas quando tinha os ensaios, ouvia o som enérgico dos tambores e vozes. Aquilo de alguma forma parecia familiar porque me fortalecia. O Abí nos ensina a olhar pra dentro e depois pra fora. [...] até que em um certo evento tive a oportunidade de ver, meus olhos ficaram em transe. Só quem ver as apresentações entende. Foi a primeira vez que vi mulheres negras dançando com um empoderamento, assim como os homens felizes celebrando a negritude. [...] O Abí conduziu a minha descoberta enquanto negra.⁸

Os primeiros participantes do Grupo, eram majoritariamente estudantes dos cursos de História, Geografia, Letras e Pedagogia do Campus do Sertão que foram atraídos muito mais pela “curiosidade” do que seria esse projeto de extensão ou pela possibilidade de ingressar na cena cultural da cidade e ganhar visibilidade artística, seja pela dança ou pela música, do que pelo debate racial. Desse modo, estudantes autoidentificados como não negros e negros passaram a ter acesso a discussões sobre “negritude, cultura afro-brasileira, candomblé, movimento negro, estética, corporeidade, subjetividade, ancestralidade, preconceito, racismo e intolerância religiosa, resistência cultural e políticas afirmativas” (Gomes, 2018, p. 24).

Nesses encontros sabatinos, treze jovens entusiastas - coordenador e estudantes, - buscaram, por meio de práticas curriculares não tradicionais, a saber: oficinas de canto,

presença marcante nos carnavais de Pernambuco e da Bahia. Para melhor entendimento, recomendo a leitura de Afoxés: Manifestação cultural baiana ou pernambucana? Narrativas para uma história social dos Afoxés (Lima, 2017).

⁸ Graduanda em História/Licenciatura, 28 anos.

dança, percussão e estética negra, construir saberes sobre história e cultura afro-brasileira significativas para a promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e enfrentamento ao racismo na sociedade delmireNSE. Assim, imbricados com discussões de textos científicos, midiáticos e artísticos de autores negros ou que problematizavam as experiências negras no Brasil, com as oficinas ministradas (Figura 1) e com as narrativas que atravessavam as vivências dos próprios membros, esses jovens passaram a confeccionar as coreografias, os figurinos, os adereços e artesanatos que remetesseM à identidade negra.

Figura 1

Roda de conversa entre integrantes do Grupo de Cultura Negra Abí Axé Egbé.



Fonte: Facebook/Abí Axé Egbé.

Em 27 de novembro de 2014, depois de um ano de discussões teóricas, confecção de figurinos, adereços, coreografia, escolha das músicas e intensos ensaios, o Grupo *Abí Axé Egbé* fez sua primeira apresentação (cf. figura 2) no 1º Seminário Nacional da Diversidade Étnica, Sexual e de Gênero, promovido pelo Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisas sobre Diversidade e Educação no Sertão Alagoano (NUDES/UFAL), impactando a sociedade delmireNSE e afirmando-se na cena cultural do Alto Sertão Alagoano como o primeiro e único afoxé.⁹ Após quatro anos de existência e resistência, o Grupo deixou de ser

⁹ O Grupo *Abi Axé Egbé* tem como patrono (ou padrinho como prefere denominar o coordenador do grupo, para evitar vinculação religiosa, visto não se realizar nenhum ritual religioso no Grupo) o orixá Logun Edé, que tem suas cores - amarelo ouro e azul turquesa, destacadas nas indumentárias e artes utilizadas pelo Grupo. (Gomes, 2024).

apenas um projeto de extensão acadêmica, tornando-se em 2017 Equipamento Cultural da UFAL.

Figura 2

Primeira apresentação do Grupo Abí Axé Egbé.



Fonte: Facebook/Abí Axé Egbé.

Além das apresentações artísticas, o Grupo passou a ofertar bianualmente o Ciclo de Formação Docente do *Abí Axé Egbé*, que são jornadas pedagógicas voltadas à formação continuada de professores da educação básica do território no que tange a Educação para as relações étnico-raciais. Nestas atividades formativas, além de conferências com especialistas na temática, os integrantes do Grupo ministram oficinas, minicursos, coordenam mesas de cine debate, apresentam os resultados de suas pesquisas.

Destarte, o Grupo constitui-se, nas palavras do seu diretor, como “um espaço de estudos e pesquisas científicas, sensibilização política e produção artística, fomentando através das práticas arte-educativas, o respeito à diversidade cultural, à valorização étnica da população negra e o fomento à crítica social.” (Gomes, 2018, p. 22).

4 A RELAÇÃO ENTRE CORPOREIDADE, ESTÉTICAS E IDENTIDADES NEGRAS NO GRUPO ABÍ AXÉ EGBÉ

Eu sou negro irmão respeite a minha cor
Respeite o meu cabelo, eu
não tenho mais feitor.
Mesmo que eles ainda existam e estejam em todo lugar Eu
sou do Abí Axé aqui o pré-conceito não pode chegar!
(Batam palmas, *Abí Axé Egbé*, s/d)

Os afoxés, ao invocarem a ancestralidade africana, concebem o corpo como lugar sagrado, morada dos orixás. Desse modo, o corpo é transmissor do Legado Africano, concepção que possibilita aos seus participantes terem suas autoestimas reconstruídas, tornando-se protagonistas das suas narrativas e dos usos de seus corpos empoderados. Entretanto, esse corpo que historicamente vem sendo vilipendiado pelo racismo estrutural, atesta por meio da arte, a resistência. Aqui, concebemos o corpo não apenas na concepção física, mas também fisiológica, mental e simbólica, pois como assevera Gomes (2008, p. 261) “é no corpo que se dão as sensações, as pressões, os julgamentos. Esse não são acontecimentos de forma independente, mas estão intimamente entrelaçados, constituindo uma estrutura, uma unidade que tem uma ordem – a sua forma de corpo”

A fim de conhecermos melhor as compreensões que os integrantes do *Abí Axé* tinham a respeito de seus corpos, antes do ingresso ao Grupo, inicialmente, questionamos: *Como era sua relação com o espelho durante sua infância e adolescência? Como você se enxergava? Como seu corpo comunicava sua ancestralidade? Havia negação? Aceitação?* Eis algumas respostas:

Não olhava minha imagem no espelho, nunca gostei da minha aparência, do meu cabelo, da minha pele, porque fui ensinada por todos a minha volta que minha imagem era repugnante, feia, que nenhum homem nunca ia me querer por eu ser negra.¹⁰

O fato de o padrão de beleza ser um padrão europeu fez com que as pessoas que tinham "minha" aparência normalmente tivessem uma má relação com o espelho, porque tudo o que via no espelho era características lida como feias pelas sociedade. Era normal ver pessoas de cabelos cacheados ou crespos alisando os cabelos, tentando diminuir a diferença entre elas e o que a sociedade chamava de bonito. Por falta de conhecimento histórico sobre o nosso passado, infelizmente a nossa ligação com nossa ancestralidade foi por muito tempo bloqueada. Não tinha heróis ou personalidades negras que nos conectasse a esse passado, os negros na tv era escadas para piadas racista, isso vemos no Mussum dos Trapalhões, no Foguinho da novela Cobras e Largados e até no Cirilo do Carrossel. Sempre servindo de chacota. Algo que deixava nossa autoestima baixa.¹¹

Sobre a minha infância e adolescência um processo bem complexo e ambíguo. [...] Fui criado como moreno. [...]minha infância foi muito a minha mãe vendo o cabelo crescer, meu cabelo crespo e mandando cortar, aquele corte bem curtinho estilo militar, porque ela dizia que era feio o cabelo grande demais [...] cara de maloqueiro, em uma série de nomenclaturas. [...] eu nunca gostei de cortar o cabelo baixinho, eu gostava do meu cabelo alto e só não sabia expressar isso, mas eu gostava do cabelo alto. [...] essa criança negra teve uma relação muito conflituosa com o próprio corpo, teve mais uma tendência negação do

¹⁰ Ganga Zumba, graduando em História, 26 anos.

¹¹ Dandara, graduanda, 39 anos.

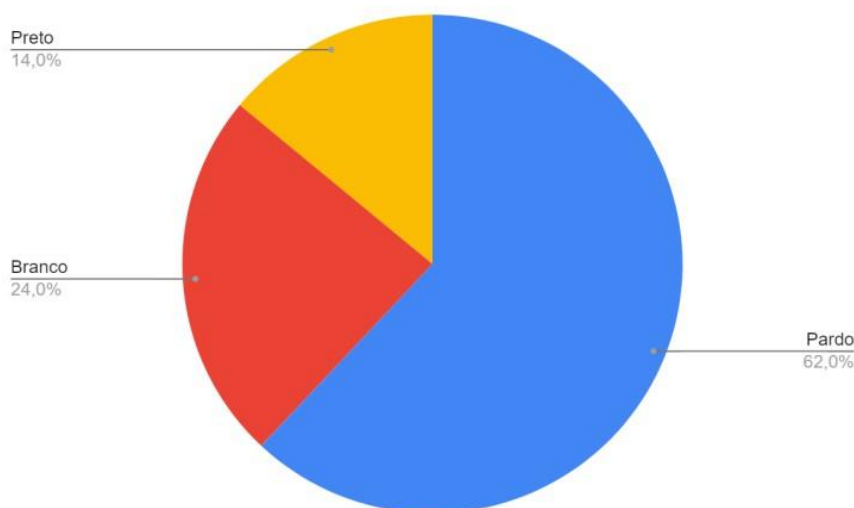
que a aceitação. [...] Então foi esse processo mesmo de incutir uma estética de negação do corpo e aí um processo de embranquecimento pelo desejo de querer ser aquilo que era. [...] na adolescência já foi mais traumático [...] fui eleito o menino mais feio da minha turma da escola, com a lista exposta no corredor da escola. [...] Foi muito dolorido. [...] fiquei muito chateado e aí um menino branco ele ria muito ele ficava vermelho a culpa é do seu cabelo de cocô de cabra, desse seu bocão, desse seu narigão, você é muito feio. Eu me lembro dessas palavras. [...] eu quis desistir de estudar. [...] Essa era a verdade pra mim¹² [...] eu acho que a cultura realmente me ensinou a querer ver em mim um corpo branco que eu não tinha.¹³

A partir dos enxertos acima, verificamos algumas das perversas nódoas deixadas pelo longo processo colonizador aos povos colonizados, no qual os colonizadores brancos impuseram aos colonizados africanos e indígenas a ideia de superioridade racial, exercida por meio da violência, da dominação e do uso de materiais simbólicos (mitos e lendas). Esse processo resultou na aniquilação cultural dos povos dominados, no desenvolvimento de um complexo de inferioridade e assimilação dos valores culturais dos brancos europeus e consequentemente, negação da negritude.¹⁴ (Fanon, 2008).

Ao serem perguntados Como você se identificava racialmente antes de participar do Abí Axé Egbé? os entrevistados responderam:

Gráfico 1

Autodeclaração racial antes do ingresso no Grupo Abí Axé.



Fonte: Questionário/Google forms (elaborado pelas autoras).

¹² Segundo Nilma Gomes (2002, p. 45), “esses apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros. São, talvez, as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e adolescência”.

¹³ Zumbi, doutor em Educação, 38 anos.

¹⁴ Para este trabalho utilizamos o conceito de negritude conforme teorizou Kabengele Munanga (2012), sendo uma tomada de consciência dos negros de sua cultura comum e a construção de uma identidade negra positiva e orgulhosa.

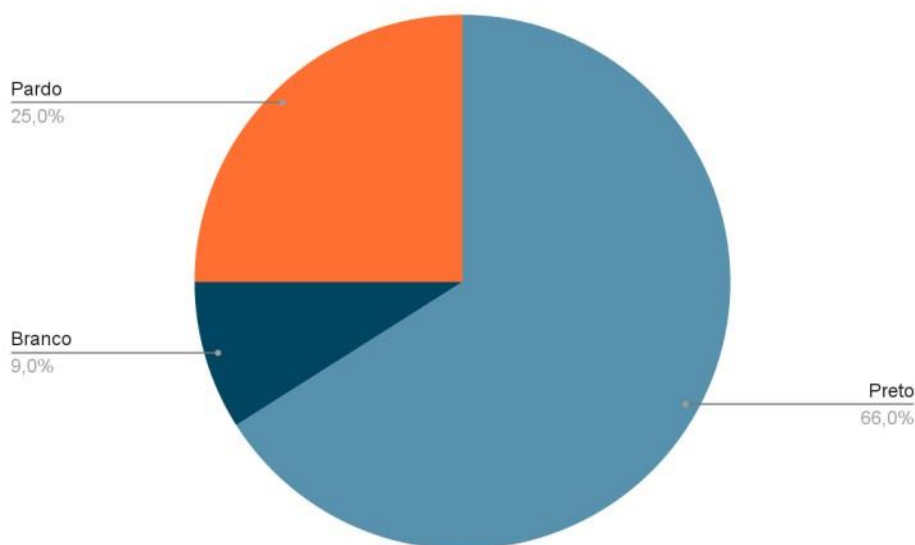
Os deletérios efeitos da colonização ainda repercutem estruturalmente na sociedade brasileira, evidenciados na negação da negritude e nas tentativas de disfarce das evidências da ancestralidade africana, com uso de subterfúgios para autodeclarar a raça/cor, como por exemplo morena, parda (como sinônimo de quase branco) e amarela.

Alguns entrevistados, apesar do fenótipo pertencerem notadamente à raça preta, não se autodeclararam assim antes do letramento racial vivenciado a partir do ingresso ao Grupo (cf. Gráfico 2). Faz-se mister assinalarmos a importância das discussões teóricas feitas pelo Grupo, a partir de paradigmas epistemológicos afrocentrados, em torno da história da África e a história do negro no Brasil, o que certamente resultou no rompimento de uma visão depreciativa do negro. Conforme orientou Kabengele Munanga:

é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial (Munanga, 2012, p. 10).

Gráfico 2

Autodeclaração racial após do ingresso no Grupo Abi Axé.



Fonte: Questionário/Google forms (elaborado pelas autoras).

Nota-se o impacto destas discussões no depoimento de Maria Firmina¹⁵ que durante sua infância e adolescência “odiava meu cabelo cacheado/crespo [...] na escola os apelidos sobre o meu cabelo eram bem comuns: cabelo de vassoura, juba, bucha, cabelo de bruxa”, mas reconhecia-se como parda (quase branca) e hoje, após imersões nas discussões acerca da diversidade étnico-racial, afirma-se como mulher preta. Desse modo, essas discussões

¹⁵ Graduanda em Letras/Licenciatura, 20 anos.

sobre as questões de ancestralidade, negritude e estética vem possibilitando aos membros do Grupo reflexões sobre suas experiências corpóreas, os quais passaram a revisar seus posicionamentos acerca do pertencimento racial/cor. Maria Felipa¹⁶, que outrora via-se como mulher parda, declarou que após ingressar no *Abí Axé* assume-se como “mulher preta empoderada”.

Constatamos que foi recorrente entre os depoentes o uso da palavra “ódio” para designar o sentimento nutrido pela cor da pele, cabelos e nariz antes do autorreconhecimento enquanto preto e portador de uma ancestralidade e estética própria. Essa rejeição/negação do corpo negro e da inferiorização da pessoa negra é reflexo da impetuosidade do processo colonizador, quanto o corpo negro estava associado ao corpo escravizado, açoitado, violentado, penalizado, condenado. Segundo Nilma Gomes (2002), durante os anos de colonização, com fins de reforçar o discurso de superioridade racial e formular um padrão de beleza e de fealdade, foram utilizados como parâmetro de comparação entre negros e brancos as características do nariz, boca, cor da pele e o tipo de cabelo. Esse padrão, não sem resistência, tenta persistir até os dias atuais e manifesta-se cotidianamente através de práticas racistas. Sobre racismo, o filósofo e jurista brasileiro Sílvio Almeida, conceituou:

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. E a escola reforça todas essas percepções ao representar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças a bondade de brancos conscientes (Almeida, 2020, p. 65).

Se o racismo é uma prática estrutural da sociedade brasileira, presente e manifesta de diversas formas, enfrentá-lo e combatê-lo tem sido um dos propósitos do Grupo *Abí Axé Egbé*. De acordo com o coordenador do Grupo, Prof. Dr. Gustavo Gomes, a perspectiva antirracista norteia a escolha das leituras, dos repertórios musicais e da composição dos figurinos e performances. Orientados pelo que intitulou proposta estética “afro-elegante”, os membros da comissão de estética do Grupo “pesquisaram em revistas e sites sobre trajes tradicionais de pessoas ricas na África (sobretudo da cultura iorubá), utilizadas em cerimônias de casamentos e festividades [...] para pegarmos referências de figurinos, adereços, maquiagem, turbantes e sandálias [...] além de mergulhar no universo de reis e rainhas das cortes africanas.”¹⁷

Com a adoção desta postura, dessa experiência político-estética, o Grupo *Abí Axé Egbé* oportuniza aos seus membros e espectadores uma reconciliação com a própria imagem corporal e exaltação das características físicas do povo preto (especialmente cor da pele e cabelo), promovendo o resgate da autoestima desses indivíduos (cf. figura 3). Romper com a

¹⁶ 25 anos.

¹⁷ Gomes, Gustavo Manoel da Silva. Entrevistado por Sheyla Farias Silva, em 22 de agosto de 2024.

lógica perversa do racismo possibilitar que os negros “saiam desse lugar desse lugar de inferioridade e ocupar o lugar de beleza negra, assumindo uma significação política” (Gomes, 2002, p. 49).

Figura 3

Apresentação do Grupo Abí Axé Egbé no Encontro das Guardas Municipais de Delmiro Gouveia/AL (2022).



Fonte: Instagram @abiaxeegbe_oficial.

Podemos perceber na figura 3, a exaltação da estética negra dos participantes, em especial pelo uso de tranças e dreads, interpretada como forma de resistência, fazendo parte do complexo sistema estético da identidade negra (Gomes, 2002). Para integrante Tereza de Benguela, “minha cor que hoje em dia sei que faz parte e me liga aos meus ancestrais e principalmente meu cabelo que é minha coroa que me fez ver o quanto fico linda com ele e me diz quem eu sou uma mulher negra com tanta força, coragem, inteligente”¹⁸.

Para a promoção de uma eficaz educação antirracista faz-se necessário o conhecimento, valorização e respeito ao diverso complexo cultural negro, o que inclui as línguas, as religiões, as artes, os sistemas políticos e econômicos e suas visões de mundo. Assim, além de divulgar a estética negra, este Grupo de Cultura, vale-se de suas performances artísticas para combater o racismo religioso, visto que como já mencionamos anteriormente, o racismo estrutural “demonizou”, deslegitimou e ressignificou negativamente o sistema de crenças, símbolos, espiritualidades e subjetividades dos negros. Desse

¹⁸ Graduanda em História/Licenciatura, 28 anos.

modo, em seus espetáculos o Abí Axé Egbé performatiza as histórias, as belezas e os relacionamentos entre os orixás (cf. figura 4).

Figura 4

Abí Axé Egbé apresentando o espetáculo Mundo Negro (2016).



Fonte: Facebook/Abí Axé Egbé.

Para a comunidade negra do Alto Sertão Alagoano, o Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé não representa apenas um grupo de música e dança afro-brasileira, mas constitui-se um lugar de aquilombamento - compreendido como espaço que possibilita “unir narrativas, coletivizar dores, amores e confrontar a superioridade branca” (Menezes; Menezes, Santos; Costa, 2023, p. 2). Como pode ser percebido no depoimento a seguir:

Quanto mais frequentava e participava, percebera em mim mesmo uma mudança de postura nas discussões e no enfrentamento de situações que só quem é negro passa. O grupo passa a construir dentro de mim um novo agente da sociedade que sabe o seu valor. (Gomes, 2018 *apud* Barbalho, 2021, p. 181).

Ao articular o canto, a dança, a cultura negra, a educação para relações étnico-raciais, a luta antirracista, as manifestações corporais e as estéticas negras, o Grupo Abí Axé Egbé, afirma-se na cena intelectual e cultural do Brasil. Este Equipamento cultural da UFAL tem participado de eventos que extrapolam os limites geográficos do estado de Alagoas, a

exemplo da participação no show da cantora Karynna Espinelli, no palco do Marco Zero (Carnaval de Recife/2015) e abertura da I Semana de Direitos Humanos da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) em 2018. O Grupo já produziu quatro espetáculos artísticos,¹⁹ e prepara-se para lançar seu primeiro álbum com dez músicas autorais.

Este Grupo é um espaço para aprender e compartilhar valores antiracistas, passando a figurar entre as principais referências teórica/prática do território para pensar a construção de políticas da estética e beleza negras como uma forma de emancipação, onde “[...] os corpos negros se distinguem e se afirmam no espaço público sem cair na exotização ou na folclorização”. (Gomes, 2011, p. 52).

Figura 5

Abi Axé Egbé após apresentação no cortejo de carnaval do município de Delmiro Gouveia/AL (2020).



Fonte: Instagram @abiaxeegbe_oficial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo, com seus aspectos biológicos e culturais interrelacionados, comunica nosso lugar no mundo. Contudo, este diálogo transmite os embates dialéticos travados entres as memórias dos acontecimentos passados e as questões

¹⁹ O primeiro intitulado Abi Axé Egbé - Nasce a força da comunidade (2014); o segundo, Mundo Negro (2016); o terceiro, (Re)existências (2018) e o último Abi Axé Egbé, primeiro (2022).

contemporâneas. A partir dessa reflexão surgiu uma questão de pesquisa que nos motivou: como a população negra brasileira vem expressando sua corporeidade numa sociedade estruturada no racismo? Na introdução, buscamos situar o leitor em como realizamos a pesquisa e de onde partimos.

Na segunda seção deste artigo, intitulada Corporeidade Negra, discutimos as percepções teóricas sobre a corporeidade negra, historicizando as construções ideológicas sobre os corpos escravizados durante a colonização.

Na terceira seção, intitulada “O Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé”, apresentamos o Grupo de Cultura Negra Abí Axé Egbé como uma forma de expressão e resistência que se manifesta através do movimento dos corpos de seus como danças, músicas e performances. Os espetáculos do Grupo expressam a força e a vitalidade da cultura negra, reafirmando a sua presença e a sua relevância na sociedade. O grupo de cultura negra Abí Axé Egbé, não apenas canta e dança a cultura afro-brasileira. Seus integrantes, a partir de uma perspectiva crítica e afrocentrada, valem-se da corporeidade e das estéticas negras como forma de celebrar a ancestralidade religiosa, a memória africana, o protagonismo feminino negro e a beleza do povo preto a partir de visões positivas e ressignificadas. Por meio desta valorização e celebração da cultura afrodescendente, o grupo busca afirmar a identidade negra, combater estereótipos e preconceitos, além de promover uma Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER) e afirma-se como espaço de resistência ao racismo.

Na quarta seção, intitulada “A relação entre corporeidade, estéticas e identidades negras no Grupo Abí Axé Egbé”, enfatizamos a importância do conhecimento dos elementos que constituem a negritude para a consolidação de identidades negras. A valorização das vestimentas, penteados, adornos, sons, músicas e estéticas negras também desempenham um papel importante na resistência ao racismo. Com o conceito Afro Elegante, o grupo tem reafirmado a beleza e a diversidade da estética negra, desafiando os padrões eurocêntricos de beleza e promovendo a autoestima e o orgulho da comunidade negra.

Em suma, a corporeidade e as estéticas negras no grupo de cultura negra Abí Axé Egbé representam uma forma de resistência ativa ao racismo, promovendo a valorização e a celebração da identidade afrodescendente e combatendo a invisibilidade e a marginalização que historicamente têm sido impostas à população negra.

REFERÊNCIAS

A partilha do amor, Intérprete: Maurício Faísca. Compositor: Maurício Faísca. (2021). In: *Águas que lutam*. Intérprete: Maurício Faísca. Salvador: Tratore. EP, faixa 06.

Disponível em <https://open.spotify.com/intl-pt/album/2BI0IGNrIKoUDL9UVgEDfG>

ALMEIDA, S. (2020). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaia. BENTO, C.

(2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

ABÍ AXÉ EGBÉ. *Nasce a força da comunidade*. Youtube, 23 de maio de 2016. ABÍ

AXÉ EGBÉ. *Abí Axé Egbé 10 anos*. Youtube, 01 de março de 2024.

BRASIL, *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. (2003). Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. *Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

FANON, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

GOMES, G. M. da S. (2021). Arte, Ciência e engajamento: extensão acadêmica e ações formativas do equipamento cultural da UFAL Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé. In: BARBALHO, José Ivamilson Silva (org.). *10 anos da UFAL Campus Sertão*. Maceió: Edufal, p. 181-192.

GOMES, G. M. da S. Experiência e subjetivação a partir da cultura afro-brasileira: narrativas da formação de professores de história no sertão alagoano.

GOMES, Gustavo Manoel da Silva. Entrevistado por Sheyla Farias Silva, em 22 de agosto de 2024.

ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2, 2019, Rio de Janeiro, *ANAIS*, Rio de Janeiro, 2019.

GOMES, G. M. da S. (2018). Extensão acadêmica, cultura afro-brasileira e ensino de

história, interações éticas e estéticas de uma experiência sertaneja. *Revista Extensão*, v. 2, n. 1, p. 16-26, 13 mar.

GOMES, N. L. (2002). Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, p. 40–51, set.

GOMES, N. L. (2019). A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. *Perseu: história, memória e política*, n. 17.

GOMES, N. L. (2011). Movimento Negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, n. 2, p. 37-60.

GOMES, N. L. (2008). *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

GONZALEZ, L. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos* Rio Janeiro: Zahar.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2023). *Censo Demográfico 2022: população e domicílios - primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>. Acesso em: 28 dez.

IDENTIDADE, Intérprete: Jorge Aragão. (1992). Compositor: Jorge Aragão. In: *Chorando estrelas*. Intérprete: Jorge Aragão. Rio de Janeiro: Som Livre. 1 CD, faixa 10. Disponível em <https://open.spotify.com/intl-pt/album/4aNq9GjfSpXAhwmzqslzi>

KILOMBA, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.

LIMA, I. M. de F. (2009). Afoxés: Manifestação cultural baiana ou pernambucana? Narrativas para uma história social dos Afoxés. *Esboços: histórias em contextos globais*, [S. l.], v. 16, n. 21, p. 89–110. DOI: 10.5007/2175-7976.2009v16n21p89. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175->

[7976.2009v16n21p89](#). Acesso em: 2 set. 2024

MENEZES RIMOLI, T.; MENEZES BRAGANÇA DOS SANTOS, A. P.; DE JESUS ALVES PIRES, L.; COSTA MENDES, E. (2023). Aquilombamento como ferramenta de resistência e promoção de saúde da população negra: Aquilombament as a tool of resistance and health promotion for the black population. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e9284. DOI: 10.13102/rscdauefs.v13i2.9284. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/9284> . Acesso em: 8 set. 2024.

MUNANGA, K. (2012). Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 4, n. 8, p. 06-14.

PETRY TRAPP, R. (2023). Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–22. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1992. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1992>. Acesso em: 2 out. 2023.

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Registros e decisões política: a câmara municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, 1962-1963

Records and political decisions: the municipal chamber of Delmiro Gouveia, Alagoas, Northeast Brazil, 1962-1963

Adriana Sandes Araújo¹

Universidade Federal de Alagoas

adriana.araujo@delmiro.ufal.br

<https://orcid.org/0009-0003-6165-1042>

Gilvana Leticia dos Santos²

Universidade Federal de Alagoas

gilvana.santos@delmiro.ufal.br

<https://orcid.org/0009-0005-6015-3257>

RESUMO

O presente trabalho analisa os documentos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, nos anos de 1962 e de 1963. A pesquisa se desenvolveu durante a realização do projeto de extensão “Nos recônditos da casa do povo: catalogação e digitalização dos documentos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia”. Nos primeiros anos do recém-emancipado município, localizado no Alto Sertão Alagoano, houve uma mobilização de algumas lideranças políticas para reafirmar o discurso de “região vocacionada ao progresso”, bem como estabelecer alianças com outras lideranças políticas estaduais. Em torno deste contexto, no primeiro momento serão destacados aspectos da história do município e a importância do poder legislativo na cidade após sua emancipação. Em seguida, o texto tece uma breve abordagem sobre as câmaras municipais e suas transformações ao longo do tempo e o significado das decisões para a população. Por fim, buscamos entender as tramas que envolveram a disputa pelo poder local durante a primeira legislatura, bem como destacar as práticas notabilizadas pela elite local. Foram catalogados projetos de leis, ofícios e requerimentos sobre diversos assuntos, sendo predominante a solicitação de recursos financeiros para desenvolver o município. A consulta dos documentos salvuardados na Câmara de Delmiro Gouveia possibilita ainda entender as relações de poder das diversas classes sociais, desvelando experiências, trajetórias, práticas e relações de certos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Câmara municipal, documentos do legislativo municipal, Delmiro Gouveia.

ABSTRACT

This paper analyzes the documents of the Municipal Council of Delmiro Gouveia, Alagoas, in

¹ Graduanda UFAL e Pesquisadora Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS).

² Graduanda UFAL e Pesquisadora Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS).

the Northeast of Brazil, during the years 1962 and 1963. The research was developed as part of the extension project “In the Recesses of the House of the People: Cataloging and Digitization of the Documents of the Municipal Council of Delmiro Gouveia.” In the early years of the newly emancipated municipality, located in the Upper Sertão of Alagoas, there was a mobilization of some political leaders to reaffirm the discourse of a “region destined for progress,” as well as to establish alliances with other state political leaders. Within this context, the first part highlights aspects of the history of the municipality and the importance of the legislative power in the city after its emancipation. Then, the text provides a brief overview of municipal councils and their transformations over time, as well as the significance of their decisions for the population. Finally, we sought to understand the intrigues surrounding the struggle for local power during the first legislative term, as well as highlight the practices that were prominent among the local elite. Laws, official letters, and requests on various subjects were cataloged, with a predominance of requests for financial resources to develop the municipality. Consulting the documents preserved in the Delmiro Gouveia City Council also makes it possible to understand the power relations of different social classes, revealing the experiences, trajectories, practices, and relationships of certain social actors.

Keywords: City council, municipal legislative documents, Delmiro Gouveia.

1 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

O município de Delmiro Gouveia, situado no Sertão Alagoano, representa um marco geográfico e histórico no extremo Oeste do estado de Alagoas. Sua localização se configura como um ponto de confluência e divisa territorial com três estados nordestinos vizinhos: Sergipe, Bahia e Pernambuco. A denominação da cidade, por sua vez, é uma homenagem a Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (1863-1917), um empresário que chegou à região do povoado de Pedra Velha em 1902. Na época, Pedra Velha era apenas um distrito pertencente ao município de Água Branca, mas a chegada de Gouveia alteraria o panorama local.

Os investimentos e a capacidade empreendedora de Delmiro Gouveia foram o motor da transformação regional. Um desses investimentos foi a fundação da Companhia Agro Fabril Mercantil. Esta empresa foi responsável pela instalação de uma fábrica de linhas (fiação e tecelagem) de algodão, utilizando como fonte de energia a força das quedas d’água do Rio São Francisco, mais precisamente a usina de Angiquinho, uma das primeiras usinas hidrelétricas do Brasil. O impacto da Companhia Agro Fabril Mercantil e da infraestrutura criada por Delmiro Gouveia (incluindo a usina, uma agência telegráfica e um sistema de escoamento da produção) transcendeu a esfera econômica. Este complexo industrial impulsionou um rápido e significativo processo de urbanização e, sobretudo, de industrialização em uma área até então marcada pela economia agrária de subsistência. O empreendimento de Gouveia não apenas gerou empregos, mas também modernizou a região, pavimentando o caminho para que o antigo povoado de Pedra Velha se emancipasse e se tornasse o município de Delmiro Gouveia, reconhecendo assim a contribuição de seu fundador

De acordo com Gonçalves (2010), a região sertaneja, antes vista como um espaço de retrocesso, ignorância e descivilização, passa a ser percebida como um território de

progresso, um lugar “salvo” pelos investimentos de Delmiro e pela civilização implementada por ele. Neste sentido questionamos o que foi esse processo de civilização e qual o lugar dos sujeitos sertanejos?

O processo “civilizatório” implementado por Delmiro Gouveia na vida dos trabalhadores da fábrica e moradores da vila operária, configurou-se como um disciplinador em contraponto aos costumes, cotidiano e cultura tradicional sertaneja daquelas cercanias. Delmiro, um empresário com uma visão progressista e, ao mesmo tempo, paternalista, buscava moldar seus empregados aos padrões de disciplina e moralidade que considerava ideais para a eficiência industrial e para a ordem social. Segundo Nascimento (2014), a Vila da Pedra, onde se localizava a fábrica de linhas e a residência dos operários, era um ambiente de amplo controle social.

A influência de Delmiro ia muito além das relações de trabalho, penetrando profundamente na vida cotidiana de seus operários. Desde os horários de trabalho e as regras de higiene e vestuário, até as normas de conduta moral e social, tudo era minuciosamente regulado pelo empreendedor. Esse controle estrito visava extirpar práticas e costumes considerados “atrasados” ou “imorais” (como o consumo de bebidas alcoólicas, jogos de azar, e certas manifestações culturais), substituindo-os por uma rotina padronizada, disciplinada e orientada para a produção, alinhada com os ideais de progresso da época. Essa intervenção na esfera privada e cultural dos trabalhadores representava uma nítida violência contra a autonomia e a identidade cultural dos sertanejos que ali buscavam sustento, transformando o “progresso” em sinônimo de subjugação e homogeneização cultural.

Esses trabalhadores eram supervisionados e submetidos a regras sobre seus horários, vestimenta, higiene, alimentação e comportamento tanto na Fábrica quanto na Vila. O descumprimento dessas normas resultava em multas, e, em alguns casos, ocorriam castigos físicos, como amarrar os funcionários no tronco de uma árvore e deixá-lo no local por horas (Correia, 1998). O que foi imposto como “civilização” nada mais era do que uma violência cultural, que perdurou ao longo dos anos, iniciada por Delmiro e continuada por seus filhos e parceiros de negócios.

O processo de emancipação do município que hoje leva o nome de Delmiro Gouveia, ocorreu de acordo com Gomes (2022), em 14 de fevereiro de 1954 através da Lei 1.623, de 16 de junho de 1952, desmembrando-se do município de Água Branca. Delmiro se tornou oficialmente um município, tendo seus próprios registros documentais e passando a ser comandada por prefeitos e vereadores. A primeira legislatura, que se iniciou em 1954, operou sob as normas da Constituição Democrática de 1946. Este período de redemocratização permitiu a realização de eleições diretas para a presidência da República e o retorno de novos partidos políticos (Souza et. al., 2017).

Com essas mudanças no cenário político, as câmaras municipais passam a ser um poder legislativo no município com um papel mais representativo aos cidadãos. Como destaca

Rocha e Filho (2024), por meio da Câmara Municipal foi possível como discutir e legislar sobre questões de interesse para a vida dos munícipes. Um processo que ampliou a participação da sociedade nos processos decisórios. Nesta perspectiva a Câmara Municipal tem quatro diretrizes: fiscalizar, legislar, julgar e administrar.

A partir dessas diretrizes, as Câmaras Municipais se tornam mediadoras das necessidades sociais como: construção de escolas, praças, melhorias na saúde e recursos para projetos culturais. A respeito, Carvalho (2020) ressalta que um dos direitos essenciais da cidadania é o direito político, que permite ao cidadão contar com representantes efetivos para tratar de questões como emprego, saneamento básico e outros direitos fundamentais.

Este trabalho, portanto, propõe um diálogo acerca dos munícipes de Delmiro Gouveia inseridos em um novo ciclo de cidadania pós Estado Novo (1954-1963). Dessa forma, a análise dos documentos preservados na Câmara Municipal de Delmiro Gouveia proporciona uma compreensão das relações de poder, experiências, trajetórias, práticas e interações dos sujeitos sociais no envolvidos no referido contexto. Neste sentido, os documentos do referido legislativo são fundamentais para compreender a dinâmica política do município nas primeiras legislaturas da década de 1960.

Neste sentido, através do projeto de extensão intitulado “Nos recônditos da casa do povo: catalogação e digitação dos documentos da câmara municipal de Delmiro Gouveia”, observamos durante a realização do projeto uma série de documentos que apresentam as relações políticas dos sertanejos daquela localidade. Desta maneira, essa pesquisa parte da utilização do método da análise documental, pois, conforme apontam Sá Silva et al. (2009), os estudos baseados em pesquisas documentais podem fornecer um maior entendimento sobre a compreensão histórica, sociocultural e política. Assim, o objetivo desse estudo é destacar como se davam as ações dos sujeitos políticos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia em relação aos cidadãos e os impactos desses atos. Em torno deste foco utilizamos fontes documentais que fazem parte do acervo de arquivos da Câmara: ofícios, atas, projetos e a legislação aprovada. Desta maneira, também buscamos interligar o uso da memória, uma vez que, como destaca Nora (1992), os espaços públicos também preservam as memórias coletivas de uma comunidade. Nesse sentido, a Câmara de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, torna-se um objeto de investigação sobre os sujeitos sociais e políticos do referido município do Extremo Oeste Alagoano (Nascimento; Santana; Cruz, 2025, p. 32-55).

Ao longo de nossas pesquisas de extensão examinamos os arquivos referentes aos anos de 1962 e 1963, primeiros arquivos analisados seguindo a organização cronológica da própria Câmara. Nessas caixas se faziam presentes documentos como: decretos, projetos de lei, telegramas, cartas, ofícios e pareceres. Os documentos de poder legislativo revelam discussões importantes, mas que requerem um longo trabalho de catalogação e de investigação, pois como afirma Bacellar (2005), as fontes documentais têm que ter um uso adequado, os arquivos de poderes políticos, portanto, apresentam relevância e riscos

associados ao seu mau uso no contexto historiográfico. Dessa forma, o trabalho destaca os documentos analisados das caixas destinadas à pesquisa datadas de 1962 e 1963, contendo registros de decisões legislativas. Além disso, foram encontrados arquivos que não coincidiam com o recorte temporal, mas que também foram analisados nesta pesquisa, abrangendo anos de 1958, 1961 e 1964.

2 AS CÂMARAS MUNICIPAIS E SUAS MUDANÇAS NO TEMPO

As Câmaras Municipais têm uma longa trajetória histórica no Brasil, iniciada ainda no período colonial, com influência na política local, sua formação esteve intimamente ligada à estruturação política da colônia, especialmente na construção das primeiras vilas e cidades brasileiras. Durante o período colonial, as câmaras municipais eram compostas por representantes da elite local, como fazendeiros e proprietários de terras, que exerciam funções administrativas e judiciais (Silva, 2009, p. 2)

As eleições para cargos municipais eram restritas aos chamados “homens bons”, ou seja, integrantes da elite econômica local, que influenciavam diretamente as decisões tomadas nessas instâncias, esses eram os fazendeiros, senhores de engenho e proprietários de terras. Essa centralização de poder nas mãos dessa elite gerou subordinações. Já que esses mesmos “homens” tinham influência e poder para realizar favores para aqueles indivíduos que recorriam a eles, gerando uma subordinação entre os mais necessitados e a camada economicamente abastada (Lenardão, 2004).

O poder público e privado estava localizado nas mãos desses influentes locais que controlavam as poucas Câmaras Municipais, dessa forma, esses proprietários de terras eram considerados as autoridades locais, que exerciam domínio no poder público e privado, consequência dos seus atos de bondade, aqueles que se beneficiam por esse favor era imensamente gratos ao senhor, tendo total lealdade, respeito e confiança. A casa do senhor/fazendeiro resultava em ser o epicentro do poder, servindo de local que realizavam reuniões e tomadas de decisões públicas e privadas da região (Lenardão, 2004).

A partir do processo de emancipação política brasileira em 1822, foi posta a necessidade de criação de uma legislação nacional para regulamentar as instâncias do governo, estabelecendo relações entre governantes e governados. Assim, com a “independência nacional” em relação a América Portuguesa sofreu modificações. Neste outro contexto, ao abordar a situação das Câmaras Municipais frente a Constituição de 1824, primeira carta magna do Brasil, Pires e Magalhães (2012) destacam que ela reconhecia o poder local ao instituir as Câmaras Municipais em todas as cidades e vilas existentes e as que surgiriam em um futuro.

O processo de emancipação política do Brasil, confere as práticas do clientelismo e do mandonismo um especial atenção. Assim, durante o período de 1889 até meados de 1930, o

coronelismo – associado o mandonismo e ao clientelismo – irá ser o mediador da política brasileira. Durante esse contexto votar se tornou um ato controlado, disputado e perigoso (Carvalho, 2000).

Com a Proclamação da República, as Câmaras Municipais passam a ser substituídas pelo Conselho de Intendência Municipal, cabendo a cada governo estadual nomear os seus membros. Uma das principais características desse período compreende-se pelo centralismo político dos governos estaduais – que costumavam intervir nas eleições municipais e até mesmo indicava pessoas para exercer o posto de prefeito (Pires e Magalhães, 2012).

O movimento armado de 1930 – denominado "Revolução de 1930" ou "Golpe de Estado de 1930" –, liderado por Getúlio Vargas (civil) e com a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, depôs o governo de Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes – marcou uma mudança na administração municipal brasileira. Esse evento culminou na criação da instituição das prefeituras, às quais foram delegadas as funções executivas dos municípios, enquanto as Câmaras Municipais passaram a exercer as funções legislativas (Souza et al., 2017). Experiência de autonomia municipal interrompida pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) que impôs o centralismo do poder político nacional, resultando no travamento da autonomia municipal e na cassação da eletividade do cargo de prefeito, substituído pela figura dos intendentess municipais.

Os ventos democráticos do pós-guerra e o texto da Constituição de 1946, reestabelecem a autonomia das prefeituras e das Câmaras Municipais. Durante o processo de redemocratização do país (1945-1964), o municipalismo vai ressurgir como um apelo doutrinário, ocupando lugar de destaque na agenda pública (Pires e Magalhães, 2012). Naquele cenário, as conquistas democráticas que a sociedade brasileira experimentava só foram interrompidas pelo golpe e pela ditadura civil-militar (1964-1985).

Abordando o cenário político de 1988, Kerbauy (2005) retrata que esse foi o ano em que se resgatou definitivamente o papel do município no cenário político brasileiro, ao torná-los federados e com autonomia política-administrativa-financeira. Neste sentido, no atual presente histórico da Constituição de 1988, as Câmaras Municipais tem como funções fiscalizar as contas do município; elaborar a lei orgânica e legislar (Pires e Magalhães, 2012).

A partir deste breve balanço historiográfico acerca da importância das Câmaras Municipais, o presente texto parte para analisar os documentos legislativos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia no período de 1962 a 1963.

3 DOCUMENTOS DA CÂMARA DE DELMIRO GOUVEIA, 1962-1963

A análise dos arquivos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia revelou alguns aspectos históricos, dentre eles, o fato de que, embora as caixas documentais fossem descritas como pertencentes aos anos de 1962 a 1963, constatou-se a presença de

registros que datam de períodos anteriores e posteriores a essas datas. Essa discrepância nas informações fornecidas pelos arquivistas destaca a importância de uma revisão crítica e minuciosa dos acervos documentais, uma vez que tais inconsistências podem revelar elementos significativos sobre a atuação política, administrativa e legislativa ao longo do tempo.

Ao falar sobre a memória organizacional, Souza aborda que essa depende de mecanismos institucionais que são usados para organizar, sistematizar e acessar o conhecimento ali produzido, publicado e resguardado (2009, p.2). Desta forma, observamos a importância dos arquivos. Eles, a exemplo do arquivo público da Câmara de Delmiro Gouveia, não devem ser tratados com descaso: sem funcionários habilitados, prédios inadequados e instalações sem equipamentos apropriados. A realidade encontrada foi a de caixas empoeiradas, com datações desorganizadas, estando grande parte dos documentos em estado crítico, com folhas extremamente sensíveis e em alguns casos rasgadas.

Durante a pesquisa realizada entre março e setembro de 2024, foram identificados diversos tipos de documentos que oferecem uma visão ampla das práticas administrativas e políticas do período. Entre os registros encontrados destacam-se requerimentos — incluindo telegramas enviados a senadores —, ofícios relacionados à formação de novas mesas legislativas, agradecimentos pelo recebimento de correspondências oficiais, prestações de contas da prefeitura, comunicados sobre campanhas de vacinação e renúncias de cargos. Além de projetos de lei associados as demandas da comunidade.

Dentre os documentos encontrados no mencionado arquivo, datados entre dezembro de 1959 e maio de 1963, um deles registra as atividades de vacinação de animais realizadas pelo P.V.S.A – possivelmente a sigla para Política de Vacinação e Saúde Animal. Esse documento, assinado por Fernando David Medeiros, não apenas fornece dados quantitativos sobre as campanhas de vacinação, mas também revela o compromisso das autoridades locais com a saúde pública e a prevenção de doenças.

Figura 1

Relação das vacinações de animais.

RELACÃO DAS VACINAÇÕES REALIZADAS NO P. V. S. A. DE DELMIRO GOUVEIA NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 1959 A MAIO DE 1963.		
<u>Dezembro de 1959 a Novembro de 1960</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
-	-	-
<u>Dezembro de 1960 a Novembro de 1961</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
495	424	7
<u>Dezembro de 1961 a Novembro de 1962</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
310	281	8
<u>Dezembro de 1962 a Maio de 1963</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
-	-	-
<u>T o t a l:</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
805	705	15

Fonte: Arquivo Público da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, caixa dos anos 1962-1963.

O referido documento revela que esse programa foi inserido no contexto de ampliação das políticas públicas de sanidade animal, especialmente com a criação de ações específicas para controlar surtos regionais e melhorar a qualidade da produção agropecuária.

O segundo documento, é uma carta enviada por Arnon de Mello, figura proeminente na política de Alagoas, datado de 11 de setembro de 1962. Neste comunicado, Mello apela pelo apoio do vereador da Câmara de Delmiro Gouveia, João Ferreira Lima, que está insatisfeito com a falta de visibilidade de recursos do Governo Federal para Alagoas, expressando seu objetivo que é tirar o povo da “miséria”. Segundo o telegrama de Mello, o povo estava sem pão, sem teto e sem trabalho, e ele queria que esse cenário de um Estado subdesenvolvido se alterasse. Neste sentido, caso ele fosse eleito senador, colocaria em pauta essas mudanças para Alagoas. Todavia, recorre ao apoio de candidatos com ideologias semelhantes às suas. Por conseguinte, essa carta é representativa por refletir o contexto social, econômico e político de 1962. A respeito, analisando a obra de Boris Fausto (1999), naquele contexto o Brasil estava buscando saídas para superar a crise econômica decorrida em razão dos custos do Plano de Metas de 1956 – resultante das políticas da presidência de Juscelino Kubitschek. Contexto e Plano que resultaram e muitos investimentos, como também, do aumento do endividamento do País.

Em outro documento, um telegrama datado de 01 de março de 1962, enviado de Pernambuco, o diretor vice-presidente da Cia. Agro Fabril Mercantil, agradece a João Ferreira

Lima. Analisando este documento identificamos como ocorria o contato direto entre empresários e políticos. Nesse contexto, a Cia. Agro Fabril Mercantil tinha forte influência na economia regional, contudo, comunicar a formação da nova mesa legislativa permitia que esses empresários se mantivessem atualizados sobre as lideranças políticas, os debates legislativos e os projetos de infraestrutura e de investimentos discutidos.

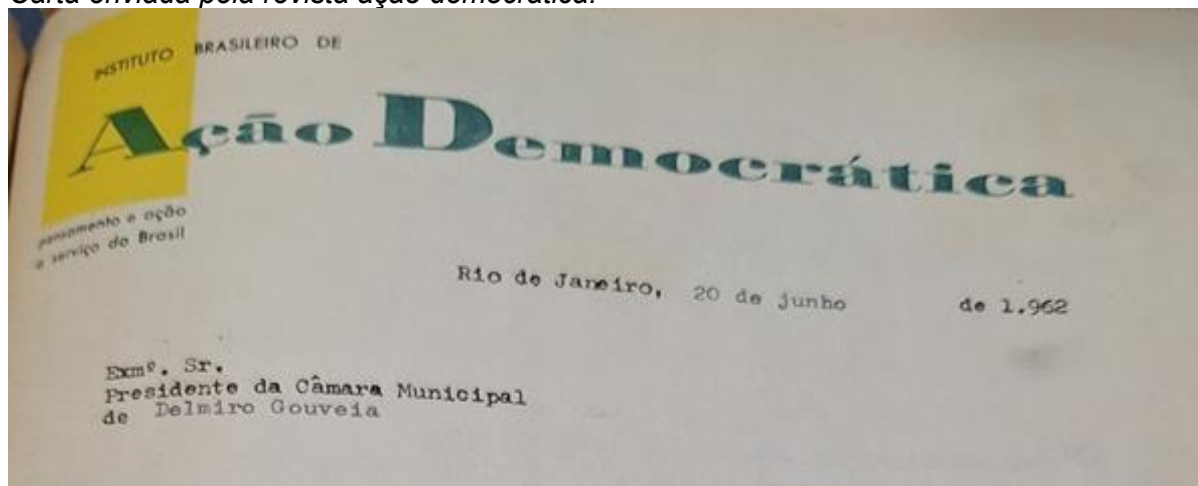
A década de 1960, como mencionado, foi marcada por crises econômicas. Segundo Pereira (1966), a partir de 1961 o otimismo econômico que tomava conta do Brasil na década anterior cedeu lugar à dúvida e ao pessimismo. A crise econômica de então impôs dificuldades que exigiam alternativas políticas, econômicas e sociais – eram os tempos das discussões das reformas de base.

Outro escrito localizado, uma carta enviada pelo Instituto Brasileiro de Pensamento e Ação, associado a revista da “Ação Democrática”, datada de 20 de junho de 1962, recebida pelo presidente da Câmara de Delmiro Gouveia, informava o envio gratuito da revista da Ação Democrática para a mesa legislativa regente. O Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD), responsável pela referida revista, foi fundado em 1959, apresentado como uma associação do povo, de iniciativa privada que defendia a liberdade de pensamento e do indivíduo. Entretanto, em uma publicação do ano de 1962, atacava ora o nacionalismo, ora o comunismo, buscando influenciar os cidadãos que ainda não haviam se posicionado diante os blocos políticos, a defender a democracia (Silva, 2021).

O documento comprova que a revista do IBAD entrou em contato com a Câmara de Delmiro Gouveia para solicitar o envio da relação dos políticos do poder legislativo para que fossem consagrados com cópias gratuitas do mencionado periódico. O IBAD, assim como sua revista e outras ações, tinha por objetivo combater a reputação, propostas e programas de partidos e políticos nacionalistas e de esquerda em favor de políticos de direita alinhados com os interesses dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria (Silva, 2021, p. 3-5).

Figura 2

Carta enviada pela revista ação democrática.



Fonte: Arquivo Público da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, caixa dos anos 1962-1963.

O IBAD não apenas tentou mobilizar políticos e a população contra nacionalistas e comunistas, mas também buscou minar a confiança nas instituições públicas, promovendo a visão de que a economia brasileira deveria ser conduzida prioritariamente pela iniciativa privada.

Há ainda outros documentos que abordam decisões políticas de mesas legislativas que regeriam os anos seguintes. Nos arquivos de 1962 a 1963, por exemplo, foram encontrados diversos ofícios circulares, notificando as Câmaras Municipais circunvizinhas sobre as novas composições das mesas legislativas.

Casos de renúncias de cargos também foram encontrados em meio aos documentos. No ano de 1963, em 8 de fevereiro, Pedro Manoel do Nascimento apresentou sua renúncia ao cargo de 1º secretário da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, por não poder comparecer à casa do povo. Segundo Abreu (1999), o ano de 1963 e, principalmente, o ano de 1964 foi marcado por uma série de tensões políticas e por um ambiente de crescente tensão popular – ambiente que resultou na deflagração do golpe civil-militar de 1964.

No curso da pesquisa foram encontrados vários documentos, conforme pode ser mensurado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1

Demonstrativo dos documentos analisados.

Ofícios	94
Carta	3
Telegramas	14
Requerimentos	3
Projetos de Lei	24
Pareceres	18

Fonte: elaborado pelas autoras.

Dentre estes documentos destacamos o artigo de uma lei municipal que criava categorias profissionais, instituíria o cargo de motorista e dava outras providências. A respeito, observou-se que o quadro de funcionários era segmentado em categorias. O fragmento do documento localizado, pelo formato e assunto, tratava-se de parte de um decreto ou portaria que apresentava uma tabela de cargos /categorias de funcionários.

Figura 3

Cargos e padrões de funcionários.

Art. 2º - O padrão de vencimentos de funcionários públicos do Município de Delmiro Gouveia, será fixado na seguinte tabela:

CARGOS	PADRÃO
Secretária	Z
Fiscal Geral	U
Motorista	S
Fiscal Auxiliar	Q
Tratorista	P
Teseureiro	O
Escriturário	G
Fiscal de Escreva	F
Fiscal Rural	E
Porteiro Arquivista	C
Encarregado de Cemitério	R
Professor de Música	B
Professor de Corte e Costura	B
Professor de Bordados	B
Encarregado de Serviço de Limpeza Pública	A
Servente	A
Professor de Escreva Primária	A

Fonte: Arquivo Público da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, caixa dos anos 1962-1963.

As categorias foram agrupadas conforme as classificações, embora os cargos públicos fossem limitados em número, muitos deles sendo recém-criados, como os de motorista e tratorista, cuja criação foi formalizada em dois projetos de lei datados de 1962. Um aspecto notável foi a concessão de gratificações, tendo sido identificados três decretos que regulamentavam tais benefícios.

O Decreto nº 5, de setembro de 1961, aumentou as gratificações mensais dos cirurgiões dentistas de C\$ 80.000 para C\$ 100.000. O segundo decreto nº 11, de 9 de novembro de 1962, conferiu uma gratificação de Cr\$ 600.000 ao juiz preparador da 40ª zona eleitoral. Por fim, referente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, foi abordado o Projeto de Lei nº 7, de novembro de 1963, que elevou a gratificação de Cr\$ 1.600 para Cr\$ 3.000 mensais. Contudo, nenhum dos decretos especificava a justificativa para a concessão das gratificações. Não foram observados também aumentos similares para outros cargos como professores e motoristas. Foi encontrado apenas um decreto relacionado ao aumento salarial dos professores, que não apresentava valores, estabelecendo que a partir de 1º de março de 1963, entraria em vigor um reajuste salarial para os docentes do ensino primário, assinado pelo prefeito Ulysses Luna.

No que se refere ao desenvolvimento social em Delmiro Gouveia, foram promulgados, em 1962, alguns decretos que visavam avanços para a população. A respeito, o Projeto de Lei nº 7, de 18 de abril de 1962, aprovou um novo regulamento para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Este termo foi assinado entre a prefeitura de Delmiro Gouveia, representada pelo prefeito Ulysses Luna, e a Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública,

representada pelo Dr. Aleysie Almeida.

O acordo estabeleceu as responsabilidades de ambas as partes, sendo que a prefeitura ficou incumbida de indicar as áreas da cidade a serem beneficiadas por melhorias ou ampliações, desde que a própria assumisse os custos das obras. A fundação, por sua vez, assumiu a administração do SAAE, responsabilizando-se pela gestão e aprimoramento do sistema de água e esgoto municipal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual presente histórico, as Câmaras Municipais se transformaram em espaços de disputas, negociações e de reivindicação de demandas para a sociedade brasileira. É a partir delas que são realizadas reuniões em prol de recursos para as determinadas áreas. Além disso, são tomadas decisões solucionar problemas dos municípios, estabelecer prioridade dos investimentos e aprovações de projeto de lei que regulamenta os normativos municipais.

É no ambiente das Câmaras que se articulam as discussões e são realizadas reuniões essenciais para a busca e alocação de recursos destinados às mais diversas áreas, como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Mais do que meros fóruns de debate, esses órgãos são o epicentro de onde emanam decisões estratégicas que moldam o futuro da região. Entre suas atribuições mais vitais, destacam-se: os vereadores, como representantes eleitos pelo povo, são o elo direto entre a comunidade e o poder público. Eles têm o dever de identificar as demandas, os gargalos e as necessidades prementes da região, propondo e aprovando medidas concretas para solucionar problemas urbanos, sociais e ambientais específicos; a Câmara Municipal exerce a função de fiscalizar o Poder Executivo e, principalmente, de aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA). Essa competência é crucial, pois define onde e como serão aplicados os recursos municipais, priorizando investimentos que beneficiem o coletivo; além disso, é de competência exclusiva do Legislativo Municipal a discussão, alteração e aprovação de projetos de lei, resoluções e decretos que se transformarão nas normas que regerão a vida na cidade. Tais projetos podem abranger desde o Código de Posturas Municipal e o Plano Diretor até a criação de programas sociais e a regulamentação de serviços.

Em suma, a eficácia e a transparência das Câmaras Municipais são diretamente proporcionais ao desenvolvimento e bem-estar do município, tornando-as instituições indispensáveis para a governança local e o exercício pleno da cidadania.

Neste sentido, durante a pesquisa, apesar das dificuldades voltadas à conservação e à organização das caixas e dos documentos, foi possível estabelecer apontamentos importantes sobre a política a partir dos registros da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia.

A análise dos arquivos até o momento possibilitou uma compreensão sobre o funcionamento do poder legislativo municipal durante os anos de 1962 e 1963, abrangendo

diversos documentos: ofícios, projetos de lei, requerimentos entre outros. Os conteúdos relacionados à comunidade, em particular, revelam as ações dos sujeitos sertanejos nas esferas social, cultural, política e econômica. A análise em questão destaca não apenas a produção legislativa, mas também como as decisões desses indivíduos moldaram a dinâmica da vida em sociedade em Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil, no contexto que antecede o golpe civil-militar de 1964.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (2012). O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lilia. (org.). História do Brasil Nação: 1808-2010. São Paulo: Mapfre. Objetiva.
- BACELLAR, C. (2005). Uso e mau uso dos arquivos. In: BASSANEZI PINSKY, C. Fontes históricas. São Paulo: Editora Moderna.
- CARVALHO, J. M. de. (2000). Cidadania no Brasil: o longo caminho. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil.
- CORREIA, T. (1998). Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papirus.
- FAUSTO, B. (2012). A vida política. In: SCHWARCZ, L. (org.). História do Brasil Nação: 1808-2010. São Paulo: Mapfre; objetiva.
- GOMES, A. (2025). Delmiro Gouveia: 68 anos de emancipação política que acontece nesta segunda-feira, 14. Blog Adalberto Gomes Notícias. Disponível em: <Delmiro Gouveia: 68 anos de Emancipação Política que acontece nesta segunda-feira, 14 - Blog Adalberto Gomes Notícias>. Acesso: 7 mar. 2025.
- GONÇALVES, A. (2010). Delmiro Gouveia: era uma vez no Sertão. Ribeirão Preto: Fábrica de sonhos.
- KERBAUY, M. T. M. (2005). As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. Opinião Pública, Campinas, v. 2, pág. 337-365.
- LENARDÃO, E. (2004). Gênese do clientelismo na organização política brasileira. Lutas Sociais, [S. l.], n. 11/12, p. 109–122, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i11/12.18704. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18704> . Acesso em:

16 mar. 2025.

- NASCIMENTO, E. F. do.; SANTANA, P. A. de; CRUZ, J. V. da. (2025). O fazer-se historiográfico do Extremo Oeste Alagoano. In: NASCIMENTO, E. F. do; SILVA, A. L. da; SILVA, J. da. (org.). Estudos do Oeste Alagoano: historiografia e território em perspectiva. Maceió: Edufal, Eduneal, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, p. 32-55.
- NASCIMENTO, E. F. (2014). Delmiro Gouveia e a educação na Pedra. Maceió: Viva Editora.
- NORA, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Proj. História, São Paulo, p.7-28.
- PEREIRA, L. C. (1966). Desenvolvimento e Crise no Brasil. Departamento de Documentação, Estatística e Cadastro da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo. In: O Estado de S. Paulo.
- PIRES, M.; MAGALHÃES, S. M. (2012). Câmara Municipal: Um pequeno Histórico. In: CHAVES, C. M.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. (Org.). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS.
- ROCHA, M. M.; FILHO, P. M. D. (2024). Política local e câmaras municipais: considerações acerca da representação política no nível local. In: Revista de Sociologia e Política, v. 32, e.009, p.1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/article/view/e009> . Acesso em: 28/ 09/2024.
- SÁ SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.
- SILVA, K. M. (2009). O papel das câmaras municipais no Brasil colonial: novas possibilidades de análises. XXV Simpósio Nacional de História, ANPUH, Fortaleza.
- SILVA, V.G. (2021). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. Anpuh - 31º Simpósio de História. Rio de Janeiro, p.1-15.
- SOUZA, A. D. de; SILVA, R. de L.; BARBOSA, A. M.; SILVA, R. da; JESUS, M. J. F. de. (2017). Câmaras Municipais no Brasil: da Colônia à República após a Constituição Federal de 1988. Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do

Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, p. 125-139, 13 a 15 de setembro.

SOUZA, A.; SILVA, R.; BARBOSA, A.; SILVA, R.; JESUS, M. (2017). Câmaras municipais no Brasil: da colônia à república após a Constituição Federal de 1988. In: III SECISA, p. 125-139.

SOUZA, S. de. (2009). A gestão de documentos nos municípios. In: Temas de Administração Pública, Araraquara, v. 4.

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Aprendizados em Alagoas: autobiografia docente, acadêmica e política, 2013-2025

Learnings in Alagoas : teaching, Academic and political autobiography, 2013- 2025

José Vieira da Cruz¹

Universidade Federal de Sergipe

jose.vieira@academico.ufs.br

<https://orcid.org/0000-0003-2901-2390>

RESUMO

Este artigo apresenta uma autobiografia que se concentra nos aprendizados docentes, acadêmicos e político experienciados pelo autor – junto à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e a sociedade daquele estado – no período compreendido entre 2013 e 2025. Este intervalo de tempo é delimitado entre sua posse na referida instituição em 2013 e o recebimento da comenda de mérito educacional outorgada pela Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas em 2025. A presente análise é motivada pela confluência de quatro eventos ocorridos em 2020, a saber: o encerramento das atividades de docência e de gestão na Ufal, a conclusão do estágio de pós-doutorado junto à Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), o impacto da pandemia de Covid- 19 e a redistribuição para a Universidade Federal de Sergipe (Ufs). O texto aborda a relevância da expansão e interiorização do ensino superior, ressaltando a criação do Campus do Sertão/Ufal em Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil. Avalia a importância dos recursos humanos, orçamentários, financeiros e de infraestrutura investidos, em particular, quanto aos avanços alcançados nas políticas centradas no ensino superior público; relata as experiências como docente, pesquisador, coordenador de curso, vice-reitor, bem como, sua participação em entidades como Sebrae, Fecoep, Fundepes e Acale. O artigo examina a necessidade de localizar, organizar e disponibilizar fontes, acervos e espaços de pesquisa, os significados de sua escrita historiográfica e a dos seus orientandos, como também as ações da qual tomou parte como o tombamento da Serra da Barriga como patrimônio do Mercosul, refeições sociais, coordenação da 70ª Reunião Anual da Sbpcc, ajustes no regimento da instituição, aprovação do nome social, entrada única para os cursos do Sertão, resgate do acervo de documentos do Instituto Xingó, acompanhamentos de obras, entre outras. Em suma, apresenta um relato autobiográfico dos aprendizados tecidos em mais de uma década de atuação junto à Ufal e à sociedade alagoana.

Palavras-chave: autobiografia, historiografia, Alagoas.

¹ Doutor em História (UFBA/2012), pós-doutorado em Educação (UFPE/2022). Atua desde 2021 junto ao Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFS) e desde 2025 junto ao Programa de Pós-graduação em História (PROHIS/UFS). É um dos líderes do Grupo de Estudos e de Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC\CNPq) e do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS) e é membro do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (HPOPNET/CNPq).

ABSTRACT

This article presents an autobiography that focuses on the teaching, academic, and political experiences of the author – at the Federal University of Alagoas (Ufal) and in the society of that state – during the period from 2013 to 2025. This timeframe is defined between his appointment at the said institution in 2013 and the receipt of the educational merit award granted by the Legislative Assembly of the State of Alagoas in 2025. This analysis is motivated by the convergence of four events that occurred in 2020, namely: the end of teaching and administrative activities at Ufal, the completion of a postdoctoral internship at the Federal University of Pernambuco (Ufpe), the impact of the Covid-19 pandemic, and the reassignment to the Federal University of Sergipe (Ufs). The text addresses the relevance of the expansion and interiorization of higher education, emphasizing the creation of the Sertão Campus/Ufal in Delmiro Gouveia, Alagoas, in the Northeast of Brazil. It assesses the importance of human, budgetary, financial, and infrastructure resources invested, particularly regarding the progress achieved in policies focused on public higher education; it recounts experiences as a teacher, researcher, course coordinator, vice-rector, as well as participation in organizations such as Sebrae, Fecoep, Fundepes, and Acale. The article examines the need to locate, organize, and make available sources, collections, and research spaces, the meanings of its historiographical writing and that of its students, as well as the actions it participated in, such as the designation of Serra da Barriga as a Mercosur heritage site, social graduations, coordination of the 70th Annual Meeting of Sbpcc, adjustments to the institution's regulations, approval of social names, unified entry for courses in the Sertão region, recovery of the document collection of the Instituto Xingó, monitoring of construction works, among others. In short, it presents an autobiographical account of the lessons learned over more than a decade of work with Ufal and Alagoas society.

Keywords: autobiography, historiography, Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

Essa é uma nova etapa. O futuro é cheio de expectativas e o presente é uma dádiva (Ufal, 2013a).

A frase, proferida no ato de posse junto à Universidade Federal de Alagoas (Ufal), evidencia um momento de concretização de objetivos, bem como, a expectativa de uma jornada pessoal, acadêmica e profissional. Os significados daquele momento nos permitiram recuperar aprendizados de mais de uma década. Nesse sentido, o presente artigo aborda experiências históricas, historiográficas e autobiográficas no interstício temporal compreendido entre 2013 – ano da nossa posse na referida universidade – e 2025 – um ano após o requerimento do descredenciamento junto ao Programa de Pós-graduação em História da mencionada instituição e ano em que nos foi entregue a comenda do mérito educacional pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

A justificativa para este estudo foi motivada pela confluência de quatro eventos que aconteceram no ano de 2020. O primeiro deles foi o encerramento de nossas atividades docentes (2013-2020) e de gestão na Ufal – como coordenador do Curso de História no Campus do Sertão, em Delmiro Gouveia (2013-2016) e de vice-reitor no Campus Aristóteles Calazans Simões, em Maceió (2016-2020). O segundo, ocorreu por conta da realização do

pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Ufpe (2020-2022). O terceiro, motivado pelo contexto de distanciamento social imposto pelo coronavírus Sars-Cov-2 e, conseqüentemente, pela decretação do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) e pelos improvisos da adoção do Ensino Remoto Emergencial (Erem) entre 2020-2022. E, por fim, o quarto acontecimento associado a redistribuição a pedido para a Ufs (2020).

As indefinições, incertezas e imprevistos daquele contexto me levaram a uma mudança de foco no pós-doutorado – de um estudo comparativo sobre a “expansão do ensino superior no Brasil e em Portugal”, que seria realizado parte na Ufpe e parte na Universidade Nova de Lisboa (Unl), para um estudo autobiográfico transpassado pelas mudanças que envolviam as universidades, o país e o mundo. Aquele momento, portanto, fez-me repensar tanto a necessidade de uma escrita de si (Lejeune, 2008), como a de tecer uma autorreflexão pública dos caminhos percorridos.

Envolto por este propósito, ao redimensionar o plano de estudos, decidir permanecer no Brasil e continuar no pós-doutorado. Nesta caminhada busquei fundamentos nos princípios teórico-metodológicos do constructo do “Eu” fonte (Souza, 2020a), nas experiências de coorientação no campo dos estudos autobiográficos de duas teses de doutorado (Dutra, 2021; Correia, 2022) e de uma dissertação de mestrado (Laurentina, 2023), como também, dos resultados do relatório do pós-doc (Cruz, 2022). É preciso esclarecer que a opção pela escrita (auto)biográfica, muito presente no campo de estudos da educação e da história, não tem a intenção de encontrar uma narrativa única, sugeneris e verdadeira (Souza, 2020b), mas evidenciar uma “escrita de si” de um “professor-narrador-autor” (Passeggi; Souza; Vicentini, 2011, p. 371).

A opção pelo texto autobiográfico também transcende os interditos relativos ao distanciamento do objeto de estudo, afastamento das observações históricas das quais o historiador e testemunha e do enfretamento do desafio da “neutralidade” enquanto de objetividade, imparcialidade e cientificidade inerentes ao nosso ofício (Langlois; Seignobos, 1946; Collingwood, 1972). Legados, interditos e recomendações evidenciados no contexto do século XIX – período em que a disciplina almejava o estatuto de ciência, a profissionalização e espaço junto as universidades e junto aos estados nacionais europeus. Um contexto sob forte influência das ideias positivistas, (neo)colonialistas e imperialistas, bem como de larga difusão de determinismos biológicos e sociais (Reis, 1996; Freitas, 2021).

Entre o século XX e as primeiras décadas do século XXI, por sua vez, observou-se a consolidação da matriz disciplinar do campo da história (Rüsen; 2001; 2012; Barros, 2008), a compreensão da história enquanto área de conhecimento que investiga a ação humana a partir das observações históricas do tempo que envolve cada historiador (Bloch, 2001; Carr, 1982; Jenkins, 2013), intensificaram-se as contribuições do materialismo histórico concernentes à história social da cultura (Thompson, 1981; 1998; Hobsbawm, 2007),

evidenciou-se o impacto da virada historiográfica no tocante aos conceitos de fontes, bem com das apropriações do passado (Thompson, 1992; Ferreira; Amado, 2006; Seligmann-Silva, 2022; Trouillot, 2024). Além da retomada dos estudos políticos renovados e das (auto)biografias (Rémond, 2003; Guldi; Armitage, 2018; Levi, 1996; Dantas, 2023; Souza, 2020; Cardoso, 2023).

A escrita de aprendizados – devidamente cotejados pelas fontes, bibliografia e análise de experiências docente, profissional e política (Passeggi, 2012) –, sob o ponto de vista desta reflexão, ajudam a compreender os horizontes tanto do processo de expansão e de interiorização do ensino superior público em Alagoas (Verçosa, 1997; Lavoiser, 2016) quanto do fazer-se dos estudos históricos, em particular, frente aos desafios da historiografia “do”, “sobre” e “no” Sertão (Aras, Cruz e Santana, 2023; Nascimento, Santana, Cruz, 2025) e do mencionado contexto educacional (Passos Subrinho, 1999; Cruz; Santos, 2020).

Em síntese, como historiador tenho ciência do fazer-se da história e de como observá-la, interpelá-la e interpretá-la (Certeau, 1995), portanto, a escolha por esta narrativa consolidou, de modo conciso, consciente e objetivo, os significados inerentes ao período de aprendizados em Alagoas de 2013 a 2025. Um contexto no qual participei do processo de expansão e interiorização do ensino superior público federal, presenciei os desafios concernentes à estruturação de um curso de história em um campus avançado instalado no ponto mais extremo do Oeste Alagoano (Figura 1), experienciei a gestão do ensino superior em um contexto permeada por instabilidades, crises e indeterminações transpassadas por cinco gestões do governo federal no curso de uma década e, não obstante as adversidades, contribui tanto no campo dos estudos históricos quanto de debates demandados pela comunidade universitária e pela sociedade.

Figura 1

Os Campi — Universidade Federal de Alagoas.



Fonte: Portal Ufal <https://ufal.br/ufal/institucional/os-campi> . Acesso em 10/05/2024.

2 UM MAR DE CONHECIMENTO: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO SERTÃO

A expansão do ensino superior no Brasil tem sido um processo tardio (Cunha, 2003, Cruz, 2017d; 2018). Esta herança histórica excludente, elitista e de raízes coloniais, imperialistas e capitalistas, resultou na concentração de instituições de ensino superior na metrópole portuguesa e, posteriormente ao processo de emancipação política, nas metrópoles regionais, capitais estaduais e no litoral do país. Realidade educacional que só passou a ser revista a partir do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, denominado de Reuni, no contexto do século XXI (Brasil, 2007).

O referido Programa, não obstante os avanços alcançados – em virtude do ritmo de implantação, flexibilização dos currículos, disputas institucionais e descontinuidades orçamentárias –, tem sido objeto de críticas, disputas, ajustes e reflexões (Leda; Mancebo, 2009; Filardi, 2014; Lavoiser, 2016). A exemplo, o Campus do Sertão de Delmiro Gouveia, criado em 2010, representa uma das iniciativas do Reuni em uma área do Nordeste Brasileiro afastado do litoral. As referidas ações em Alagoas, assim como em outros estados, também foram transpassadas por debates institucionais (Ufal, 2006; 2007; 2009), bem como, por disputas políticas (Freitas Júnior, 2013; Barbalho, 2021).

Em meio a este processo, a sede do Campus, em Delmiro Gouveia, após sua criação passou a ofertar os cursos de Engenharia Civil e Engenharia de Produção no período matutino, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Letras no período vespertino, e Licenciatura em Geografia e Licenciatura em História no período noturno. Já a unidade educacional, em Santana do Ipanema, distante 96 km da sede, acolheu os cursos de Ciências Contábeis e Economia no período noturno.

A localização no Extremo Oeste Alagoano, próximo a Sergipe, Bahia e Pernambuco, região banhada pelo rio São Francisco, contribui para dimensionar tanto a importância desta política pública quanto compreender a relevância da superação de desafios inerentes à distância, mobilidade, infraestrutura, recursos humanos e financeiros envolvidos na implantação desta empreitada na região. A democratização do acesso ao ensino superior público para além do litoral, portanto, consubstancia-se em um capítulo importante do acesso à formação universitária a populações historicamente excluídas – pretos, pardos, indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, atingidos por barragens, cercas e seca, agricultores familiares, sem-terra, assentados da reforma agrária, operários, comerciários e outros grupos sociais que povoam os sertões (Silva; Cruz, 2020; Santana; Nascimento, 2022).

Em torno deste horizonte, minhas atividades laborais na região tiveram início em 18 de fevereiro de 2013. A investidura no cargo, ocorrida após aprovação em um concurso público de provas e títulos, foi realizada em Maceió na manhã daquele dia, em seguida realizei um deslocamento de automóvel com duração superior a cinco horas até Delmiro Gouveia,

visando o início do exercício funcional. A respeito, recordo-me de ter alcançado o destino ao entardecer, já sob um crepúsculo marcado por uma seca prolongada, intensa poeira consequente do desmatamento da caatinga e pelo impacto das etapas de construção do edifício da instituição. Naquele contexto, a obra inacabada já se encontrava parcialmente ocupada para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. Um ambiente onde quase tudo estava por ser cultivado, compartilhado e tecido.

Na condição de primeiro docente com doutorado em História, passei a atuar junto às disciplinas de História do Brasil, Historiografia Brasileira e Projetos Integradores. O curso possuía duas entradas anuais com quarenta matrículas semestrais, oitenta no total, contrastando com o número de sete docentes para atender o “tronco” das disciplinas específicas da licenciatura em História a partir do 3º período. Em outras palavras, poucos professores, muitas disciplinas, inúmeras matrículas e o desafio de manter a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (Moita; Andrade, 2009). Observação, análoga para os demais cursos do Campus do Sertão e com algumas semelhanças em relação ao processo de flexibilização curricular ocorrida no Campus Arapiraca (Lavoiser, 2016; 2018).

Estas constatações suscitaram discussões, reivindicações, carta pública, mobilizações políticas e grupos de estudos que resultaram, anos depois, na reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos, estabelecimento de uma entrada única anual (Figura 2) e a disponibilidade de cinquenta vagas por curso (Ufal, 2015; Luna, 2016). Os estudos apontaram também a necessidade de isonomia no número de docentes por curso, paridade nas condições de trabalho em comparação aos demais campi e providências para o incentivo à pesquisa e a cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu (Ufal, 2016b; 2016c).

A empreitada prosseguiu com o encaminhamento para compra, catalogação e disponibilização de livros junto à biblioteca setorial, oferta do curso de extensão “Os olhares de Clio”, aprovação do projeto (Pibic/Cnpq/Ufal) “Vozes do Sertão nas tramas de Mnemósine: fontes contemporâneas para a História de Alagoas” e aprovação do projeto de educação básica (Peb/Capes/Fapeal) “Formação de cidadãos pesquisadores: uma pesquisa-ação da Escola Estadual Luiz Augusto junto ao APL piscicultura Delta do São Francisco, Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas, 2014-2015” – ambos sob nossa responsabilidade. Além de outras ações que visavam criar um ambiente acadêmico, profissional, cidadão e socialmente crítico junto aos sertanejos que adentravam a seara de Clio.

Figura 2

Consuni aprova entrada única para o Campus do Sertão — Notícias.



Fonte: Portal Ufal, 29.11.2026: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2016/11/consuni-aprova-entrada-unica-para-o-campus-do-sertao>. Acesso 10/05/2025.

As atividades de extensão, realizadas mensalmente, resultaram em mesas de debate com pesquisadores convidados e da instituição. O curso, cujo título estava associado ao nome da musa grega de nosso ofício, foi frequentado por mais de 150 estudantes, professores e sertanejos ávidos por diálogos interdisciplinares, multiculturais e atinentes a agenda contemporânea (Ufal, 2013b).

O projeto “Vozes do Ser-tão nas tramas de Mnemósine”, primeiro na área dos estudos históricos do campus, executado entre os anos de 2013 e 2016, estimulou pesquisas sobre o sertão e os(as) sertanejos (as) – articulando análises de fontes diversas sobre o passado e o presente histórico dos municípios de Delmiro Gouveia e de Piranhas na microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, e de Água Branca e Pariconha na microrregião Serrana do Sertão Alagoano (Cruz, 2013b). A pesquisa, entre bolsistas e voluntários, obteve três prêmios de excelência acadêmica (Lima, 2014; 2015; e Silva; 2015), fomentou cinco trabalhos de conclusão de curso (Gomes, 2014; Gaia, 2014; Barros, 2014; Araújo, 2016; e Silva, 2019) e três dissertações de mestrado (Gomes, 2016; Silva, 2021; e Cavalcanti, 2023).

Ainda no primeiro ano de trabalho, após a sessão temporária da então coordenadora do curso, professora Sheyla Farias Silva, para a Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), foi-me delegada a responsabilidade da coordenação. Realidade pedagógica e administrativa configurada a menos de um ano da visita da comissão do Ministério da

Educação designada para verificar as condições pedagógicas, estrutura física e documentos necessários ao reconhecimento do curso. Responsabilidade igualmente compartilhada pelo coletivo de docentes, técnicos e discentes que então se formava no entorno do curso e do campus.

Naquele momento, éramos um dos primeiros cursos a ser avaliado, e, conseqüentemente, havia muitas demandas pedagógicas, administrativas e de infraestrutura a serem resolvidas. Apesar dos desafios, o esforço e o compromisso do grupo resultaram na obtenção do Conceito 4. Numa escala de 1 a 5, isto indicava que o curso, o campus, a universidade e o Reuni estavam concisos em torno do propósito da expansão e da interiorização do ensino superior (Ufal, 2014a).

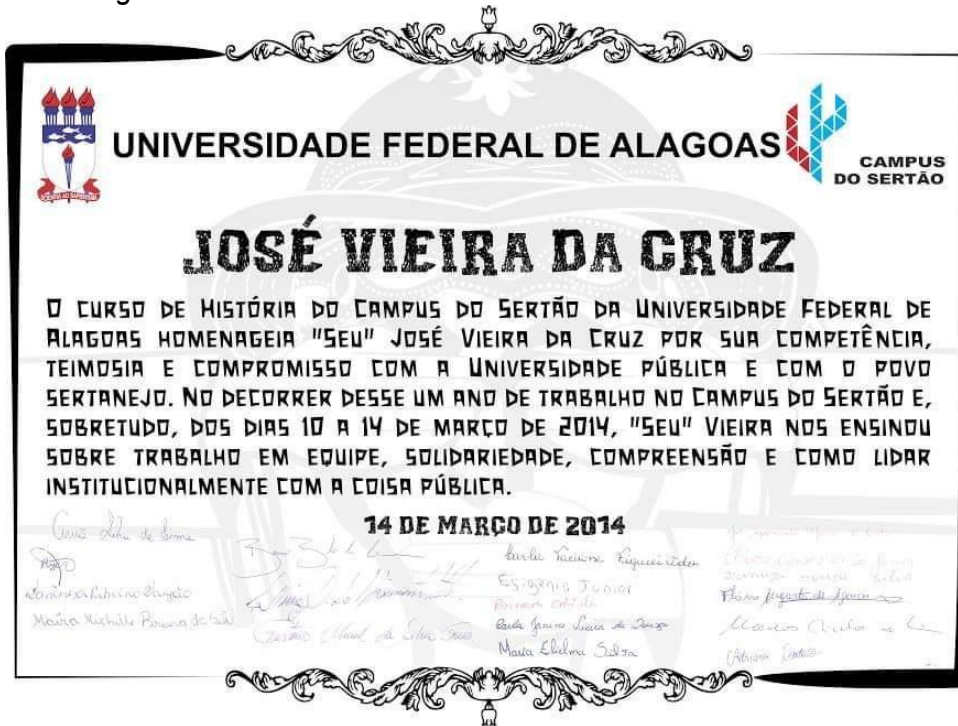
Semanas antes da visita do Ministério da Educação, o curso organizou o “I Encontro Nacional de História do Sertão” no período de 10 a 14 de março de 2014 (Figura 3), com o tema “50 anos do Golpe de 1964: História, Memória e Historiografia” (Ufal, 2014b). A respeito, o texto e a imagem a seguir expressam os significados da “teimosia” de realizar o mencionado evento.

Há três anos, em 14/03/2014, e após um [pouco mais de] ano de Ufal, recebi, com muito carinho, a homenagem dos meus colegas e alunos do Campus do Sertão pela teimosia em realizar o I Encontro Nacional de História do Sertão, com o tema "50 anos do Golpe de 1964". De lá para cá [eu já estava vice-reitor] muitas coisas aconteceram no mundo, no Brasil, na Ufal e no Campus do Sertão [e já estávamos enfrentando o avanço da extrema direita no mundo, as reformas do governo Temer e as ocupações estudantis por conta dos cortes de recursos], mas o espírito crítico, o companheirismo e a luta pela democracia, pela defesa da universidade pública e pelo Campus do Sertão, assentados nos ventos da mudança e no princípio de uma universidade socialmente referenciada, a cada dia tornava-se mais forte e intenso!!!!!! [Facebook, 18.03.2017] (Cruz, 2017a)

O cenário adverso, portanto, não impediu o êxito do evento e motivou a realização de mais seis encontros nos anos subsequentes, cinco de âmbito nacional e um internacional, interrompidos apenas pela pandemia de Covid-19 (Ufal, 2020). Este legado também resultou em uma homenagem concedida pelo “II Seminário Nacional de História Social dos Sertões”, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizado em maio de 2021. O evento promovido em um contexto pandêmico designou um dos ambientes virtuais, destinados a mesas e conferências, de “Sala José Vieira da Cruz” (UFRN, 2021) – reconhecimento igualmente significativo.

Figura 3

Homenagem do Curso de História do Sertão/Ufal a “Seu” José Vieira da Cruz.



Fonte: Acervo do autor (14/03/2014).

Voltando ao ano de 2014, ele também foi significativo por conta da aprovação do projeto de educação básica “Formação de cidadãos pesquisadores” (Fapeal, 2014). Este projeto, fundamentado na metodologia da pesquisa-ação, tinha como objetivo trabalhar práticas de ensino, aprendizagem e empreendedorismo por meio de uma abordagem interdisciplinar de formação continuada. Empreitada pedagógica que envolveu cinco professores da educação básica, vinte e cinco estudantes bolsistas de cursos de licenciatura, cinco turmas de estudantes do ensino médio da Escola Estadual Luiz Augusto (Alagoas, s/d) e três associações de piscicultores assistidos pelo Sebrae através do “Arranjo Produtivo Local: Piscicultura Delta do São Francisco” nos povoados Lameirão, Porto da Barra e Salgado, município de Delmiro Gouveia, margens do lago da represa hidroelétrica de Xingó (Alencar, s/d).

Apesar da relevância, o projeto não resistiu às mudanças na política estadual e à insuficiência de investimentos, encerrando-se antes de alcançar os resultados pretendidos (Cruz, 2015). Aprendemos a partir daquela experiência que mesmo diante das necessidades de ajustes, as (des)continuidades dos investimentos em políticas públicas sem uma adequada avaliação é um problema que requer atenção, cuidados e reflexão.

Esses primeiros três anos foram marcados por um ritmo intenso de trabalho, impactos das mudanças desencadeados pelas manifestações políticas de junho de 2013 (Cruz, 2013a;

Gomes, 2014; 2016), falta de recursos financeiros acentuada a partir de 2014 e pelo movimento grevista docente de 2015. Os acontecimentos do terceiro ano, por sua vez, foram acompanhados por um longo, disputado e concorrido processo eleitoral, no qual participei como candidato a vice-reitor na chapa encabeçada pela professora Maria Valéria Costa Correia, candidata a reitora. Ao final, a chapa da qual fiz parte foi bem-sucedida obtendo a vitória no segundo turno – resultando na posse, no ano seguinte e pela primeira vez, de um docente de humanidades, negro e oriundo da interiorização no mencionado cargo (Targino, 2015; Jangada, 2016, Pino, 2016).

Na disputada campanha eleitoral para a reitoria da Ufal, ocorrida em 2015, a candidatura de um indivíduo com menos de três anos na instituição, proveniente da área de humanidades, de etnia negra, natural e graduado em Sergipe, com doutorado obtido na Bahia e vinculado ao campus fora da sede no Sertão de Alagoas, não transcorreu de maneira despercebida, sem lesão ou impune. No contexto da política de baixo nível, desinformação, pós-verdades e de argumentos distorcidos, atualmente denominada fake news, foi elaborada uma postagem com uma imagem em que eu, na condição de candidato a vice-reitoria, tive minha imagem escurecida até o apagamento total – restando apenas o contorno de minha silhueta ao lado da candidata Valéria Correia. Explícita discriminação, preconceito e rejeição de natureza racial, social e política. Agressão respondida pelos coletivos e movimentos sociais que nos apoiavam com o resultado eleitoral positivo no primeiro e no segundo turnos. Assim, disputando eleições e enfrentando preconceitos as demandas educacionais, políticas e sociais do “mar de conhecimento do Sertão” alcançariam o oceano institucional do Litoral.

3 UM VICE-REITOR DE HUMANIDADES E NEGRO DO SERTÃO NO LITORAL

Superados os contratempos concernentes a disputada campanha a reitoria da Ufal, no primeiro ano de gestão tive a oportunidade de participar do "Novembro Negro", uma campanha do "Pajuçara Sistema de Comunicação", grupo de rádio, TV e mídia digital (Figura 4). A referida campanha, em comemoração ao "Dia da Consciência Negra" tinha o objetivo de fomentar a reflexão sobre a luta e a resistência da população negra. Na oportunidade fui convidado, juntamente com outras personalidades negras, a contribuir com a referida peça publicitária e educativa. No episódio do qual fiz parte, de modo natural, espontâneo e simbólico, ao responder à pergunta de quem eu era respondi que era uma pessoa que escolheu “ser senhor do meu destino”. Frase que me apresentava como primeiro negro a ocupar a vice-reitoria da Ufal. Naquela ocasião, dentre as universidades federais, apenas três possuíam reitor(a) ou vice-reitor(a) negro(a). Em sintonia com essa conquista e afirmação, a chamada reforçava a importância das ações afirmativas e da valorização dos alunos pretos e pardos, bem como, expressava uma ação efetiva de combate ao racismo, preconceito e discriminação racial.

Figura 4

Campanha Novembro Negro: A história de luta e resistência de José Vieira.



Fonte: TV PAJUÇARA, Sistema de Comunicação [cadeia de rádio, tv e mídia digital]. Novembro Negro: a história de luta e resistência de José Vieira. Maceió, 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=olSkNBzlczU>. Acessado em 20/08/2025.

Mas foi em 16 de janeiro de 2016, às vésperas da instituição completar 55 anos, que assumi o cargo de vice-reitor. A posse marcou a alternância no comando da universidade após 12 anos. O novo grupo, apoiado por setores populares, partidos de esquerda e movimentos sociais do campo e da cidade, defendeu os princípios da democratização, autonomia universitária e a descentralização do ensino superior público federal. A respeito deste momento, destaquei no discurso de posse que o percurso até este momento foi longo, desafiador e construído a partir de compreensões políticas, ideológicas e estéticas: heterogêneas, plurais e críticas. Tais perspectivas são características esperadas em universidades que operam em tempos democráticos, onde os espaços devem estar abertos à construção, difusão e debate de ideias (Cruz, 2016).

A consciência e ciência destes princípios, valores e compromissos foi importante para manter o posicionamento de continuar a avançar na defesa da consolidação da expansão e da interiorização da universidade pública – através da priorização do atendimento das demandas de infraestrutura, reformulação de projetos pedagógicos, planejamento das demandas, descentralização orçamentária, transparência e do exercício contínuo de escuta das demandas da comunidade universitária.

O discurso lido, deliberadamente não publicado, delineava a posição de contribuir com

uma gestão formada por um grupo ávido por mudanças, ciente das resistências internas e do cenário de instabilidade política, orçamentária e financeira a ser enfrentado. Mas a realidade foi além do previsto – as dificuldades do final do governo de Dilma Rousseff, em razão do processo de impeachment, foram brandas quando comparadas às turbulências dos governos subsequentes (G1 Alagoas, 2016; Ufal, 2017a). Em particular, pelo aprofundamento dos cortes orçamentários e financeiros e pelos afrontes a autonomia universitária impostas pelas duas gestões federais subsequentes – a exemplo da proposta de reforma universitária denominada “Future- se” entre outras iniciativas análogas (Ufal, 2019a).

Não obstante as dificuldades, a gestão (2016-2020) da qual fiz parte deixou um legado de realizações como pode ser apreciado nos relatórios institucionais (Ufal, 2016c; 2017b; 2018c e 2019b). Neste sentido, independente dos caminhos tomados por cada um dos membros da referida gestão – da reitora Maria Valéria Costa Correia, na qual exerci o cargo de vice-reitor –, é preciso ressaltar os avanços conquistados em tempos de cortes de orçamento, restrições de dotação orçamentária e contingenciamento financeiro (Cruz, 2019; Castro; Santos, 2025).

Em relação a esta parte do texto, é preciso reforçar que ele não tem a pretensão de fazer um balanço político da referida administração. Ele, como já mencionado, ressalta apenas nossa aprendizagem em Alagoas, em particular, no tocante ao exercício de ser parte de uma gestão de uma universidade pública federal em tempos de instabilidade política, institucional e financeira. Experiência que aguçou competências de liderança, governança, comunicação e a capacidade de articulação e de negociação. Aqueles que já desempenharam ou desempenham esta experiência, de uma forma ou de outra, aprendem que é preferível construir pontes em vez de alimentar vaidades, revanchismos ou qualquer tipo de radicalismos.

Aprendi também que ser gestão transcende o mero exercício da autoridade formal, especialmente em períodos de restrições, instabilidades e indefinições. A respeito, em um cenário de escassez de recursos, conforme a expressão “quando falta tinta na caneta” – utilizada pelo então reitor Eurico Lôbo (2012-2016), que nos precedeu na administração da instituição – a prática da transparência, escuta atenta da equipe gestora, articulação política e construção de consensos revelaram-se imprescindíveis para a tomada de decisões.

Assim a opção por uma escrita de um “professor-narrador-autor-historiador”, foi o caminho que acolhemos de forma crítica para narrar estas aprendizagens – acerca da trajetória de um docente da área das humanidades, negro e de um campus avançado fora da sede, localizado no Sertão do rio São Francisco, a frente da vice-reitoria da instituição no campus sede em Maceió no litoral de Alagoas. Bem como, para externar os significados e os compromissos com a interiorização, autonomia universitária, diversidade e participação democrática.

Em consonância com essas origens, princípios e desafios, atuamos junto ao Conselho

Universitário (Consuni), órgão máximo de deliberação da instituição. Neste âmbito, dedicamos aos debates de normas acadêmicas e administrativas, pautados pela autonomia universitária e em conformidade com os preceitos da legislação e da Constituição Federal. Nessa ágora democrática contemporânea – composta por representantes da reitoria, campi, centros, institutos, faculdades e pelos segmentos estudantil, técnico e docente – a busca por consenso, especialmente na ausência de uma maioria permanente, constituiu um exercício contínuo.

A atuação institucional da gestão neste campo de representações resultou em avanços para a política de cotas na pós-graduação, regulamentação do nome social, valorização da carreira dos profissionais da Educação Básica Técnica e Tecnológica (Ebt), criação do Instituto de Enfermagem desvinculado da Farmácia; criação do Campus Centro de Engenharia e Ciências Agrárias (Ceca), assegurar o direito de assento e voto aos representantes dos campi fora de sede no Consuni, ampliação do campo de atuação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros também para o campo dos Povos Indígenas (Neabi), institucionalização do “Bosque em defesa da vida” em homenagem às vítimas de violência sociais e políticas, ajustes nas regras para redução da retenção, evasão e reprovação nos cursos de graduação, estímulo ao reingresso, aproveitamento, reopção e conclusão de cursos de graduação, ajustes e aprovação de projetos pedagógicos de cursos (Ppc), como também a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (Pdi), relatórios de gestão, convênios de cooperação técnica e científica, entre outros. Além de aprovação de moções políticas, homenagens entre outras ações.

Dentre estas deliberações destaco a longa negociação para a aprovação do direito a assento e a voto dos representantes dos campi fora de sede de Arapiraca e do Sertão no Consuni. A garantia deste direito demandou a reativação de um Grupo de Trabalho, estudar a legislação, apresentar a proposta junto aos campi, discutir o relatório com a proposta de regulamentação em diversas reuniões até a construção de um consenso aprovado por unanimidade (Monteiro, 2019). A decisão, tomada em 25 de abril de 2019, estabeleceu mudanças no Regimento Geral que finalmente assegurou os mencionados assentos e direito a voto (Ufal, 2019c).

A realidade multicampi, consequência da expansão e da interiorização associado ao Reuni, tem demandado, cada vez mais, ações descentralizadas, inclusivas e que reflitam a nova dinâmica para as instituições envolvidas por este processo histórico. A respeito, as refeições sociais, calouradas de acolhimento, posse de novos servidores, atendimento da demanda de transporte de discentes, técnicos e docentes, realização da 70ª Reunião Anual da Sbp, feiras de livros e festivais de cinema, são alguns exemplos de ações institucionais ajustadas, ampliadas ou ressignificadas.

As refeições sociais ou formaturas sociais, a exemplo, passaram a ser frequentemente realizadas com a participação da gestão nos campi (Maceió, Arapiraca e Sertão) e nas

unidades educacionais (Viçosa, Rio Largo, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios). As referidas formaturas – organizadas pelos servidores do Departamento e das Coordenações de Registro Acadêmico (Drca/Crca) e pela equipe do Cerimonial –, constituíram-se em uma das marcas da gestão por garantir sem custos – independente da classe social ou prestígio do curso (Figura 5) – a solenidade, colação do grau e recebimento do diploma, aos estudantes que concluíram suas respectivas graduações – assegurando inclusive a participação de familiares e convidados (Ufal, 2019e).

Figura 5

Colação social, canudo e capelo – vistos a partir da mesa da cerimônia da Ufal.



Fonte: Acervo de autoria do autor (08/11/2025).

Um outro exemplo desta dinâmica foi a realização da 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Sbpc) em Alagoas no ano de 2018 (Figura 6) – que inovou com a realização da “Sbpc Afro e Indígena” (Cruz, 2018a; Luna, 2018) e a “Sbpc Educação” no formato multicampi tanto no campus sede em Maceió quanto nos campi fora de sede do Sertão e de Arapiraca (Alcantara, 2018; Cruz, Santos e Tenório, 2018). A realização deste evento, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (Ods) da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Onu), e pela primeira vez no referido estado, foi possível por conta da soma de esforços do Ministério da Educação, Governo de Alagoas, Prefeitura de Maceió, Sebrae e outras instituições – que garantiram recursos e abraçaram os campi da Ufal como locais da mencionada Reunião Anual (Cruz, 2018b).

Figura 6

Confira na íntegra o discurso do coordenador local da 70ª Reunião Anual da SBPC — Notícias.



Fonte: Portal Ufal, 24/07/2018. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2018/7/confira-na-integra-o-discurso-do-coordenador-local-da-70a-reuniao-anual-da-sbpc>, Acesso em 10/05/2025.

Sob esta égide, a universidade, enquanto instituição pública, republicana e independente, assumiu também, nos conselhos deliberativos em que mantinha assento, a defesa de demandas sociais como a prioridade da aquisição das sementes crioulas cultivadas junto a agricultura familiar pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecoep); gerenciamento de programas como Educação na Idade Certa, CapacitaSuas e Escola da Terra; tombamento da Serra da Barriga como patrimônio cultural do Mercosul; criação da Rádio Ufal; continuidade da prestação de serviços de mídia e de alta complexidades oferecidos pelo Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (Figura 7) entre outras.

Figura 7

Ufal pede urgência na revogação de portaria que exonera superintendente — Notícias.



Fonte: Portal da Ufal, 09/06/2017. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2017/6/ufal-pede-urgencia-na-revogacao-de-portaria-que-exonera-superintendente>. Acesso em 10/05/2025.

No caso da Serra da Barriga, município de União dos Palmares, Litoral Norte de Alagoas – onde se organizou o Quilombo dos Palmares no século XVII, espaço de resistência à escravização nas Américas –, pude, na oportunidade de oficialização do tombamento, em entrevista concedida, avaliar que a Ufal

desde o início se dispôs a colaborar com este processo coordenado pelo Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. Essa soma de esforços possibilitou essa conquista, que ressignifica este patrimônio de Alagoas, mas que reflete a luta dos povos negros e ameríndios no mundo. Como historiador, fico emocionado. Mesmo nesse contexto de incertezas constitucionais, a Ufal deve ocupar os espaços e formular políticas públicas que proporcionem melhorias coletivas (Luna, 2017).

Em outra oportunidade, expressei a premissa de que homens e mulheres são sujeitos que tecem a trama de sua própria história – ainda que não a façam como desejam, mas conforme a suas condições materiais, perspectivas e redes de sociabilidades. Sob a guarda desta reflexão, bem como pelo contexto em que ela foi elaborada, resgato a postagem de quando tomei posse como membro fundador da Academia Alagoana de Educação (Acale), momento marcado por mobilizações em favor da educação pública, democracia e por outros

(...) muitos significados. Para além da costumeira manipulação dos meios de comunicação, a população brasileira fez seu desejo de mudança ecoar em diversos rincões. Em sua voz e em seu canto [pelas ruas de Maceió, entre as históricas Praça Centenário e o Palácio dos Martírios] reverberaram a necessidade de um Outro País e de uma Outra História! Momentos como estes alimentam a esperança de novos dias e de novos horizontes que só o futuro nos revelará. Mas o dia 28 de abril [de 2017], mais precisamente a sua noite, tomou um significado particularmente belo e representativo: eu e mais 39 personalidades, fomos agraciados com a criação da Academia Alagoana de Educação (Acale). Como um dos membros fundadores, compreendo a responsabilidade e o desafio de continuar meu compromisso de trabalhar pela educação, pelo humanismo e pelo desenvolvimento do país a partir de Alagoas (Cruz, 2017b).

Em paralelo a estas ações, atuamos na busca de resoluções das demandas de infraestrutura dos campi e no contínuo processo de escuta da comunidade universitária. A respeito, destaco o acompanhamento das obras do prédio da unidade em Santana de Ipanema, abertura dos restaurantes universitários de Arapiraca e do Sertão, conclusão das reformas do ginásio e da piscina do campus Arapiraca, elaboração do projeto de construção do prédio da unidade de Penedo, reformas da unidade de Palmeiras dos Índios e da unidade de Viçosa, bem como dos constantes acompanhamentos das obras, reformas e ampliações

do campus A. C. Simões em Maceió. Além dos desafios administrativos e de execução orçamentária e financeira, atinentes a uma universidade cada vez mais presente nos vários recantos de Alagoas, sobretudo, após o Reuni – a exemplo das audiências públicas e das entrevistas que a gestão realizou ou acompanhou para debater o tema do transporte e da moradia dos estudantes universitários nos vários campi da instituição distribuídos pelo estado (Cruz, 2017e).

A gestão de uma universidade federal, como deve ser público, observa o Plano de Desenvolvimento Institucional (Pdi), os normativos do Ministério da Educação e a supervisão dos órgãos de controle federais (Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Auditoria Interna, entre outros). Em torno deste arcabouço, destaco a atenção à avaliação da universidade – processo que se assemelha a avaliação dos cursos, em uma escala maior, mais completa e detalhada. A respeito, a soma de atenções dos estudantes, técnicos, docentes e da gestão, foi decisiva para elevar tanto o Conceito quanto o Índice Geral de Cursos (Icc) da Ufal de 3 para 4 (Luna, 2018a; 2019).

4 ESCRITA HISTORIOGRÁFICA E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

A historiografia, enquanto escrita da história ou estudo da história da história, mostra como ela é contada, narrada e (re)escrita a partir de disputas, negociações, interpretações e mediações sociais, culturais e políticas – entrelaçadas ao longo dos tempos pelos historiadores (Malerba, 2006). Aprender história, portanto, não se define pela memorização de datas, nomes e eventos, nem tão pouco se satisfaz com generalizações, leis universais e estruturas definidas (Barros, 2000). Ela, a escrita histórica, portanto, é um campo de estudo que busca (re)interpretar o passado a partir da interpelação das ações de homens e mulheres no tempo (Bloch, 2001).

Assim, o historiador sabe que estudar ações dos homens e das mulheres através do tempo está associado a contextualização, exame e interpelação de fontes diversas: escritas, orais, arquitetônicas, audiovisuais, entre outras. O trabalho de interpelar, problematizar e contextualizar as fontes é um dos fundamentos de nosso ofício. Este, por sua vez, tem entre suas demandas o trabalho de localização, guarda, organização e disponibilização de acervos para pesquisa (Fontes, 1972; 1974). Em torno deste aprendizado, enquanto docente de um curso de história, deparei-me com a dificuldade de orientar os estudantes face à precariedade, desorganização ou inexistência de acervos documentais disponíveis para a pesquisa.

Até então, grande parte da produção historiográfica sobre o Sertão de Alagoas havia sido pensada a partir de instituições em Maceió, no litoral ou em alhures de outros estados. A respeito, dentre os temas mais abordados estavam o cangaço (Barros, 2025) e os feitos do empresário e “coronel do algodão Delmiro Gouveia” como a Fábrica da Pedra, Vila Operária,

usina de Angiquinho e as Escolas da Pedra (Maynard, 2008; Mota, 2016; Nascimento, 2015; 2019).

Diante dessa realidade, iniciar uma produção historiográfica “no”, “sobre” e “do” Sertão, tanto de objetos já conhecidos quanto de novos, não se demonstrava tarefa fácil. Nesse sentido, o trabalho dos docentes desdobrou-se, juntamente com a curiosidade e inquietude dos estudantes, em delimitar objetos de estudos exequíveis a partir das fontes e dos acervos disponíveis (Cruz, 2013b; Santana, 2023; Nascimento, Santana, Cruz, 2025).

Em torno desse propósito, um dos primeiros trabalhos que orientamos versou sobre o desafio de implantar o ensino superior público federal no Sertão de Alagoas. A autora, valendo-se do acúmulo de experiência de sua participação nos movimentos que teceram a referida reivindicação, testemunho de ter sido aluna da primeira turma do curso de história, bem como, do exame de documentos associados às dificuldades de instalação do *campus* – cujas atividades provisoriamente ocorreram por cerca de três anos em uma escola da rede estadual de ensino e que foram objeto de constantes protestos dos estudantes, docentes e técnicos. O estudo discutiu a retórica do “Sertão como um mar de conhecimento”, evocada pela gestão que implantou o *campus*, na época da então reitora Ana Dayse Dória, e analisou as contestações, disputas e reivindicações em torno desse processo histórico (Gaia, 2014).

O segundo trabalho, um estudo sobre as romarias devotadas ao Padre Cícero que ocorriam em Delmiro Gouveia, através do uso da história oral e da pesquisa participante, resgata narrativas sobre o catolicismo popular na região. Dentre elas, a participação dos operários da Fábrica da Pedra na mencionada Romaria – em concomitância com o simbólico contexto da crise que levou à falência, desativação e da posterior transformação do prédio no *Shopping* da Vila (Barros, 2014). Mais recentemente, sob orientação de outro docente, o referido pesquisador concluiu a dissertação sobre a Festa da Padroeira de Nossa Senhora do Rosário, também conhecida como a Igrejinha da Fábrica da Pedra – um epicentro de festividades religiosas, sociais e culturais que movimentam anualmente a economia da região (Barros, 2023).

A terceira pesquisa foi sobre as manifestações de junho de 2013 em Alagoas. Contexto marcado por protestos de rua deflagrados em várias cidades do país centradas em pautas difusas contra a política partidária, melhorias no transporte público, contra a violência policial, por mais educação, saúde e segurança, bem como, contra os altos investimentos canalizados para realizar a Copa do Mundo de 2014. A referida pesquisadora, primeira egressa do *campus*, prosseguiu seus estudos no mestrado, ampliando o foco de análise das jornadas de Delmiro Gouveia à Maceió. Este trabalho pioneiro revela as vozes dos participantes dos protestos, bem como, as disputas, dilemas e desafios quanto a compreensão dos rumos, consequências e significados daquele presente histórico. A pesquisa – realizada a partir da interpelação de periódicos, fontes orais e fontes digitais associadas a sites e redes sociais –, analisou como as manifestações pela redução no valor da tarifa do transporte coletivo urbano,

iniciadas em São Paulo, em junho de 2013, de um impulso de solidariedade passou a inspirar pautas associados a demandas regionais e locais (Gomes, 2013; 2016; 2021; Cruz, 2021).

As pesquisas de Maele Cavalcanti e de Aline de Oliveira Silva, completam esse quadro de destaques sobre a produção de uma historiografia sob nossa atenção. A primeira desenvolveu um estudo sobre o protagonismo das sertanejas de negócios (Cruz; Cavalcanti; 2023; Cavalcanti, 2023). O trabalho, fundamentado em fontes orais e dados governamentais, apresenta a trajetória e os desafios de cinco mulheres de negócios que atuam em Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas.

A segunda – da iniciação científica, trabalho de conclusão de curso à dissertação de mestrado –, tem aprofundado estudos sobre a reforma agrária no contexto da Nova República (Silva, 2014; 2019; e 2021). Em torno deste horizonte temático, ela tem publicado textos sobre imprensa popular, acesso ao ensino superior, monitoramentos dos órgãos de segurança e informações, sindicalismo rural, movimentos leigos católicos e assentamentos rurais relacionados ao campo de experiências dos trabalhadores(as) rurais dos assentamentos “Peba” e “Lameirão”, Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do rio São Francisco, durante a década de 1980 (Cruz; Silva, 2022; 2023; 2024; Silva; Cruz, 2020; 2023).

Entre outras contribuições destacamos as tratativas institucionais para o resgate e guarda dos documentos do Programa Xingó realizadas junto ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco (Nupeds). O referido Programa nascido da iniciativa do Conselho Nacional Brasileiro para o Desenvolvimento Científico (Cnpq), Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (Chesf) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), tinha o objetivo de promover o desenvolvimento de uma parte da região do semiárido nordestino, composta por 30 municípios no entorno da hidrelétrica de Xingó – entre os estados de Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco. O Programa reuniu a parceria de universidades federais e estaduais, prefeituras, Sebrae, entre outras instituições (Barbosa; Tiba; Carvalho, 2002). A guarda do referido acervo, antes que a Chesf fosse privatizada, foi resultado do esforço das ações das vice-reitorias da Ufal e da Ufs (Ufal, 2020).

Outra contribuição, fruto do convite da revista “Brasil em Números”, vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), foi escrever um texto sobre a importância do acervo de cultura popular organizado por Théo Brandão junto ao museu que recebe o seu nome. Este trabalho resultou no artigo “Uma breve história do Brasil: intérpretes do Brasil”, no qual interpelo como a partir dos

registros da cultura popular preservados pelo MTB [Museu Théo Brandão], a exemplo de outros museus do gênero, encontramos algumas possibilidades de (re)interpretação do Brasil. Dentre elas, o rico universo do Reisado e do Guerreiro, manifestações populares das terras das Alagoas e de outros tantos recantos do Brasil: País de

muitas faces, pluralidades e possibilidades de interpretação (Cruz, 2020, p. 69).

Nos anos seguintes – após a redistribuição a pedido para a Universidade Federal de Sergipe motivado por razões familiares no contexto pandêmico –, continuei mantendo enlaces acadêmicos com a Ufal através dos diálogos junto ao Nupeds e como membro docente permanente do Programa de Pós-graduação em História da Ufal (Cruz, 2021; Cruz; Silva, 2024; Santana; Cruz; 2022). Este último vínculo encerrado com a solicitação de uma carta enviada ao Programa na qual apresentamos um balanço de nossa participação junto ao [Programa de Pós-graduação e Pesquisa em História] PPGH/UFAL, na condição de um dos primeiros docentes do *Campus* do Sertão/município de Delmiro Gouveia [a fazer parte do Programa. Oportunidade em que, na medida do possível], procurei contribuir com a linha de pesquisa 1: “Relações de Poder, Conflitos e Movimentos Sociais”, ministrando disciplinas, participando de bancas, atuando junto ao conselho editorial da revista *Crítica Histórica* e orientando [dissertações] (...) Feito o balanço desses [mais de] dez anos [2013-2024], considerando a distância de minha atual lotação e a necessidade de assumir novas empreitadas junto a instituição em que me encontro [UFS], solicito meu desligamento do Programa (Cruz, 2024).

Encerrado o vínculo institucional com o PPGH/UFAL, permanecem o aprendizado, cooperações acadêmicas e respeito por Alagoas – “uma terra de oportunidades, riquezas humanas e de um povo trabalhador” como, por várias vezes, a ela me referir nas solenidades de posse de servidores, calouradas, formaturas e abertura de eventos. As parcerias acadêmicas, em particular, prosseguem e continuam a frutificar (Nascimento, Santana e Cruz, 2024; Santana; Silva e Cruz, 2025).

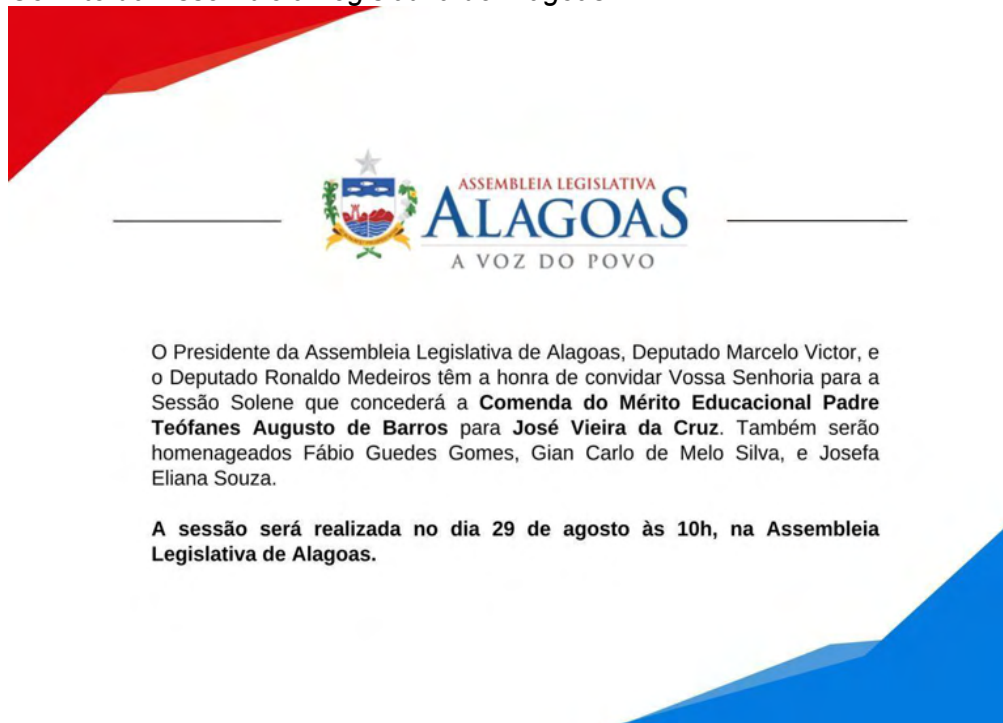
Um conjunto de experiências que me valeram inclusive a Comenda do Mérito Educacional Padre Teófanos Augusto de Barros – conferida pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas àqueles que contribuem com a educação e a sociedade. O referido intelectual teve “um papel de destaque na educação do Estado de Alagoas entre as décadas de 1930 e 1970, e seu perfil poderia ser caracterizado como grande empreendedor pelas ações idealizadas e implementadas” (Satírio, 2010, p. 17). Face às suas realizações a mencionada casa legislativa concede àqueles que prestam relevantes serviços a educação a Comenda de Mérito Educacional cujo título recebe o nome do mencionado educador e intelectual, de igual forma, a Academia de Educadores Alagoanos (Acale) o homenageia como Patrono da Cadeira 38.

Assim, o convite do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, Marcelo Victor, e do Deputado Estadual Ronaldo Medeiros, este último o proponente da comenda, para receber está honraria no dia 29 de agosto de 2025 (Figura 8), recebido as vésperas da revisão final do presente artigo, estabelece um importante marco institucional,

social e de significados intelectuais – com o qual encerro a periodização destes 12 anos de aprendizados em Alagoas até o presente momento.

Figura 8

Convite da Assembleia Legislativa de Alagoas.



Fonte: Acervo de documentos do autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma autobiografia, sob a perspectiva histórica, não é em hipótese alguma um roteiro estabelecido, definido e conhecido previamente – ainda que a leitura da narrativa gere este falso entendimento. Ela, como qualquer outro gênero textual da lavra de um historiador de ofício, busca a compreensão do passado a partir do exame, problematização, interpretação e escrita das fontes que registram as ações humanas no tempo (Bloch, 2001). A autobiografia, em consonância com os estudos do “Eu fonte” (Souza, 2020a), tem a peculiaridade de apreciar, em termos metodológicos um leque amplo, variado e significativo de fontes: institucionais, públicas e pessoais, além de contar com o testemunho, análise e ressignificação do protagonista que esculpe o texto sob sua trajetória.

Estas considerações sintetizam as razões do exame dos aprendizados que obtive em Alagoas – como objeto de estudo de parte de minha autobiografia abordada neste texto. Um capítulo tecido a partir do *Campus* do Sertão, Delmiro Gouveia, Baixo do rio São Francisco, fronteira com os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco, e, na sequência, que me levaram a transitar pelo Sertão, Agreste e Litoral da Terra das Alagoas, entre os anos de 2013 e 2025.

Em torno deste período e experiências, esta narrativa apresenta um fio condutor

reflexivo – rastreado, balizado e discutido a partir de um conjunto de fontes e bibliografias evocadas, do ponto de vista de um historiador participante – que discute gestão pública, ensino superior e historiografia nas primeiras décadas do século XXI. A opção por este formato, portanto, prioriza uma opção teórica no qual analiso os acontecimentos, fluxos e refluxos do presente histórico no qual estou inserido e me envolvem.

Sob este prisma, os leitores deste artigo podem se perguntar acerca da importância de uma narrativa autobiográfica? E sobre quais contribuições os estudos de aprendizados pessoais, acadêmicos, profissionais e políticos podem ser apreciados no campo de conhecimento educacional e historiográfico? A respeito, penso que as respostas dependem das experiências de cada leitor, bem como, dos horizontes de expectativas que ele ou ela alimentem em relação a sociedade e em relação a compreensão da sociedade e da história.

Ao meu juízo, como costume externar nos pareceres que assino, esta narrativa também contribuí, ao seu modo, para compreender os significados da expansão e da interiorização do ensino superior público federal e do fazer-se historiográfico “Sertão adentro” – a contrapelo do contexto neoliberal, globalizado, (de)colonizado e de embates com os avanços da extrema direita dentro e fora do país.

Em suma, enquanto “professor-narrador-autor e historiador”, penso que esta parte de minha trajetória – junto ao curso de história, vice-reitoria e pós-graduação, nos *campi* da Ufal – proporcionou-me aprendizados significativos acerca do ensino, pesquisa, extensão e gestão pública. Aprendizados que guardo com apreço, fazem parte da minha autobiografia e que compartilho através desta narrativa observando o devido rigor científico, textual e objetivo.

Assim, a presente narrativa coincide também com um momento de homenagem, reconhecimento e significação de uma jornada de trabalho, estudos e compromisso com a educação, ciência histórica, bem como, da defesa da democracia e da soberania nacional.

Um capítulo com o qual também revisito boas lembranças, amizades e lições de vida... Uma vida que poderia ter vários outros caminhos, indefinições e imprevistos..., mas que com “teimosia”, retidão e humildade “eu escolhi” na condição de “senhor do meu destino” – em terras de pessoas inteligentes, trabalhadoras e valorosas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. S/D. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Luiz Augusto Azevedo de Menezes. Delmiro Gouveia, Alagoas.

ALCANTARA, V. (2018). Ufal Campus do Sertão, em Delmiro Gouveia, sedia atividades da SBPC Educação. In: *Correia Notícias*. Disponível em: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/ufal-campus-do-sertao-em-delmiro->

gouveia-sedia-atividades-da-sbpc-educacao/31/20785 . Acesso em 07.05.2025.

ALENCAR, M. Â. R. de. S/D. *Arranjo Produtivo Local Piscicultura Delta do São Francisco*. Delmiro Gouveia.

ARAS, L. M. B. de; CRUZ, J. V. da; SANTANA, P. A. de. (2023). O(s) Ser-tão(ões) e suas histórias: narrativas, acontecimentos e temporalidades. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 17, n. 33, p. 10–13. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/20121> . Acesso 10.05.2025.

ARAÚJO, A. R. (2016). *Programa luz para todos no Sertão: uma análise do assentamento Jurema*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 2003-2014. (Trabalho de Conclusão de Curso). Delmiro Gouveia: UFAL: Campus do Sertão: Licenciatura em História.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS. *Resolução nº 673*, de 09 de março de 2022.

BARBALHO, J. I. S. (org.). (2021). *10 anos da UFAL Campus Sertão*. Maceió: EDUFAL.

BARBOSA, E. M. de S., TIBA, C., CARVALHO, M. A. P. (2002). Programa Xingó: atividades de inserção das tecnologias energéticas renováveis. In: *Proceedings*, nº 4. Campinas. Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000022002000200045&lng=en&nrm=abn . Acesso em 13.05.2025.

BARROS, J. de A. (2008). *O campo da História: especialidades e abordagens*. 5 ed. São Paulo: Vozes.

BARROS, L. O. C. (2018). Cangaço – Violência no Sertão do Nordeste. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, São Cristóvão, v. 12, n. 22, p. 62–77. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/9317> . Acesso em: 19 ago. 2025.

BARROS, T. da S. B. (2014). *Devoções populares e práticas religiosas: A Romaria de Padre Cícero Romão Batista em Delmiro Gouveia – AL, 1992-2013* (Trabalho de Conclusão de Curso). Delmiro Gouveia: UFAL: Campus do Sertão: Licenciatura em História.

BARROS, T. da S. (2023) *Festa de Nossa Senhora do Rosário: sujeitos, memórias e*

experiências, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1989-2021 (Dissertação de Mestrado). Maceió, UFAL; PPGH.

BLOCH, M. (2001) *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro. Editora. Zahar.

BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Deifel.

BRASIL. *Decreto nº 6.096*, de 24 de abril de 2007. [Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni]. Brasília, 2007. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6096&ano=2007&ato=eadoXWE9ENRpWTafd> . Acesso em: 10.05.2025.

CARDOSO, L. C. (2023). *Vida em transe: migrações, disputas e lutas: itinerário acadêmico, político e afetivo*. Salvador: EDUFBA.

CARR, E. H. (1982). *Que é história?* 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO, A. M. D. A.; SANTOS, Í. de P. (2021). Crisis of Capital, Austerity and Education in Brazil. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 2. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12523> . Acesso em: 09.05.2025.

CAVALCANTI, M. M. S. (2023). *Sertanejas empreendedoras, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2022* (Dissertação de mestrado). Maceió: UFAL: Programa de Pós-graduação em História.

CAVALCANTI, M. M. S.; CRUZ, J. V. da. (2023). Sertanejas de negócios nas bancas de feiras livres; Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021 In: *História dos Sertões: sujeitos e espaço*. Aracaju/Caicó: Criação Editora/ PPGH do CERES/UFRN, v.10, p. 338-353.

CERTEAU, M. (1995). “A Operação Historiográfica”. In LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos Problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 17- 48.

COLLINGWOOD, R. G. (1972). *A Ideia da História*. Lisboa: Presença.

CORREIA, S. R. (2022). *A educação enquanto palco (auto)biográfico: O “eu idêntico de Lepê Correia*. Recife: UFPE. (Tese de doutorado).

CRUZ, J. V. da. (2018a). Ciência, Responsabilidade Social e Soberania: tema da SBPC 2018". In: *Jornal da Cidade*, Aracaju, Ano XLVII, nº 13.584, p. A-7.

CRUZ, J. V. da. (2022). "Pela democratização do ensino superior.": A sociedade e os movimentos em favor da criação da Universidade Federal de Sergipe, 1948- 1968. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 2(48), p. 203–221, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12434> . Acesso em 10.05.2025.

CRUZ, J. V. da. (2023). Aprendizados do Ser-tão do rio São Francisco: história, historiografia e (auto)biografia, 2013-2023. In: *Anais do 32º Simpósio Nacional de História*. São Luís: ANPUH. p. 1-12. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693061929_ARQUIVO_5023c9fad9f9b33a4886c877737c6ea1.pdf . Acesso 10.05.2025 .

CRUZ, J. V. da. (2024). *Carta ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em História (PPGH/UFAL)*. Maceió

CRUZ, J. V. da. (2023). Carta de um futuro correspondente à ACALE. *O Dia Alagoas*, Maceió, 02.05.2023, p.2

CRUZ, J. V. da. (2017e). *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Maceió: Edufal.

CRUZ, J. V. da. (2018b). *Discurso da solenidade de abertura SBPC 2018 em Alagoas: Um momento de agradecimentos*. UFAL, Maceió. Disponível: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2018/7/confira-na-integra-o-discurso-do-coordenador-local-da-70a-reuniao-anual-da-sbpc> . Acesso 07.05.2025.

CRUZ, J. V. da. (2013a). Ecos das manifestações de junho. In: *Blog do José Vieira*.

CRUZ, J. V. da. (2019). Entrevista com o Vice-reitor da Ufal José Vieira da Cruz. *Tribuna do Sertão*. Disponível em: <https://tribunadosertao.com.br/noticias/2019/05/12/116989-entrevista-vice-reitor-da-ufal-jose-vieira-da-cruz> . Acesso 07.05.2025.

CRUZ, J. V. da. (2017a). Homenagem a "Seu" José Vieira da Cruz. *Facebook*.



18.04.2017a.

CRUZ, J. V. da. (2015). *PEB-CAPES-FAPEAL - Programa Educação Básica "Formação de cidadãos pesquisadores: uma pesquisa-ação da Escola Estadual Luiz Augusto junto ao APL piscicultura Delta do São Francisco, Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas, 2014-2015"*. Delmiro Gouveia: UFAL: Campus do Sertão, 2015.

CRUZ, J. V. da. (2017b). Reflexão e agradecimento! *Facebook*. 28.04.2017b.

CRUZ, J. V. da. (2021). Sobre as jornadas de 2013. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.1, n.1, set./out. 2021. Disponível em: <https://www.criticahistoriografica.com.br/1511/> . Acesso 10.05.2025.

CRUZ, J. V. da.. [TV Assembleia AL - Frente a Frente com José Vieira da Cruz em 30/05/2017d](#). *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DfprMKsIPVw> . Acesso 10.05.2025.

CRUZ, J. V. da. (2022). *Um estágio pós-doutoral em tempos de pandemia e de ensino remoto emergencial: um aprendizado autobiográfico, acadêmico e histórico, 2020- 2022*. (Relatório Pós-doutorado). Recife: UFPE.

CRUZ, J. V. da. (2020). Uma breve história do Brasil. In: *Brasil em números: Revista do IBGE*, p.40 - 53. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2020_v28.pdf . Acesso. 22.08.2025.

CRUZ, J. V. da. (2013b). Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas". In: *Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL*. Maceió: UFAL, 2013b, p. 832-840.

CRUZ, J. V. da.; CAVALCANTI, M. M. S. (2023). Aprendizagem histórica em tempos de ensino remoto emergencial: experiências, debates e desafios, 2020-2022. In: *Educação Histórica em tempos de negacionismo e pandemias: teorias, práticas e pesquisas*. Editora Café com Sociologia, p. 361-374.

CRUZ, J. V. da.; SANTOS, D. B. dos; TENÓRIO, C. F. M. (2018). *Caderno de resumos do Simpósio Nacional de Educação: ciência, responsabilidade social e soberania*. Maceió: UFAL.



- CRUZ, J. V. da.; SANTOS, F. A. dos. (2020). *Aprendizagem históricas: espaços, suportes e experiências*, ed.1. Recife: EDUPE.
- CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2024). "Não entendemos democracia com barriga vazia": sem terra, reforma agrária e o SNI no contexto da Nova República. In: ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (org.). *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, v. 1, p. 294-318.
- CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2022). Arados da reforma agrária no Sertão do São Francisco: experiências do Peba e Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1986- 1989. *Revista Crítica Histórica*, 13(26), 257–281. Disponível EM: <https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0012> Acesso em 03.05.2023.
- CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2023). O Novo sindicalismo e a Reforma Agrária no Sertão: a experiência dos trabalhadores de Inhapi, Alagoas, Nordeste do Brasil, 1984 – 1986. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, São Cristóvão, v. 17, n. 33, p. 224–248. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/19801> . Acesso em: 13.05.2025.
- CUNHA, L. A. (2003). "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 170-171.
- DANTAS, J. I. C. (2023). *Marcelo Déda na construção da democracia*. Aracaju: Criação Editora.
- DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. M. (2014). História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, 2(4), p. 19–34.
- DUBY, G. (1993). *A História continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. DUBY, G. (1991). *L'Histoire continue*. Paris: Odile Jacob.
- DUTRA, P. F. de V. (2021). *Marcos históricos da educação integral no Brasil, analisados a partir da experiência de Pernambuco, 2004 2021*. Tese de doutorado, Recife: UFPE: PPGEdu.

FAPEAL. Programa desperta a prática da pesquisa em escolas alagoanas. (2014). In:



Alagoas 24 horas, Maceió. Disponível em:

<https://www.alagoas24horas.com.br/424134/programa-desperta-a-pratica-da-pesquisa-em-escolas-alagoanas/> . Acessado 07.05.2025.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). (1998). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

FILARDI, A. M. B. (2014). Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.20, n.43, p. 563-582, set./dez. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193532896005.pdf>. Acesso 07.05.2025.